WANDECKSON JOSÉ DE ALMEIDA PAIVA

POLÍTICAS EDUCACIONAIS: PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO NAS ESCOLAS DO MUNICÍPIO DO PAULISTA EM PERNAMBUCO

Orientadora: Maria das Graças Ataíde de Almeida

Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias

Instituto de Educação

Lisboa

2012

WANDECKSON JOSÉ DE ALMEIDA PAIVA

POLÍTICAS EDUCACIONAIS: PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO NAS ESCOLAS DO MUNICÍPIO DO PAULISTA EM PERNAMBUCO

Dissertação apresentada para obtenção do Grau de Mestre em Ciências da Educação no Curso de Mestrado em Ciências da Educação, conferido pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias.
Orientadora: Profª Doutora Maria das Graças Ataíde de Almeida
Co-orientador: Profº Doutor Manuel Tavares Gomes

Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias

Instituto de Educação

Lisboa

2012

A sociedade do conhecimento e a economia do saber exigem o espírito inovador e a capacidade de correr riscos, a flexibilidade e a responsabilidade das pessoas e das organizações. A sociedade actual exige uma escola inteligente, capaz de assegurar a igualdade de oportunidade e a qualidade das aprendizagens.

Ana Benavente

DEDICATÓRIA

Dedico esta dissertação a Deus e tudo que ele representa na minha vida.

Aos meus melhores amigos, Ana e Dayse, pela minha admiração e confiança.

Aos meus pais, Batista e Mercedes, que sempre me mostraram o caminho da educação e da verdade.

A milha filha, Maria Vitória, pela grandiosidade de sua existência e alegria que traz a minha vida.

E, em especial, a minha esposa, Francileide, por todo seu amor, pela ternura de cada abraço e compreensão de cada dia.

AGRADECIMENTOS

À Professora Doutora Maria das Graças Ataíde de Almeida, orientadora desta dissertação, pelo presente de ter me aceitado como seu orientando, por todo comprometimento, empenho, sabedoria, carinho e compreensão em todo este processo. Não agradeço como uma mera formalidade, mas para registrar o trabalho desenvolvido e o quanto apreendi nesta caminhada, aprendizado colhido com tanta vivência dos trabalhos. Agradeço ainda pela paciência, confiança e ensinamentos pelas orientações nesta pós-graduação.

Ao Professor Doutor Manuel Tavares Gomes, co-orientador desta dissertação, pela disponibilidade, incentivo e apoio. Agradeço pelos ensinamentos que tive em sua primeira aula e pelas explanações dadas nos Exames de Qualificação e pelos momentos que dedicou seu tempo e o conhecimento para o desenvolvimento desta pesquisa.

À Professora Doutora Lucinalva Ataíde de Almeida por ter orientado os primeiros e importantes passos desta inigualável jornada de elaboração da dissertação de mestrado. Obrigada por ter acreditado nesta pesquisa e principalmente em mim.

A todos os Professores deste curso de mestrado, pelos ensinamentos e convivência durante os últimos dois anos.

À Universidade Lusófona de Tecnologias e Humanidades, pela oportunidade de realização do curso de mestrado.

Aos colegas de turma, por compartilharem diversos momentos e experiências que ficarão registrados na memória e guardados no coração.

A todos os professores e coordenadores que aceitaram participar desta investigação. Agradeço pela atenção e paciência, pois sem a vossa colaboração a recolha dos dados seria impossível.

Um abraço a todos da Secretaria de Educação do Paulista e a escola em que colhemos os dados, a Secretária de Educação por ter dado confiança para realização desta pesquisa.

À professora Janaína Menezes do NEEPHI (UNIRIO) pela confiança de disponibilizar contatos e material para a dissertação.

À minha família, esposa e amigos pelo apoio incondicional, pelo carinho irrestrito, pela paciência e compreensão infindáveis e por acreditarem nos meus sonhos.

E, em especial, a Deus, pela sua presença constante em minha vida, pelo pulsar do seu amor nas horas difíceis, pelas inúmeras bênçãos de cada dia, e por receber minha vida em suas mãos como um livro em branco, apenas assinado, para que faça dela instrumento da sua vontade.

RESUMO

PAIVA, Wandeckson José de Almeida. POLÍTICAS EDUCACIONAIS: Programa Mais Educação nas Escolas do Município do Paulista em Pernambuco. Lisboa, 2012, ____ fls. Dissertação (Mestrado em Ciências da Educação) - Programa de Pós-Graduação em Ciências da Educação, ULHT, 2012.

A preocupação desta pesquisa foi avaliar como está sendo desenvolvido o Programa Mais Educação nas escolas no Município do Paulista e comparar a nota da escola pesquisada tanto no IDEB como na prova Brasil. A pesquisa é um estudo de caso que utilizando múltiplas evidencias, sendo realizada em uma escola do município e com algumas pessoas da Secretaria de Educação desde que estiveram ou estejam envolvidas no Programa. A pesquisa foi conduzida de acordo com as evidências documentais, entrevista e observação direta. Para a entrevista foi utilizado análise de discurso com formações discursivas que elencavam algumas categorias para um grupo que foi participante através de convite e outros que solicitamos a sua participação. Os resultados obtidos conseguiram demonstrar que o Programa Mais Educação traz certa influência para os alunos da escola. No IDEB, foco principal do Programa houve melhoria nas notas da escola por conta dos estudantes terem uma maior participação em atividades escolares, porém a meta não foi conseguida atingir, a nota sempre ficou abaixo. Quanto ao comportamento os alunos conseguiram desenvolver um senso maior de responsabilidade ao passar o dia inteiro na escola, foi observado este fato devido a relatos de melhoria de indisciplina. Quanto à escola, percebeu-se que os recursos mesmo sendo pouco, conseguiram de alguma forma ajudá-la e assim adaptar-se melhor ao Programa.

Palavras-Chave: Política Educacional, Educação Integral, Programa Mais Educação.

ABSTRACT

PAIVA, Wandeckson Jose de Almeida. EDUCATIONAL POLITICS: Program More Education in the Schools of the City of the Paulista in Pernambuco. Lisbon, 2012, ____ fls. Dissertação (Mestrado in Sciences of the Education) - Program of After-Graduation in Sciences of the Education, ULHT, 2012.

The concern of this research was to evaluate as he is being developed the Program More Education in the schools in the Paulista City and in such a way to compare the note of the school searched in the IDEB as in the Brazil test. The research is a case study that used multiple evidences, being carried through in a school of the city and with some people of the Secretariat of Education since that they had been or are involved in the Program. The research was lead in agreement evidences them documentary, interview and direct comment, for the interview was used analysis of speech with discourse formations that pointed some categories for a group that was participated through invitation and others that we request its participation. The gotten results had obtained to demonstrate that the Mais Educação Program brings certain influence for the pupils of the school. In the IDEB, main focus of the Program it had improvement in notes of the school on account of the students to have a bigger participation in pertaining to school activities, however the goal was not obtained to reach, the note always was below. How much to the behavior the pupils had obtained to develop a bigger sense of responsibility when passing the entire day in the school, were observed this fact due the stories of indiscipline improvement. About the school it was percept that the research being little could help et in the way to adapt better to the program.

Key Words: Educational politics, Integral Education, Program More Education.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANPED	Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação
BIRD	Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
CEPAL	Comissão Econômica para América Latina e o Caribe
CECR	Centro Educacional Carneiro Ribeiro
CIEP	Centro Integrado de Educação Pública
EEX	Entidades Executoras
FMI	Fundo Monetário Internacional
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FUNDEB	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica
FUNDEF	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental
FUNDESCOLA	Fundo de Desenvolvimento da Escola
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Anísio Teixeira
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
MEC	Ministério da Educação
MDM	Metas de Desenvolvimento do Milênio
NEEPHI	Núcleo de Estudos – Escolas Públicas de Horário Integral
OMC	Organização Mundial do Comércio
OCDE	Organização para a Cooperação do Desenvolvimento Econômico
PAR	Plano de Ações Articuladas
PIB PER CAPITA	Produto Interno Bruto Dividido pelo Número de Habitantes
PDDE	Programa Dinheiro Direto na Escola
PDE	Plano de Desenvolvimento da Escola
PME	Programa Mais Educação
PNAE	Plano Nacional de Alimentação Escolar
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
SE	Secretaria de Educação
SEB	Sistema Educacional Brasileiro
SIMEC	Sistema Integrado de Monitoramento Execução e Controle

UEX	Unidade Executora
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a educação, a ciência e a cultura

ÍNDICE

INTRODUÇÃO 17

CAPÍTULO I - PERCURSOS TEÓRICOS DA PESQUISA 22

1.1 UM OLHAR NA PROBLEMÁTICA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA 23
1.1.1 Instituições financeiras mundiais e a educação brasileira 24
1.1.2 Problemática da educação brasileira 29
1.1.3 Educação brasileira e o desenvolvimento humano 33

1.2 A CONSTRUÇÃO RETÓRICA DA AMPLIAÇÃO NA JORNADA ESCOLAR 36
1.2.1 Pressupostos históricos do Programa Mais Educação 36
1.2.1.1 Escola nova, movimento conhecido como escolanovismo. 41
1.2.2 O início da influência da educação integral com os CECR 45
1.2.3 Sitema de Educação Pública de Brasília 48
1.2.4 O CIEP e o projeto de atender um quinto da sociedade do Rio de Janeiro 49
1.2.5 Os Centros de Atenção á Criança (CAIC) e (CIAC) 52
1.2.6 Programa de Formação Integral da Criança (PROFIC) 53

1.3 DEFININDO A PRÁXIS ESTRUTURAL DO PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO 57
1.3.1 Definições da Educação Integral e do Programa Mais Educação 57
1.3.2 Regulamentação do Programa Mais Educação 63
1.3.3 Estrutura e funcionamento do Programa Mais Educação 66
1.3.3.1 Ministérios Envolvidos com o Programa Mais Educação 69
1.3.3.2 Atendimento aos jovens 71
1.3.3.3 Professor Responsável 71
1.3.3.4 Monitor ou professor 72
1.3.3.5 Gestor ou Diretor da Escola 73
1.3.3.6 Formação das turmas 73
1.3.4 Rede de Saberes 73
1.3.4.1 Saberes Comunitários 76
1.3.4.2 Saberes Escolares 78
1.3.5 Mandala como construção para projetos pedagógicos para as escolas 79

CAPÍTULO II - PERCURSOS METODOLÓGICOS 80

2 PERCURSO METODOLÓGICO **ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.**
2.1 OBJETIVOS 81
2.1.1 Objetivo Geral 81
2.1.2 Objetivos Específicos 81
2.2 Método de estudo 81
2.3 Objeto da pesquisa 84
2.4 Lócus da pesquisa 85
2.5 Sujeitos da pesquisa 88
2.6 Instrumentos da pesquisa 89
2.6.1 Entrevista 90

2.6.1.1 Roteiro para entrevista 92
2.6.1.2 Construção do guião 92
2.6.1.3 Validação do guião 93
2.6.2 Documentação 94
2.6.3 Observação direta 95
2.7 Procedimentos da pesquisa para análise dos dados 96
2.8 Instrumento de análise dos dados qualitativos 97
2.8.1 Análise do discurso (AD) 97
2.8.2 Análise da documentação 100
2.8.3 Análise da observação direta 101

CAPÍTULO III - ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS 102

3.1 APRESENTAÇÃO E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS OBTIDOS DA ANÁLISE QUALITATIVA 103
3.2 Discussão e analise dos dados qualitativos. 104
3.2.2 Formação Discursiva (FD): Inclusão no Programa Mais Educação. 110
3.2.3 Formação Discursiva (FD): Gestão de Recursos Financeiros do Programa Mais Educação. 111
3.2.4 Formação Discursiva (FD): Gestão de pessoal do Programa Mais Educação. 113
3.2.5 Formação Discursiva (FD): Gestão e comunidade escolar. 117
3.2.6 Formação Discursiva (FD): IDEB e o Programa Mais Educação. 121
3.2.7 Formação Discursiva (FD):Evasão e o Programa Mais Educação. 123
3.3 Resultados obtidos com a análise dos documentos. 125
3.4 Resultados obtidos com a análise das observações direta. 131
3.4.1 Perfil das pessoas pesquisadas 131
3.4.1.1 Quanto ao gênero. 131
3.4.1.2 Titulação dos sujeitos pesquisados 132
3.4.1.3 Tempo de trabalho dos participantes no *lócus* da pesquisa. 133
3.4.2 Outras observações da escola e da Secretaria. 134

CONSIDERAÇÕES FINAIS 136

REFERÊNCIAS 140

APÊNDICES I

ANEXOS VI

LISTA DE MAPA

Mapa 1. Localização do Município do Paulista 86

Mapa 2. Localização do Município do Paulista 87

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1: Macrocampos e suas atividades.....69

Quadro 2: Situações relevantes para diferentes métodos de pesquisa.....83

Quadro 3: Siglas e guiões aplicados.....89

Quadro 4. Formação Discursiva (FD): Gestão e apoio logístico.....108

Quadro 5: Formação Discursiva (FD): Inclusão no Programa Mais Educação. 110

Quadro 6: Formação Discursiva (FD): Gestão de Recursos do Programa Mais Educação. ..112

Quadro 7: Formação Discursiva (FD): Gestão de pessoal do Programa Mais Educação. 115

Quadro 8: Formação Discursiva (FD): Gestão e comunidade escolar. 118

Quadro 9: Formação Discursiva (FD): IDEB e o Programa Mais Educação.....122

Quadro 10: Formação Discursiva (FD):Evasão e o Programa Mais Educação.....124

Quadro 11: Distribuição dos entrevistados por titulação.....133

Quadro 12: Distribuição dos entrevistados por tempo de exercício.....134

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1: Número de escolas e a adesão ao Programa. 126

Tabela 2: IDEB Municipal. 127

Tabela 3: IDEB da escola (4ª série / 5º ano). 128

Tabela 4: IDEB da escola (8ª série / 9º ano). 128

Tabela 5: Distribuição dos entrevistados por gênero 132

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 – Anísio Teixeira.....38

Figura 2 – Anísio Teixeira e o filósofo John Dewey.....41

Figura 3 – Mandala de saberes.....74

Figura 4 – Mandala do Programa Mais Educação.....76

Figura 5 – Mandala de saberes comunitários.....76

Figura 6 – Mandala de saberes escolares.....78

Figura 7: Resultado da prova brasil e do IDEB em 2007.....129

Figura 8: Resultado da prova brasil e do IDEB em 2007.....129

INTRODUÇÃO

As políticas educacionais sempre foram palco de diversas discussões nas investigações científicas (BALL, 2006), com a emergência de investimento na educação, isso se torna mais evidente no Brasil. Dentre as várias políticas educacionais que vêm sendo desenvolvidas no Brasil, destaca-se a ampliação da jornada escolar, transformando as escolas públicas regulares em escolas de educação integral, viabilizadas através do Programa Mais Educação, instituído pelo Governo Federal. Este Programa foi implantado em 2007, para cumprir o que estava previsto na Constituição de 1988 em seu artigo 34º, que estabelecia o aumento progressivo da permanência dos estudantes nas escolas (BRASIL, 1988).

Trazemos o tema de Políticas Educacionais: Programa Mais Educação nas escolas do Município Paulista em Pernambuco, por uma inquietação existente devido à grande expansão pelas escolas brasileiras na implantação deste Programa e a necessidade de conhecer esta política educacional que permeia o Programa Mais Educação. Atualmente, no palco da educação brasileira, existem diversos projetos espalhados por todo o país de forma semelhante.

A educação integral tem raízes profundas no Brasil, existindo desde a década de 20 e 30, onde surgiu uma grande demanda pela escola, até os dias atuais, tendo como maior influente nesta metodologia de ensino, Anísio Teixeira que adaptou os ideais de Dewey e utilizou alguns dos principais projetos no Brasil no âmbito dos ideais da Escola Nova[1] (CAVALIERE, 2010).

Vários projetos já foram desenvolvidos no Brasil nesta linha de uma escola de horário integral, entre tantos, estão os Parques Infantis da cidade de São Paulo, entre os anos de 1935 e 1938, criados por Mario de Andrade, no âmbito das várias medidas de "cuidar"[2] da classe operária. Mario de Andrade, procurava tratar da parte da educação "não-escolar" das crianças oriundas da classe trabalhadora. (CAVALIERE, 2010).

O Programa Mais Educação só conseguiu funcionar depois que o Governo Federal aumentou e descentralizou os recursos aplicados na educação. Essa descentralização foi

[1] Sobre a Escola Nova vide: Ataide de Almeida(2001) que faz uma análise dos intelectuais brasileiros e a Escola nova.

[2] Sobre Mario de Andrade e sua gestão no Staff político de Getúlio Vargas, vide o excelente trabalho de Raffaini (2001). Livro Esculpindo a cultura na forma Brasil.

instrumentalizada através da Lei de Diretrizes e Bases Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, que estabelecia o repasse direto de recursos financeiros para as escolas.

> (...) no âmbito das políticas educacionais postas em ação principalmente na década de 90, onde se implantaram e implementaram as avaliações escolares, pode-se ver que o governou descentralizou o poder financeiro, oferecendo certa autonomia para a escola e para a gestão escolar no sentido de gerir seus próprios recursos, mas centralizou o controle do processo educativo (ANZOLIN; BALBINOTTI, BALERINI, 2006, p. 274).

Para Adrião (2007) o artigo 77 da LDB reforça o que consta na Constituição de 1988 e estabelece o repasse para escolas públicas acrescentando em seus incisos o controle do uso dos mesmos.

> Art. 77. Os recursos públicos serão destinados às escolas, podendo ser dirigidos a escolas comunitárias, confessionais ou filantrópicas que:
> I – comprovem finalidade não lucrativa e não distribuam resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcela de seu patrimônio sob nenhuma forma ou pretexto;
> II – Apliquem seus excedentes financeiros em educação (BRASIL, LDB, 1996).

Desde então o Governo Federal tem criado projetos e Programas para destinar os recursos que estão sendo enviados para as escolas públicas, e a concepção dos investimentos em educação sofreu uma profunda mudança na política brasileira. Devido a uma histórica falta de investimento na educação no Brasil, encontramos índices educacionais comparados com os mais baixos do mundo, tendo imensas dificuldades para melhorar esses índices, que refletem a antiga opção por uma educação para as elites[3], em detrimento da massa destituída de recursos.

A academia tem se posicionado acerca desta temática através de teses e dissertações tais como: Santos (2009-UFG/GO), *A Ampliação do Tempo Escolar em Propostas de Educação Pública Integral*, que retrata como ocorre a ampliação do tempo escolar; Barros (2008-UNB/DF), *A Escola de Tempo Integral como Política Pública Educacional: experiência de Goianêsia-GO*, uma dissertação que realiza uma trajetória dos projetos sobre educação integral na história da educação brasileira; Matos (2011-UNIRIO/RJ), *Programa*

[3] Uma discussão sobre a dualidade nas políticas de educação no Brasil no governo Vargas (1930-1945) é realizada por Ataíde de Almeida em A Construção da Verdade Autoriária, SP/Humanitas/USP, 2001

Mais Educação/ Mais Escola: avanços e desafios na política educativa em Duque de Caxias, nesta dissertação atém de retratar o cotidiano escolar traz vivências da educação integral do Programa Mais Educação, Godoy (2012-UCB-DF) *Programa Mais Educação: Mais do Mesmo? Um estudo sobre a efetividade do Programa na Rede Municipal de São Luiz-MA*, esta dissertação é uma investigação justamente sobre a implantação do Programa Mais Educação e faz uma retrospectiva de educação integral no país; a dissertação de Alves (2007-UM/PT) *E-Portifólio: um estudo de caso,* que retrata um trabalho com estudo de caso e Branco (2009-UFPR/PR), *O Desafio da Construção da Educação Integral: formação continuada de professores alfabetizados do Município de Porecatu- Paraná,* esta tese estabelece os desafios da educação integral.

Diante destas investigações o recorte do nosso trabalho se volta para uma questão que norteou toda a pesquisa: Como se dá o processo da política educacional que permeia o Programa Mais Educação em uma escola na cidade de Paulista, Pernambuco?

As categorias eleitas que darão suporte à investigação são: Políticas Educacionais, Educação Integral, Programa Mais Educação. Os teóricos que dão apoio darão suporte à pesquisa empírica são: Adrião (2007), Almeida (2001), Ball (2006), Barros (2008), Benavente (2001), Cavaliere (2010; 2002), Coelho (2002; 2009; 2011), Freitas e Galter (2007), Haddad (2008), Maurício (2009), Paro (1988), Saviani (2008), Peroni (2003), Ribeiro e Rodriguez (2001), Silva e Silva (2010), Teodoro (2003), Teixeira (1999) e Varotto (2009).

A pesquisa tem como metodologia utilizada o estudo de caso, tendo como fio teórico a linha de Yin (2010). Utilizamos o caso único (uma só Instituição), apontado por Yin como uma eficiente forma de avaliar projetos públicos. Para escolher os instrumentos de coleta, utilizamos o conceito de Yin que intitula estes instrumentos de evidências e elegemos as entrevistas, documentos e observação direta. Os dados foram levantados e organizados na medida em que foram sendo colhidos

O *Lócus* da pesquisa se voltou para uma única escola da Prefeitura Municipal do Paulista que não foge à realidade brasileira, com poucos recursos tenta, na medida do possível, dar o apoio necessário para garantir melhores condições de trabalho, melhorando a parte física da escola, contratando profissionais capacitados para que venham desempenhar um trabalho de boa qualidade, capacitando os profissionais para que não fiquem desatualizados, e que a partir disto possa adquirir conhecimentos novos e melhorar o seu desempenho profissional.

O Programa Mais Educação surge com o argumento do Governo Federal para permanência dos estudantes na escola, trabalhando com foco em diminuir a vulnerabilidade e melhorar a educação através de atividades lúdicas e de reforço escolar. O Governo vem aumentando os recursos para as escolas, procurando dar uma melhoria na qualidade as escolas públicas no Brasil, entre esses recursos está justamente o Programa Mais Educação que pode contribuir na lutar por uma educação pública de qualidade. Diante do investimento, se torna importante verificar os resultados obtidos nas escolas públicas com o Programa Mais Educação.

Ana Benavente (2001, p. 15) descreve o processo que Portugal teve que fazer, em meio a algumas adversidades na área da educação, quando a partir de 1995 elegeu a educação como prioridade nacional, instrumentalizado através de altos investimentos. A autora aponta que a questão da educação entrou na "primeira linha da comunicação social e da atenção da opinião pública".

Tendo em vista o nosso estudo, organizamos esta dissertação em três capítulos e as considerações finais.

No primeiro capítulo, *Percurso Teórico da Pesquisa*, dividimos em três partes, a primeira na problemática das exigências na educação atualmente, na segunda os projetos que existiram de ampliação da permanência dos estudantes nas escolas públicas brasileiras e na última parte descremos o funcionamento do Programa Mais Educação. Partimos de uma contextualização histórica, demonstrando os problemas e projetos com educação integral. Destacamos algumas concepções, outras metodologias de ensino e a política desenvolvida pelo Governo Federal.

Em nosso segundo capítulo, *Percurso Metodológico*, descrevemos o caminho a percorrer, abordando os objetivos, método, objeto, *lócus*, sujeitos, assim como os instrumentos utilizados para coleta dos dados e a análise dos mesmos. A opção metodológica foi o estudo de caso fundamentado na linha teórica de Yin (2010).

Para o terceiro e último capítulo, *Análise e Interpretação dos Resultados*, trabalhamos com o aporte metodológico da Analise do Discurso (ORLANDI, 1999) que aponta para um perfil qualitativo da pesquisa.

Para finalizar, construímos nossas considerações finais, focadas nos objetivos da investigação, destacando as principais reflexões na política desenvolvida de educação integral no Programa Mais Educação.

CAPÍTULO I

PERCURSOS TEÓRICOS DA PESQUISA

1.1 UM OLHAR NA PROBLEMÁTICA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

Na política educacional do Brasil é comum recorrer ao tempo livre para ajudar nas atividades desenvolvidas na escola, porém, para o Programa Mais Educação do Governo Federal intensificou os recursos e está fazendo uma "gestão intersetorial" com possibilidade cada vez maior de expansão (SILVA; SILVA, 2010).

> As políticas de educação, sobretudo nas sociedades contemporâneas, são construídas em meios marcados pela heterogeneidade e pela complexidade, sujeitas a procuras sociais nem sempre compatíveis e muitas vezes contraditórias, e que obrigam a definir prioridades, a excluir caminhos e a ultrapassar compromissos (TEODORO, 2003, p. 30).

Será que a política educacional utilizada no Programa Mais Educação, fomentado pelo governo federal brasileiro, têm contribuído para a melhoria no desempenho dos alunos do Município do Paulista? A ampliação da permanência dos alunos tem favorecido a qualidade do ensino e o desenvolvimento pedagógico e pessoal do homem integral? Os fundos e os planejamentos para a educação contribuíram na estrutura das escolas do Município do Paulista?

O Brasil é um país que tem uma imensa área com desafios devido as "assimetrias e desigualdades econômicas e sociais, regionais e étnicas", com um atraso na afirmação de escolas para inclusão das pessoas. Nos últimos anos houve um crescimento na frequência escolar, em seus níveis de ensino, tendo este crescimento como sendo um dos enormes problemas a serem resolvidos pelo poder público, problemas estes que para serem resolvidos precisaram de "múltiplos mandados" ou por pressão das "agendas" das organizações ou pelos interesses dos grupos sociais (TEODORO, 2003, p. 139).

As mudanças socioculturais estão acontecendo e têm marcado a vida dos homens e mulheres do nosso país, com preocupações, e dúvidas, tanto na qualidade do nosso ensino quanto na real finalidade que a educação exerce nos tempos atuais. Fatos de violência nas escolas são constantes e bastantes explorados pela mídia, tanto nos jornais, como em pesquisas que apontam para diferentes tipos de comportamento, principalmente dos adolescentes nas escolas.

O conceito sobre a escola está mudando e nenhuma mudança é simples, o papel da escola era apenas de instrução, hoje o papel da escola é mais abrangente, continua com instrução, mas agora acumula também o papel de proteção.

A escola também sofre mudanças por conta da influência das instituições financeiras, pois estabelecem critérios e índices que condicionam os empréstimos para os governos, só apoiando projetos se o país seguir as orientações das instituições, exigindo um esforço enorme de todos do país.

Para Teodoro (2003) a escola entrou numa dupla crise, uma de regulamentação e a outra de emancipação, passou de um nível doméstico para uma escala política e foi altamente massificada, com a massificação sugiram diversos problemas. Essas mudanças na educação fez com que a escola deixasse alguns valores utilizados necessariamente na manutenção da educação.

Esta falta de definição do papel da escola tem complicado o processo de ensino aprendizagem, prejudicando a qualidade da educação das escolas, principalmente as públicas do país que concentram a maior diversidade sociocultural.

Teixeira (1999) analisa a crise na educação brasileira, verificando através de sua origem, que o modelo da escola foi trazido para o nosso cotidiano com muitas deformações, onde quem estudava era quem tinha tempo para o lazer, estudava de forma voluntária e que quem estudava pertencia à classe dominante, pois, dispunha de poder aquisitivo para investir na educação de seus filhos.

1.1.1 Instituições financeiras mundiais e a educação brasileira

A OMC[4] (Organização Mundial do Comércio), o Banco Mundial[5] e o FMI[6] (Fundo Monetário Internacional) são as principais instituições que influenciam nessas políticas. O Banco Mundial, em 1950 a 1970, foi uma instituição voltada para realizar empréstimos aos países que foram destruídos pela guerra, para financiar a reconstrução e o desenvolvimento desses mesmos países. Depois, o Banco Mundial começou a financiar empréstimos para o terceiro mundo, procurando realizar políticas de industrialização desses países e não de

[4] A Organização Mundial do Comércio é uma organização internacional que trata das regras do comércio internacional. Em inglês é denominada World Trade Organization.

[5] Banco Mundial é uma instituição financeira internacional que fornece empréstimos para os países em desenvolvimento. O Banco Mundial começou a partir da criação do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento(BIRD) nas Conferências de Bretton Woods.

[6] O Fundo Monetário Internacional é uma organização internacional que procura assegurar o melhor funcionamento do sistema financeiro mundial com controle taxas de câmbio e da balança de pagamentos, através de assistência técnica e financeira.

políticas educacionais, utilizando argumento de que haveria o "crescimento econômico desses países e que a pobreza acabaria" (HADDAD, 2008, p. 20).

Para Teodoro (2003) foram criadas organizações internacionais de cunho não governamental para Nações Unidas e outras nações, sendo a UNESCO[7] especialista em educação, ciência e cultura, o FMI e o Banco Mundial são de ajuda financeira para os países que esteja precisando se desenvolver.

No Brasil, a utilização de empréstimos como uma nova forma de política demorou um pouco, mas em seguida se consolidou junto com outros países, à medida que estes empréstimos foi sendo utilizado provocou mudanças na legislação, alterando sua estrutura e, consequentemente, sua forma de direcionamento das políticas educacionais do Brasil. Uma dessas medidas foi a mudança de FUNDEF (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério) para o FUNDEB (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação), que atendeu interesses brasileiros e das organizações internacionais, tendo em vista que foi solicitado ampliação dos investimento na educação básica.

> Após essa análise tanto do FUNDEF quanto do FUNDEB, notam-se quão impregnados esses dois fundos estão na expansão quantitativa do ensino, e também a não complementação e não colaboração da união, o que ilustra perfeitamente o quadro neoliberal em que se configura, no qual a educação é vista como um fator capaz de aumentar o desenvolvimento do país, mas para isso precisa-se investir na educação, já que na década de 1990, como Oliveira (2000) destaca, as agências multilaterais (BIRD, CEPAL, FMI, UNESCO, ONU) começam a pressionar mais os países subdesenvolvidos para que invistam na educação básica, com a concepção de formação de sujeitos necessários ao mercado de trabalho (VAROTTO, 2009, p. 262).

O Banco Mundial estabelece atualmente um controle na eficácia dos investimentos na fase inicial, existem pessoas encarregadas de verificar a eficácia dos projetos financiados para a educação, mas não devemos avaliar o impacto nas políticas educacionais apenas sobre a ótica do Banco Mundial, pois, só funcionariam pequenos projetos, portanto o maior impacto se dá por conta das políticas públicas apoiadas pelo FMI (HADDAD, 2008).

[7] Unesco é a sigla para Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura. Foi fundada logo após o fim da Segunda Guerra Mundial, com o objetivo de contribuir para a paz e segurança no mundo, através da educação, da ciência, da cultura e das comunicações.

O Brasil, no início dos 1990 sofreu influência do Banco Mundial e do CEPAL[8] (Comissão Econômica da América Latina e Caribe) que, juntos, procuram incentivar os países a focar os recursos em educação básica, "vista como elemento essencial para um desenvolvimento sustentável e de longo prazo, assim como para aliviar a pobreza", contudo, não focou na educação básica e sim na educação infantil e, de acordo com a necessidade complexa de hoje, é necessário o desenvolvimento da cidadania, e não uma "visão claramente economicista", que foca da educação pura e simplesmente para o mercado de trabalho existente (TORRES, 1995 apud PERONI, 2003, p. 97). Como os conteúdos eram por força da necessidade do mercado, então eram focadas nas disciplinas de ciências (naturais), matemática, tecnologia e outras. Para Coraggio (2000, p. 59) o sentido principal deste sistema educativo é a "produção do capital humano".

O Banco Mundial e o FMI e, até mesmo, a OMC apoiam algumas metas, a UNESCO promovem dois tipos de metas, as MDM (Metas de Desenvolvimento do Milênio) e as Metas de Dacar (que ocorrem no Senegal) com promessas de desenvolvimento, emprego e renda para a população, só que na realidade esse domínio dado às instituições tem gerado poucos ganhos, principalmente para a maioria da população e causado uma das piores desigualdades financeiras (HADDAD, 2008).

Quem internacionalizou a problemática da educação foi a OCDE[9] (Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico), com essa política de países que dependiam da ajuda financeira, estes começaram a depender cada vez mais do capital estrangeiro que vinha das organizações. Com a necessidade de "auto-realização", e sendo a educação, com a chegada da modernização, a ser mais exigida, ficando em evidência com a chegada dos recursos financeiros. Já o Banco Mundial foi, a primeira instituição a traçar algumas orientações para as políticas educacionais, sendo responsável por transformar a "saúde dos países", verificando se os países conseguem cumprir os compromissos firmados (TEODORO, 2003, p. 72).

Os estudos demonstram que o Banco Mundial traz em média 114 condições para efetivação de financiamentos de projetos, para estas condições existem incoerências, David

[8] CEPAL foi criada em 1948 pelo Conselho Econômico e Social das Nações Unidas com o objetivo de incentivar a cooperação econômica entre os seus membros. Ele é uma das cinco comissões de econômicas do ONU, possui 44 estados e 8 territórios.

[9] A OCDE é uma organização internacional de 34 países que aceitam os princípios da democracia representativa e da economia de livre mercado. Criada para ajudar na reconstrução da Europa com o Plano Marshall.

Acher (2005) comenta que a inflação exigida inviabiliza o crescimento de investimento para a educação pública, com isto incoerências nessas metas existem, ou combatem a pobreza, ou o alinhamento de políticas estruturais que tem caráter de exclusão. Com o argumento de "maximizar eficiência" e "obter resultado", o Banco Mundial orienta a descentralização de recursos, dando autonomia às instituições que ficariam sendo as responsáveis pelos recursos (HADDAD, 2008, p. 21).

O Banco Mundial fala que o aumento do salário dos professores não traria tanto resultado quanto a melhoria nas instalações e no consumo de material didático, alegando que com essa melhoria, de acordo com pesquisas, o impacto seria dez vezes maior do que aumentar os salários dos professores, recomendando também um teto para o salário dos professores em 3,6 do PIB PER CAPITA do país (HADDAD, 2008).

Vera Peroni (2003), afirma que o papel do Estado é o de controle de economia com políticas fiscais e monetárias, procurando direcionar investimentos no crescimento da produção e do consumo, com objetivo de disponibilizar mais emprego. Com esta definição não se observa o bem-estar social, principalmente nos países de terceiro mundo, onde a situação se tornou crítica, com a promessa de desenvolvimento, porém a maior parte da população foi penalizada com poucas melhorias financeiras e em sua vida cotidiana, no que diz respeito aos direitos garantidos pelo estado.

Foi assim nestes termos que se gerou uma crise causada pelo rigor dos compromissos, sendo o ponto principal a intenção de garantir a limitação de gastos públicos e nada mais, fazendo com que aumentasse a desigualdade.

Teodoro (2003) no texto *Globalização e Educação* observa que em se priorizar o crescimento com tanta importância, tem levado os Estados a uma crise social do contrato social. Sousa Santos (1998) fala da perspectiva de um novo contrato social para uma transformação no estado nacional, dando mais sabedoria e assim assumindo poderes, tendo, portanto, como decidir caminhos políticos conflitantes. Esse novo contrato social exige uma definição de um novo papel do estado, fazendo com que os cidadãos se sintam atores dos direitos aos quais se submetem, a ideia é construir uma base de "projeto de modernidade" para uma melhoria coletiva, utilizando uma gestão democrática, nestes termos a escola pode ser um lugar de se trabalhar a cidadania (TEODORO, 2003, p. 97).

Para Peroni (2008) os governos comprometidos com o ideal neoliberal têm intervindo no capital, com isto se tornando o estado mínimo nas políticas sociais e distribuição de renda,

e estado máximo para o capital. Sendo o caso, o Brasil, com a reestruturação e fortalecimento através de pacotes econômicos no sistema financeiro do jeito que for preciso, "para salvar o mercado brasileiro da crise da bolsa na Coréia" (p. 33).

O Brasil tem uma das piores desigualdades do mundo, perdendo apenas para Serra Leoa, na África, o Brasil tem diminuído a pobreza nos últimos anos, em 2002, tínhamos aproximadamente 30,6% de pobres. Apesar de esse percentual indicar uma pequena melhoria, a desigualdade ainda continua grande (HADDAD, 2008).

O Brasil é um grande cliente do Banco Mundial, tendo contraído empréstimos que chegam a U$ 30milhões, e este montante vem crescendo, sendo que a maior parte, está indo para a educação, e os outros setores vêm diminuindo (HADDAD, 2008). Com esses recursos, também ocorre industrialização, de forma "tardia e intencionalizada", o estado tem o papel decisivo para "estabelecer horizontes coletivos", para tomada de decisões, e as pessoas envolvidas têm que ter ideias diferentes (PERONI, 2003, p. 35).

A crise no contrato social, comentado logo acima, traz a perspectiva de um novo contrato social que implicará no novo papel do estado (TEODORO, 2003). Para Habermas (1997 apud TEODORO, 2003) diz que a sustentação da ordem jurídica ocorrerá quando os cidadãos forem os autores do direto que estão sendo submetidos.

Peroni (2003) destaca o papel do Estado com a função de inserir o país na economia mundial:

> (...) Os Estados devem assumir o comando do processo de desenvolvimento (...) também, a função de gerir a inserção desses países no sistema econômico mundial, articulando os interesses internos e externos (...) (PERONI, 2003, p. 38).

No Brasil houve mudanças no papel do Estado para com a sociedade. Tivemos um período de ditadura militar que centralizou todo o poder, depois começou a descentralizar o seu poder em 1870, onde a supremacia de alguns Estados demonstrava o seu poderio econômico. Em 1946, tivemos uma constituinte que considerou a descentralização ultrapassada e complicada, período de pouca "performance tecnológica", em 1950 os Estados começaram a buscar recursos para a industrialização no país, sendo feito acordos com Bretton Woods[10], seguindo as diretrizes do FMI.

[10] Sistema Bretton Woods de gerenciamento econômico internacional, estabeleceram em julho de 1944 as regras para as relações comerciais e financeiras entre os países mais industrializados do mundo.

1.1.2 Problemática da educação brasileira

O Brasil atravessou o período da ditadura, com total centralização, agora vivencia a descentralização, porém, depois da eleição de 1982, o PMDB venceu as eleições e começou as negociações com o FMI, ocorrendo diversas consequências para este tipo de política (PERONI, 2003). Durante o período de descentralização, centralização e, posteriormente, descentralização, tivemos as leis que orientaram a educação nacional, a lei n° 4.024/61, que concedeu a união competências para fixar "diretrizes e bases da educação nacional", sendo constituída pelo Ministro da Educação Clementi Mariani; depois tivemos a lei n° 5.540/68, que norteou a reforma universitária com uma forma típica do regime militar; depois tivemos a lei n° 5692/71 (Lei de Diretrizes e Bases), que instituiu o ensino de 1° e 2° grau, e as demais providências instituídas pelo Ministro da Educação e Cultura (SAVIANI, 2008).

Neste momento, iremos fazer um breve levantamento sobre as principais leis educacionais brasileiras para que possamos nos situar na problemática educacional brasileira até a LDB (Lei de Diretrizes e Bases) vigente.

A lei nº 4.024/61 foi uma exigência criada por conta da constituição de 1946 e bastante debatida no congresso nacional, por exemplo, o deputado Gustavo Capanema[11] era contra a lei por achar ela "antigetulista", e não uma orientação pedagógica. Depois de debates, foi formada uma comissão, mas o projeto de lei chegou a ser arquivado, retornou depois de cinco anos como um novo projeto e novamente enfrenta vários entraves no congresso, mas é aprovada em 25 de fevereiro de 1960 (SAVIANI, 2008, p. 51).

A Lei atribui responsabilidades das escolas de todos os graus ao poder público para garantir o direito à educação, à liberdade do ensino para as escolas privadas e regula os "recursos para o desenvolvimento do sistema público de ensino". A criação de fundos nacionais para o ensino do primário, hoje conhecida como educação infantil, para o ensino médio e outro para o ensino superior, recursos dos fundos são fixados para uma cooperação

[11] Gustavo Capanema Filho (1900-1985), nascido em Pitangui foi um político brasileiro que ficou como ministro a mais tempo no cargo em toda a história do Brasil. Ingressou na política se elegendo vereador da câmara municipal de Pitagui. Em 1929 rompeu o pacto entre as oligarquias de Minas Gerais e São Paulo por conta da sucessão presidencial, aderiu à Aliança Liberal, que fez oposição aos governos de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraíba. Em 1929 quando indicarão o seu primo Olegário Maciel à sucessão de Antônio Carlos, seu nome passou a ser citado para ser integrante do futuro governo de Minas Gerais.

entre União e ensino privado, outra cooperação de recursos financeiros entre União, Estados e municípios, com os recursos públicos à iniciativa privada de ensino (SAVIANI, 2008, p. 51).

Uma lei criada estrutura o curso superior, por conta dos reformistas que assumiram como alvo as universidades, fazendo o governo tomar algumas medidas por conta do movimento estudantil. Em meio ao golpe militar de 1964, e passando alguns anos depois em 1968, é feita uma comissão para o projeto fixando normas de funcionamento para o curso superior, que foi transformada em lei de nº 5.540/68 (SAVIANI, 2008).

Com a lei, foi criada uma estrutura para o ensino superior, cria-se o regime de créditos nas universidades, e foi realizada uma "departamentalização" dos variados tipos de curso, com isso a lei cumpriu o seu objetivo, organizou uma estrutura e conseguiu desarticular, de certa forma, a mobilização dos alunos, tudo como os militares desejavam e ainda conseguiram criar uma forma de vestibular unificado que conseguiu eliminar "a figura dos excedentes" (SAVIANI, 2008, p. 87).

> (...) Os tais dispositivos, aparentemente apenas administrativos e pedagógicos (...) provocar a desmobilização dos alunos, que não mais organizados por turmas que permaneciam coesas durante todo o curso, ficaram impossibilitados de se constituírem em grupos de pressão capazes de reivindicar a adequação do ensino ministrado aos objetivos do curso (SAVIANI, 2008, p. 86).

A lei n° 5692/71 (LDB)[12], fixa as diretrizes para o ensino de primeiro e segundo grau, dando orientação sobre o currículo, criando uma parte comum e outra diversificada; orientou os estabelecimentos de ensino, estabelece o ensino supletivo para suprir a necessidade da sociedade, orienta integração com o ensino regular, depois estabelece regimes de trabalhos e formação, por último fala sobre o financiamento do ensino e sua aplicação (SAVIANI, 2008).

Nesta lei, conseguimos observar a existência de um tratamento dado ao currículo diferenciado, ela divide o currículo em duas partes, um chamado como "conteúdo comum" e outro chamado "conteúdo diversificado". Hoje encontramos em nossas escolas públicas apenas o conteúdo comum, não existindo conteúdo diversificado, quem resgata atualmente um pouco a necessidade de conteúdo diversificado é o Programa Mais Educação. Traz uma forma de adaptar o currículo às comunidades, pois, podemos escolher uma parte da

[12] A Lei nº 5692/71(Lei de Diretrizes e Bases da educação de 11 de agosto de 1972).

diversificada para cada escola, mas informações sobre estas metodologias verão mais adiante (BRASIL, 1971).

A atual Lei de Diretrizes e Bases, Lei nº 9.394[13] de 20 de dezembro de 1996, teve iniciativa por conta da constituição de 1988, sendo apresentados, em seguida, alguns anteprojetos, mas só vigorou em 1996. Na elaboração de seus textos, teve dois projetos que se diferenciavam justamente no papel do Estado. Um projeto construído a partir de processos de debates com a sociedade, principalmente através do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública, projeto conhecido como Projeto Jorge Hage[14], o outro projeto foi o projeto apresentado ao Senado e negociado pelo Ministério da Educação (ADRIÃO, 2007).

A lei demorou, contudo foi um marco na década de 1990, estabeleceu algumas definições e determina orientações para a educação, como o direito à educação, o financiamento à organização do sistema de ensino e a gestão democrática das escolas públicas do Brasil. Consolidou o direito à educação pública de qualidade em seus diversos níveis, incluindo o ensino regular de jovens e adultos acrescentando ao que não existia na Constituição de 1988.

No âmbito da organização nacional, cabe à União coordenar a política educacional, ficando o Ministério da Educação (MEC), sendo um órgão central da política, e quanto às responsabilidades, o município deve organizar, manter e desenvolver as instituições de ensino junto com a política da União e o Estado, ofertando o ensino em creches, pré-escolas, priorizando o ensino fundamental, podendo dividir a responsabilidade do ensino fundamental com o Estado, que é o que acontece com os Estados e municípios, é o que vamos falar mais adiante quando tivermos falando da educação integral nas escolas da Prefeitura da Cidade do Paulista.

No Artigo 206 da Constituição, prevê a "garantia de padrão de qualidade", criando um mínimo de gasto necessário por aluno, que foi interpretado como uma criação do fundo o FUNDEF (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério) (ADRIÃO, 2007).

---

[13] A Lei 9394/96, baseada no princípio do direito para todos, trouxe diversas mudanças em relação às leis anteriores, como a inclusão da educação infantil (creches e pré-escolas) como primeira etapa da educação básica.
[14] Resultado de um longo embate entre duas propostas distintas. A primeira conhecida como Projeto Jorge Hage, resultado de uma série de debates abertos com a sociedade, organizados pelo Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública, sendo apresentado na Câmara dos Deputados. A segunda proposta foi elaborada pelos senadores Darcy Ribeiro, Marco Maciel e Maurício Correa em articulação com o poder executivo através do MEC.

Em 2007, o FUNDEF foi substituído pelo FUNDEB (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica) e assim contemplou uma das exigências do banco mundial de prestigiar as séries iniciais, procurando angariar recursos com todos os esforços para a educação básica, com isto existe uma grande influência na política pública educacional, não por conta dos recursos, e sim pelas influências por conta das exigências que as organizações internacionais estabelecem.

No estado de Pernambuco, por exemplo, o Projeto EDUQ (EDUQ P069934)[15] que, com U$ 31,5 milhões, procura aumentar a inclusão e a qualidade do sistema de ensino público (HADDAD, 2008).

Para Haddad (2008), o FUNDESCOLA[16] (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação) é um projeto da educação básica e tem se transformado numa estratégia bastante abrangente, segundo o Banco Mundial, sendo financiado pelo FNDE e Banco Mundial. O FUNDESCOLA abrange 15 subprogramas, mas um deles é o PDE, que ajuda na compra de material para o trabalho. Com o PDDE, o governo libera recursos para as escolas e, consequentemente, para o Programa Mais Educação.

Como esse dinheiro, a escola pode ampliar a permanência de alunos na escola, pode adquirir material permanente, ou de consumo, e fazer pequenos reparos na escola ou algum tipo de manutenção e, até mesmo, fazer a conservação da escola. As escolas criam unidades executoras, conhecidas como UEx[17], para poder liberar os recursos do FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação), e para os demais programas existentes, estes repasses são feitos de acordo com a quantidade de alunos que estão matriculados (PERONI, 2003, p. 102). Para Teodoro (2003), as escolas têm recebido diversos investimentos, mas não são suficientes para uma melhoria na educação.

Mesmo o Brasil tendo evoluído nas leis educacionais ainda não temos um sistema educacional. Para Saviani (2008, p. 3), o Brasil não tem sistema educacional, pois se baseia em "teorias, métodos e técnicas importados ou improvisados". As soluções apresentadas,

---

[15] (Projeto Integrado de Desenvolvimento e Melhoria na Qualidade da Educação de Pernambuco). Aumentar a inclusão, a eficiência e a qualidade do sistema de ensino público; fortalecer e modernizar a Secretaria de Educação; modernizar o Estado, com intervenções executadas pela Secretaria de Educação e replicadas por outras instituições.

[16] É um Programa do Ministério da Educação, financiado também pelo BIRD e elaborado em parcecia com as secretarias estaduais e municipais de educação.

[17] Denominação de pessoa jurídica, determinada pelo Ministério da Educação (MEC) para orientar os responsáveis pelo recebimento, execução e gestão dos recursos financeiros da unidade escolar.

algumas foram improvisadas, sem um planejamento, diante destes procedimentos podemos dizer que não existe sistema educacional no Brasil. O interessante é que todos agem como se o sistema estivesse organizado e em pleno funcionamento. Saviani (2008, p. 119) afirma que para existir sistema temos que atuar a nível de "macroeducação".

Em 1946 foi quando o Brasil começou a organizar a educação com essas leis mencionadas, atribuindo com o artigo 5º da Constituição, competência para a união legislar sobre as "diretrizes e bases da educação nacional", contudo diretriz é uma linha de orientação geral e base significa uma superfície qualquer, com isto a Lei de Diretrizes e Bases são "preceitos genéricos e fundamentais" como disse Saviani (2008, p. 93), para Capanema (apud SAVIANI, 2008, p. 93) as diretrizes têm um conceito mais amplo, como "conjunto de preceitos normativos destinados a regular a estruturação" de algum estabelecimento. As leis visam à sistematização e no caso da LDB, visa à sistematização da educação, tendo em vista que mesmo sem a lei, já existia estabelecimentos de ensino e com a lei procura estabelecer o sistema, ou então criar condições, ou até mesmo instituí-lo.

Percebemos então que a lei procura dar condições para a sistematização do ensino, sendo uma expressão jurídica para uma teoria educacional (pedagógica), tendo usado o termo sistema com caráter administrativo e sem conhecimento da realidade nacional, só em identificar que a lei se limitou só ao caráter escolar já indica que o conjunto do sistema educacional não foi levado em consideração, consequentemente não podemos dizer que existe um sistema educacional, mas sim um caráter estrutural da educação.

Como consequências não têm um sistema de educação estabelecido, como foi colocado no título IV, do artigo 8º, da LDB de 1996, pois não preenche as características referentes à existência do sistema educacional, e o mesmo artigo fala que tem "sistemas de ensino", referendando cada vez mais a forma de uma estrutura educacional (SAVIANI, 2008, p. 11).

Um conceito de sistema que não gera polêmica é quando usamos sistema decimal, sistema excretor, sistema nervoso e outros, não existe discussão, porém quando falamos de sistema, ele tem como o foco principal as vivências humanas, como diz Saviani (2008), representa sua realidade, como ele se criou e se organizou, desenvolvendo cultura.

1.1.3 Educação brasileira e o desenvolvimento humano

Nos últimos anos a educação brasileira tem sido mais valorizada pelo Governo Federal, tanto a nível dos estudantes quanto ao nível dos profissionais envolvidos no processo de ensino. Estão investindo, utilizando recursos financeiros e com isso propondo utilizar algumas metodologias de ensino diferenciadas que estão sendo aplicadas atualmente, podemos citar o exemplo da metodologia utilizada na educação à distância.

> As agências internacionais, mais ou menos fiéis ao compromisso de Washington, tendem a promover uma retórica sobre a importância da educação (ou do capital humano) para o desenvolvimento económico e reconhecem a necessidade de investimentos nesta área. A União Europeia tem sido prolixa nessa retórica de reforço do financiamento educativo (GRAÇA, 2009, p.76).

Para Saviani (2008, p. 1) a educação é para a "promoção do homem", a educação é essencial para o seu desenvolvimento, para libertar de qualquer dominação, tendo em vista que com o regime capitalista, quem comanda é o mercado e se o indivíduo não se agarrar a educação, ficará refém do sistema.

> Só posso compreender a educação como o processo de preparação e distribuição de homens pelas diversas ocupações que caracterizam a vida humana, na atualidade. Três anos de escola elementar (...) não bastam para habilitá-los às ocupações corriqueiras, nem ao menos os preparam para fazer um pouco melhor o que terão que fazer de qualquer modo, mesmo levando a mais rudimentar das existências (TEIXEIRA, 1997 apud CAVALIERE, 2010, p. 255).

Algumas leis foram comentadas anteriormente, nelas a educação de qualidade é direito de todos com um mínimo do padrão de qualidade. Todo o foco da educação é destinado ao ser humano e seu desenvolvimento, assim como prepará-lo para exercer a sua cidadania e se qualificar para o trabalho como consta na LBD de 1996 (ADRIÃO, 2007).

O homem não é simplesmente natureza, ele pode propor, criar algo e assim se valorizar, e se ele se valoriza, cria objetivos e procura atingi-los. Quando a atividade é para se atingir objetivos, então é chamado de trabalho, que como sabemos a cada dia precisa ser mais qualificado, assim quando conseguir o que precisa se torna sujeito "autor da sua própria humanidade", através do seu trabalho, pelas suas vontades e conseguindo assim realizá-las. O homem não é só corpo, temos que considerar o que ele construiu, produzindo conhecimentos

e informações, assim como: "valores, filosofia, ciência, arte, direito e consequentemente cultura" (COELHO, 2009, p. 16).

Educadores pensam que a educação tem o objetivo de contribuir no meio físico e procura aproveitar as condições que são oferecidas, a necessidade existente no homem no aspecto estrutural ou físico, é inquestionável, o problema é realmente verificar quanto aos outros aspectos, pois, teremos uma infinidade de aspectos.

Os educadores precisam levar em conta, sobretudo os seguintes aspectos e realidade: física, biologia e a psicóloga de todo o educando. Os três citados se agregam de forma a denotar toda a realidade do ser humano.

> (...) o resultado positivo desta análise indica, pois, que, ao educar, não posso deixar de levar em conta, além da realidade física e biológica, a realidade psicológica do educando. O conjunto desses três a priori compõem o quadro natural da realidade humana (SAVIANI, 2008, 43).

Existe também outro aspecto que terá que ser considerado sobre a influência do humano, o aspecto cultural que fica num âmbito artificial, sendo a linguagem no que considera próximo, por exemplo, o ambiente familiar onde encontrará e definirá o que gosta.

O homem por si só produz cultura, "no domínio da liberdade e não da necessidade", quando se apropria da cultura existente. Quando nascemos temos zero de cultura, pois não se transmite pelo sangue ou de outra forma de passagem, não é certo que um filho de um advogado vai ser outro advogado, um pai com certa profissão não significa que obrigatoriamente seu filho terá a mesma profissão. Nascemos "animaizinhos" e construímos história com aquisição de conhecimentos, valores, crenças e nos tornamos "cidadãos" (COELHO, 2009, p. 30).

1.2 A CONSTRUÇÃO RETÓRICA DA AMPLIAÇÃO NA JORNADA ESCOLAR

1.2.1 Pressupostos históricos do Programa Mais Educação

O Programa Mais Educação se utiliza da metodologia de educação integral. A educação integral tem uma história que não é recente, começa logo no início do século XX, durante este período até os dias de hoje existiram vários momentos importantes para nossa pesquisa, porém existiram dois momentos marcantes, um com os Centro Educacional Carneiro Ribeiro (CECR)[18] na década de cinquenta, e outro com os Centro Integrado de Educação Pública (CIEP)[19] na década de oitenta e noventa, que veremos mais adiante.

A educação integral, escola integrada e educação em tempo integral são metodologias de ensino, formas de agir pedagogicamente encontradas durante a história da educação brasileira, mesmo existindo formas diferentes de utilização do tempo, todas representam um aumento no tempo de permanência dos estudantes nas escolas.

> Nas discussões sobre a dimensão pedagógica da prática de ensino (...) a ênfase na ação de planejamento como um conjunto de etapas pré-definidas, mecanicamente seguidas sem questionamento mais crítico. E dentro do planejamento, a escola de procedimentos e recursos se converte na decisão prioritária do educador, reduzindo ao significado da metodologia para o trabalho pedagógico (FORESTI, 2009, p. 3).

Para falar sobre o Programa Mais Educação temos que estabelecer a diferença entre a educação em período integral, educação integral e educação integrada. Freitas e Galter (2007) definiram a educação em período integral como sendo de privilegio de pequena parcela da população e era voltada aos dirigentes da sociedade, onde a tarefa educativa era realizada em período integral. A questão da educação integral ficou conhecida como escola nova, no início do século XX, vista como transformadora que conseguiria reduzir conflitos, pois objetivava a formação do cidadão. Já a educação integrada surgiu com Anísio Teixeira, a fim de integrar outras funções sociais.

[18] Centro Educacional Carneiro Ribeiro, idealizado e planejado por Anísio Teixeira quando Secretário de Educação do Estado da Bahia (1947-1950).
[19] Centro Integrado de Educação Pública, uma realização de Leonel Brizola em quanto governador do Rio de Janeiro, projetado por Oscar Niemeyer.

Em nossa pesquisa procuramos descobrir projetos existentes em nosso país, além desses que mencionamos e também alguns outros espalhados pelo mundo, para que possamos responder as indagações e atingir o nosso objetivo principal.

Tivemos na década de 20 uma transformação na economia e ao mesmo tempo um crescimento substancial da demanda pela escola, que foi bastante questionada sobre a forma de como atender a esta nova demanda. Diante de tal problema, começaram a reduzir a permanência dos alunos na escola, reduzindo também a educação primária da escola com o argumento de atender a demanda existente naquele momento (FREITAS; GALTER, 2007).

De acordo com Teixeira (1994 apud CAVALIERE, 2010), quando a escola deixou de ser da classe média e passou a ser do povo, passou a ser procurada cada vez mais, tendo uma grande quantidade de matrícula, mas diante da demanda logo as escolas começaram a ter dois turnos, três e até quatro turnos para suprir as necessidades.

Em meio a demanda de estudantes a educação integral começou a dar os primeiros passos na década de 20 e 30, onde a educação assumiu uma carga horária maior, com tarefas sociais e culturais. Neste intervalo de tempo existiram duas correntes políticas: as autoritárias e elitistas, procuravam o controle social com uma distribuição de pessoas em locais hierarquizados, nesta tendência estava a educação integral com a Ação Integralista Brasileira (AIB)[20]; a corrente política liberal que utilizava a educação integral para recompor as "bases sociais", procurando caminhar sempre no sentido democrático, no qual só poderia ter um bom desenvolvimento com indivíduos formandos, com uma participação em conjunto. Na corrente liberal, encontrávamos Anísio Teixeira[21], o qual já tinha uma elaboração teórica e técnica que procurava aumentar funções básicas da escola e o "fortalecimento como instituição" (CAVALIERE, 2010, p. 249).

[20] Ação Integralista Brasileira. Partido político brasileiro fundado em 7 de outubro de 1932 por Plínio Salgado.

[21] Anísio Spínola Teixeira nascido no dia 12 de julho de 1900 em Caetité (BA). Seus pais eram fazendeiros, estudou na Bahia e depois foi para o Rio de Janeiro cursar direito, formando-se no início da década de 20. Fez viagens para verificar como funcionava a educação em outros países como Espanha, Bélgica, França e Itália, indo também para os Estados Unidos por duas vezes que culminou em um projeto educacional para o Brasil. Foi nomeado diretor de Instrução do Rio de Janeiro e lá criou uma rede educacional municipal que iria do ensino primário até a universidade. Foi perseguido na ditadura saindo do seu cargo em 1936 e voltando para a Bahia e assumindo a educação em 1947. Foi um dos idealizadores da UnB (Universidade de Brasília). Entregou a direção da UnB para Darcy Ribeiro que é considerado seu "sucessor", tornando-se reitor em 1963. No golpe de 1964 foi afastado, indo para os Estados Unidos lecionar, trabalhando em Columbia e Califórnia. Defensor e divulgador do movimento conhecido como Escola Nova, que teve como um dos idealizadores John Dewey. Teixeira com o seu pragmatismo defendeu e aplicou a sua ideia com a criação na Bahia do CECR (Centro Educacional Popular Carneiro Ribeiro). Em 1965 volta ao Brasil, morrendo no dia 11 de Março de 1971 (Briza, apud Barros, 2008).

Para Peroni (2003), antes dessas correntes políticas quem comandava era as oligarquias agrárias que detinham o eleitorado das regiões e também o controle fiscal, por conta do mercado dominado principalmente pelos cafeicultores, onde começaram a ter dificuldades com a ANL[22] (Aliança Nacional Libertadora) e a AIB (Ação Integralista Brasileira):

> O poder das oligarquias agrárias tinha base fiscal e eleitoral nas regiões. Nesse sentido, elas sentiram-se ameaçadas pelos movimentos políticos de base urbana representados, principalmente, pela Aliança Nacional Libertadora (ANL) e pela Ação Integralista Brasileira (AIB), que apontava para um eleitorado urbano não-controlável pelos velhos mecanismos de poder local (PERONI, 2003, P.40).

Foi um período que alguns setores intermediários juntos com os operários começaram a emergir, exigindo cada fez mais demanda e assim romper com o "padrão de renda concentrador de distribuição de renda", causando uma crise por conta da falta de emprego e salários baixos, rompendo com a confederação oligárquica (PERONI, 2003. p. 41).

Figura 1 – Anísio Teixeira

Fonte: http://elfikurten.blogspot.com/2011/02/anisio-texeira-o-inventor-da-escola.html

No período entre os anos de 20 e 30, uma euforia pela educação escolar tomava conta e perpassava por qualquer orientação, existia um sentimento que se espalhou tomando conta de todos, momento este que definiu educação integral com conceitos diferentes de acordo com os projetos existentes na época. De acordo com a AIB, tínhamos uma educação integral quando envolvemos estado, família e religião em harmonia pela escola. A AIB foi

[22] Organização liderada pelo Partido Comunista do Brasil em 1935, para lutar contra a influência fascista no Brasil.

transformada em partido político em 1935, sendo um movimento criado para ser bem mais que um partido, procurava uma concepção nova sobre a política e filosofia do mundo, fazendo com que a escola tenha um papel fundamental.

> Em seus documentos doutrinários, pregava que a educação escolar das massas não se limitava à alfabetização, mas visava elevar o nível cultural da população envolvendo aspectos físicos, intelectuais, cívicos e espirituais da formação dos indivíduos. O movimento tinha como lema a educação integral para o homem integral (CAVALIERE, 2010, p. 249).

O movimento que envolveu diversas correntes políticas em prol de uma educação integral foi a dos integralistas, os quais tinham uma visão da formação do homem para a sociedade e de uma escola que favorecesse esta formação com uma educação, da qual se constituía de uma tríade: Deus, pátria e família, apresentados no movimento de outubro de 1932. Neste movimento é separado o conceito de educação e instrução, estabelecendo que coubesse a instrução à parte de informar, para formar o intelecto e desenvolver aspectos para compor o homem em artístico, técnico e científico; para a educação era dispensada a formação do caráter do homem.

Em trechos, Plínio Salgado, um dos responsáveis pelo movimento integralista, publicou em um periódico chamado "O Juramento", em Teresópolis (9/6/1935), que apresenta a expressão "consciência nacional esclarecido e subordinado aos imperativos espirituais e cívicos", percebemos que com essa expressão tendem a formar uma visão perfeita para a sociedade, baseada na "educação intelectual" e "escola moral", juntas seriam capazes de elencar conhecimentos necessários para a formação de uma consciência. No entanto no último trecho fala sobre educação e instrução, as definições se mesclam nas relações da hierarquia, conformidade e obediência, sendo assim, as relações existentes que estabelecem uma educação integral de acordo com os fundamentos éticos e políticos (COELHO, 2004, p. 5).

Essa ideia de uma educação que renovasse a "moral social e individual" foi comum no início do século com os integralistas, sendo mais convicto com a parte moralizadora da educação. De acordo com os integralistas os valores da educação eram: sacrifício, disciplina, sofrimento e obediência. Tendo que cumprir os compromissos, atendendo as ordens dos superiores e espalhando sua doutrina pelos quatro quantos do mundo, defendendo seus ideais até a morte. Independente do modelo educacional existente mesmo este de formação do homem, ele se submeteria ao estado que orienta e deveria está se

ajustando as necessidades do indivíduo e assim atendendo aos interesses do estado, da família e da religião (CAVALIERE, 2010, p. 250).

Para os integralistas a educação tinha característica doutrinária, entendia a formação como uma adequação a uma verdade que já existe, ou seja, a educação escolar era doutrinária com uma ideologia religiosa, com aspectos da educação integral, como atendia os integralistas. Numa corrente oposta aos autoritários brasileiros, estava a proposta de educação integral dos socialistas utópicos que tinham esta metodologia de ensino como bandeira política; a corrente dos liberais pensou na educação integral como uma forma de propagar a democracia. Com isto a educação esteve presente nas representações políticas da época.

Assim a educação brasileira foi produzida e privilegiou a minoria da população, colocando a margem a grande maioria, dando uma aparência de democracia que foi reafirmada por Capanema, o qual falou que o ensino oferecido era para os ricos e os pobres (ALMEIDA, 2001).

A sociedade brasileira teve um grande crescimento demográfico. Neste meio estava a educação, procurando se organizar através de artigos, congressos e associações de professores em prol de mais verbas para a educação. Com a constituição entrando em vigor e Lei de Diretrizes e Bases (LDB) que não existia naquele momento, e chegando até a atual LDB que demorou 10(dez) anos para entrar em vigor, no governo de Fernando Henrique Cardoso (BARROS, 2008).

Neste período que se estabeleceu eleições diretas, criaram-se diversos partidos como Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) que sucedeu o MDB; Partido Democrático Social (PDS) sucesso da Arena; Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) de Ivete Vargas; Partido Democrático Trabalhista (PDT) com Brizola; Partido dos Trabalhadores (PT) reunindo diversos trabalhadores, que elegeram em seus Programas prioritariamente a educação em seus discursos. Com esse discurso elegeram em 1982 governadores em MG, SP, PR, PA, AM, AC, MS, GO e ES vinculados ao PMDB e no RJ sendo eleito um governador do PDT que representou um grande desligamento da política educacional utilizada durante o período militar, que tinha como base a exclusão de alunos que foi identificada em alguns estudos. Surgindo algumas experiências, procurando a melhoria da educação, alguns exemplos são: EDURURAL (Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Rural), Ciclo Básico do Estado de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro (CB), Programa de Formação

Integral da Criança (PROFIC), CIEP e em outro estado como no Paraná tivemos o aumento do tempo de permanência dos alunos na escola (BARROS, 2008).

1.2.1.1 Escola nova, movimento conhecido como escolanovismo.

Para falar sobre educação integral precisamos falar sobre uma corrente filosófica pragmatista conhecida como escola nova ou como foi chamado de "movimento escolanovismo", um dos autores que mais influenciou nessa corrente foi o filósofo John Dewey[23], tinha como idealismo na educação integral uma educação que seria a "reconstrução da experiência" (CAVALIERE, 2002, p.251).

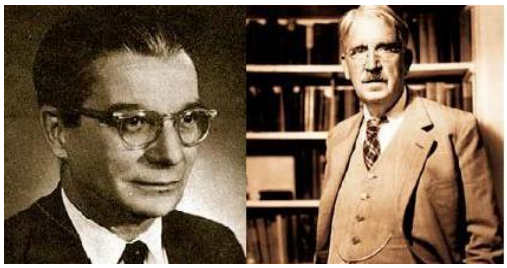


Figura 2 – Anísio Teixeira e o filósofo John Dewey

Fonte: http://elfikurten.blogspot.com/2011/02/anisio-texeira-o-inventor-da-escola.html

O movimento surgiu no início do século XX, procurava dar uma nova "vocação" para a escola que era chamada tradicional, começando a ter uma grande demanda em toda a sociedade, também era um período de industrialização e chegada da democracia. Este movimento contribuiu para propagar a concepção de educação integral por todo o Brasil, trazido por Anísio Teixeira, discipulo de John Dewey, americano e um dos fundadores da corrente filosófica pragmatista que ganhou força no Brasil ao considerar as escolas tradicionais e insatisfatória. Teixeira escreveu diversos textos e executou ações com este tipo de metodologia, influenciando a educação brasileira, onde encontramos vários trabalhos e correntes semelhantes seguindo esta linha de pensamento.

[23] Jhon Dewey nasceu em 1859 em Burlington, nos EUA, onde fez sua graduação. Durante sua juventude encontrava-se numa sociedade homogênea e em seguida rumou para uma sociedade bem dinâmica. Fez doutorado e foi ser docente na Universidade de Michigan, saindo e voltando onde nasceu depois para ser diretor do departamento de filosofia. Foi um dos fundadores da escola filosófica, do pragmatismo juntamente com Charles Sanders Peirce e William James.

Esta metodologia, em linha geral, esteve preocupada com a "valorização da atividade" ou a "experiência". Metodologia que foi bastante frequente no século XX, trazendo projetos importantes para a educação, porém sempre tinham caracteristicas que se assemelham a expansão da jornada escolar.

Existiram alguns detalhes que não foi muito bem sucedido em algumas escolas, porém foi bastante focado a "educação intelectual e criadora" em seu meio social da escola, consequência da autonômia dos alunos e professores que assim influenciaram na formação da criança. O movimento mesmo que minoritário deixou para a área educacional, que a democracia seria algo mais do que uma estruturação política e sim uma forma de vida associada de experiência conjunta e mutuamente comunicada (CAVALIERE, 2002, p. 252).

A educação tinha como fator principal a parte pedagógica que até o momento era tradicional na autoridade, obediência, esforço, concorrência e na cultura intelectual e abstrata. Para o movimento a educação escolar seria o ponto principal com foco no "mundo moderno e democrático, em torno da liberdade, da iniciativa, da autodisciplina, do interesse e da cooperação". As escolas visavam a aprendizagem e a educação, rompidas na era moderna (CAVALIERE, 2002, p. 252).

A escola nova foi um movimento que teve grande avanço democrático, que cria uma discussão sobre o método e dava outra visão na forma de aprender, tendo uma ligação entre escola e a vida na sua plenitude.

CAVALIERE (2002, p. 252) considerou o movimento escolanovismo como uma forma da educação passar do liberalismo clássico, considerado revolucionário, para o liberalismo moderno. Período onde temos o capitalismo, no qual o estado começa a assumir "funções reguladores".

Enquanto o movimento hipervaloriza o "papel da educação escolar na dos indivíduos", a sociedade cobrou explicação sobre esta situação e o movimento teve papel conservador onde explica que a escola conseguiria dimirir conflitos (CAVALIERE, 2002. p. 252).

De acordo com Saviani (1989 apud RIBEIRO; RODRÍGUEZ, 2001), o escolanovismo conseguiu desviar o foco das preocupações políticas e o seu conjunto para a parte pedagógica, no interior das escolas mantendo o aumento das escolas de forma que a classe dominante aceitasse fazer o ensino de acordo com os seus interesses. Classificou em pedagogia tradicional e pedagogia nova e, em três teses procurou esclarecer o carater progressista da pedagogia nova, estabelecendo como uma forma dominante da educação.

Classificou em dois tipos de educação, mas quem prevaleceu foi a pedagogia nova[24] sobre a tradicional[25], porém foi definida como extremista ao critiar a tradicional. Saviani (2001 apude RIBEIRO; RODRÍGUEZ, 2001, p. 9.) ao identificar a crítica feita a tradicional utilizando a "teoria da curvatura da vara", dizendo que quando uma vara está torta não basta desenvergar tem que envergar para o lado oposto. Sobre a tradicional colocou que houve uma inversão de valores ao definir "senso comum" como cheia de vícios e com nenhuma virtude.

Para os brasileiros a exclusão das classes baixa foi realizada ao longo do tempo, mas não com utilização de métodos da educação nova ou pedagogia nova. Pelo contrário os conteúdos rígidos, disciplinas, "rejeição à diferença culturais" e reprovações, elementos justamente da pedagogia tradicional foram mais eficientes no fracasso das escolas, retirando as crianças das escolas (CAVALIERE, 2002, p. 254).

A ideia principal da pedagogia nova era de iniciar canais de comunicação entre as práticas cotidianas e a formalização do conhecimento, de acordo com os idealizadores Claparide, Montessori, Decroly, Dewey e Frenet, fazendo um envolvimento entre a forma com que se aprende e os conhecimentos escolares na experiência da vida. Existiram diferenças internas no movimento, mas eles tinham em comum a experiência de uma construção social, com novos homens e novas bases escolares.

Mesmo com tanta influência dos pensadores da europa e alguns educadores no Brasil, não chegaram a alterar muito a forma como a metodologia de ensino existiu em nosso país. Em geral o sistema capitalista não optou pela pedagogia nova por conta dos altos investimentos, preferiu ficar com a teoria fundamentada no "capital humano", onde a educação é um produto (CAVALIERE, 2002, p. 255).

A pedagogia socialista[26] fez uma associação entre escola e o trabalho, aqui existiu a ideia de educação integral, os anarquistas também "tinham a educação integral como uma bandeira política" e muitas experiências foram retiradas pelos socialialista para a formulação da pedagogia nova (CAVALIERE, 2002, p.255).

---

[24] Pedagogia Nova, conhecida como movimento do Escolanovismo ou Escola Nova, origina-se na Europa e Estados Unidos, no final do século XIX, influenciando o Brasil por volta dos anos 1930. Bastante influenciada por Anísio Teixeira.

[25] O papel da escola é para o preparo intelectual, Iniciou-se no século XIX e domina grande parte do século XX, sendo ainda hoje utilizada.

[26] Pedagogia onde diz que, quem estuda aprende, e com a educação pode progredi e transformar a sociedade. A pedagogia socialista tem Marx e Engels como fonte inspiradora.

Para a concepção pragmatista da educação integral baseada nas teorias de Dewey, vida e experiência caminham juntas, as experiências geram modificações, experiências são aprendizagens que geram transformação, como temos várias experiências humanas teremos aprendizagens variadas.

Segundo CAVALIERE (2002, p. 248) é possivel classificar ou até mesmo escalonar experiências de nossas vidas, nesse caso podemos verificar as mais ou menos significativas. As experiências encaminham os pensamentos mais relevantes para a vida. Quando se pensa aprendemos coisas sobre nós e consequentemente sobre o mundo. A educacção é esse processo contínuo "reconstrução por meio de experiência", neste caso uma experiência reflexiva.

Para as ideias da escola nova a escola deixa de ser só instrumento e passa a ter objetivos, não considerando com isso que na escola ocorra uma educação qualitativa, mas é local de vida e "experiência", um meio para desenvolver "experiências reflexivas", como um guia, pois, embora a escola seja um ambiente para instrução de forma planejada com assentos selecionados, na escola o processo de integração é feito através de uma ação que envolve interesse, compartilhamento e pensamento, que sempre existirão (DEWEY, 1959 apud CAVALIERE, 2002, p 261) (CAVALIERE, 2002, p. 259).

Para Dewey (1959 apud CAVALIERE, 2002, p. 260) a escola deverá ser como uma "micro-sociedade", estabelecendo experiências reais com as relações interpessoais, a aprendizagem sendo indireta através de alguns meios sociais em vários níveis, fazendo com que a vida pública e a privada ocorra de forma integral. Essa aprendizagem através de um meio, escola, e também com o uso de vivências e não de transmissão de conhecimento, é a principal característica da educação integral, como sendo uma metodologia bastante utilizada na história da educação brasileira.

Apesar de procurar desenvolver as atividades como uma "micro-sociedade" fica com um paradoxo quando protege e ao mesmo tempo expõe a criança, tendo dificuldade em achar um equilibrio entre essas duas vertentes. Para Dewey estes dois pontos não têm dificuldade para os brasileiros, mas sim na capacidade de criar essas experiências que poderiam ser usada para a conquista dessas crianças. Mesmo com todas as preocupações que são características da educação integral, os reformistas não conseguiram, com seus ideais, caminhar para uma vida melhor e que procurasse caminhos para uma maior humanidade.

Temos que ter apenas o cuidado de uma vida escolar não constituir "modelos vivos" para serem manipulados. Também não sejam utilizados como modelos pré-determinados a fim de atingir certos objetivos (CAVALIERE, 2002, p. 259).

A proposta da escola nova existiu no momento conturbado, onde a palavra que prevaleceu foi o conceito-chave, ordem, porém o que acontecia realmente era a desordem, junto com o ensino da república velha tinha a proposta da Escola Nova e a "infiltração vermelha" por conta da "pedagogia êxotica" (ALMEIDA, 2001, p.44).

Esta forma das escolas trabalharem teve dificuldades durante o período de sua existência, porém temos que destacar a importância dessa nova experiência com um diferencial no intelecto da educação dessas crianças alterando de forma considerável toda a comunidade escolar (BARROS, 2008, p.45).

1.2.2 O início da influência da educação integral com os CECR

Na cultura de uma sociedade sempre esteve presente a educação escolar, durante os anos 20 e 30 teve uma maior força devido as grandes influências políticas, mesmo no meio de um embate político surgem correntes que influenciaram para que existisse em nossa educação uma orientação para socialização e preparação para o mercado de trabalho.

Uma dessas correntes foi formada por Anísio Teixeira, como político tinha seus ideais, e um deles veio se fortalacendo, a vontade de aumentar a jornada escolar, registrando em seus documentos diversas informações nos níveis escolares. É importante registrar que o mesmo não falava em educação integral, de acordo com Cavaliere (2010) talvez para que não existisse nenhuma comparação ou identificação com os integralistas que utilizaram abundatemente nos anos 30 o termo "homem integral", "educação integral" e "Estado integral".

Anísio Teixeira inicia seu caminho pela educação quando assume a direção da Instrução Pública do Estado da Bahia em 1927, fazendo uma viagem aos Estado Unidos assistiu a cursos na Universidade de Columbia, visitou diversas instituição que trabalham com educação, permanecendo durante algum tempo, em 1928 faz nova viagem tendo oportunidade de se qualificar melhor, despois voltou a Universidade Columbia tendo vistas de diploma de

Master of Arts[27], conhecendo os textos de John Dewey e outros que marcaram bastante na sua formação e assim idealizou um projeto para a educação.

Chegando ao Brasil, procurou desencolver a ideia de jornada escolar ampliada de acordo com as ideias escolares americanas, junto com as adaptações necessárias que já previa em seu projeto, esta metodologia ainda é muito forte em nossas políticas educacionais.

Durante o período que administrou, procurou mudar a realidade da educação local e terminou influenciando a educação do brasileira. Enquanto viajava para os Estados Unidos deixou uma lei estadual na Bahia tramitando que terminou influênciando outros Estados como São Paulo com Sámpaio Dória, o Ceará com Lourenço em 1922, e em Minas Gerais em 1926 tendo como a pessoa responsável Francisco Campos.

Com Anísio Teixeira em 1950 foi implantado o Centro Educacional Carneiro Ribeiro (CECR) na Bahia. A ideia inicial não era de educação integral propriamente dito, pois o que havia era a educação integrada, mas serviu de base para que outros implantassem novas formas de ensino. Baseando-se na ideia da educação integrada foram criado os CECRs[28], que privilegiou uma restrita parte da população pelos altos custos, o CECR é composto de "escola de classe" formada por letras e ciências, e "escola parque" constituída por atividades sociais, artísticas e esportistas:

> Haverá escolas nucleares e parques escolares, sendo obrigada a criança a frequentar regularmente as duas instalações. O sistema escolar para isso funcionará em dois turnos, para cada criança. Em dois turnos para crianças diversas de há muito vem funcionando. Daqui por diante será diferente: no primeiro turno a criança receberá, em prédio adequado e econômico, o ensino propriamente dito; no segundo receberá, em um parque-escola aparelhado e desenvolvido, a sua educação propriamente social, a educação física, a educação musical, a educação sanitária, a assistência alimentar e o uso da leitura em bibliotecas infantis e juvenis (TEIXEIRA, 1997 apud CAVALIERE, 2010, p. 256).

O CECR foi um modelo criado para melhorar e aumentar as escolas primárias, uma das primeiras a ser entregue foi localizada no bairro pobre de Salvador chamado de Liberdade. A escola era formada de quatro Escolas-Classe e uma Escola-Parque, com um total de onze prédios.

---

[27] *Master of Artes* – Mestrado em Artes do latim *Magister Artium*, que é um grau acadêmico concedido em um grande número de países.

[28] CECR – Centro Educacional Carneiro Ribeiro, com o acréscimo da letra "s" minúscula, para indicar plural, indicando mais de uma unidade construída.

> Não obstante isso, é preciso entender o que vem sendo essa forma de atendimento escolar, como vem sendo construída e qual opção tem sido implementada no processo de escolarização em nossa sociedade. Tendo em vista, que a chamada "educação em tempo integral" é um resultado dos embates que acontecem na sociedade entre classes com interesses antagônicos (FREITAS; GALTER, 2007, p. 124).

Os alunos permaneceriam para estudar durante quatro horas com as disciplinas de linguagens, aritmética, ciência e estudos sociais, depois de cumprir seus horários os alunos seguiriam para Escola Parque. A Escola Parque foi importante para que os alunos atingissem o objetivo de educar de forma integral, eles eram organizados pelas idades e de acordo com suas preferências, distribuídos nas salas com no máximo 30 (trinta) alunos em setores determinados pelas atividades existentes (BARROS, 2008, p.45).

Os setores da Escola Parque são:

- Setor de trabalho: artes, industriais e plásticas;
- Setor de educação física e recreação: jogos, recreação, ginástica, etc.
- Setor socializante: grêmio, jornal, rádio-escola, banco e loja.
- Setor artístico: música instrumental, canto, dança e teatro.
- Setor de extensão cultural e biblioteca: leitura, estudo e pesquisa, etc (EBOLI, 2000 apud BARROS, 2008, p. 18).

No CECR "tinham assistência médica, alimentar, odontologia e também orientação educacional e supervisão". Tendo como objetivo dar uma maior oportunidade de uma integração melhor com a comunidade, ao serem feitas atividades estimulantes para a comunicação entre os colegas. Com esta integração também iriam adquirindo conhecimentos dos seus direitos e deveres, de forma que o indivíduo possa atuar como um cidadão comum (BARROS, 2008, p.46)

O centro ficava com crianças de 7 (sete) até os 15 (quinze) anos com uma organização que priorizou a organização por idade. Previa-se a construção de casas para 5% das crianças definitivamente abandonadas. No centro ficavam cerca de 400 alunos de 07:30h até 16:30h. Anísio Teixeira pretendia construir sete centros oferecendo formas de conhecer e conviver melhor em suas vidas na sociedade, servindo de modelo para a construção do sistema escolar de Brasília.

É importante informar que o Centro Educacional Carneiro Ribeiro sofreu com a degradação durante o tempo, porém no ano de 2000, existiu uma grande reforma principalmente em sua estrutura física, reforma esta realizada pelo governo do estado da Bahia, sendo inaugurado em 2002 com aproximadamente 3.770 alunos vindos de outra escola que passaram a realizar diversas atividades como: artes, atividades laborais, esporte e jardinagem. Os alunos têm uma jornada de 9 horas diárias, porém não é obrigada a frequência na escola parque, mas existe uma grande participação dos estudantes. O CECR passou a ser chamado de complexo estudantil CECR, por conta de algumas escolas que passaram a fazer parte do complexo, tais como: Escola Classe Álvaro Silva, Pedro Vaz, Marquês do Maricá e Saldanha Marinho.

Anísio Teixeira com o CECR influenciou a educação brasileira com seus ideais, pois logo depois foi chamado para Brasília, para utilizar o modelo que desenvolveu e criar o Sistema Integrado de Educação Pública de Brasília, mas "quase foi descartada no seu nascedouro". Para estudiosos o bom resultado obtido em Salvador se deu através de uma boa qualificação dos educadores envolvidos no processo (BARROS, 2008, p. 48).

1.2.3 Sitema de Educação Pública de Brasília

Sobre Anísio Teixeira não podemos deixar de verificar a relação entre o meio social e a escola, a escola como sendo um meio de fazer com que nossas crianças sejam preparadas para seu envolvimento social, conseguindo sua inserção e adequação. Entendendo que a escola tinha o papel de ir de encontro com as "(...) necessidades materiais e espirituais definidas pelo desenvolvimento da sociedade" (BARREIRA, 1989, apud BARROS, 2008, p. 48).

Com essas definições no início da década de 60, tivemos outra experiência de educação de tempo integral em nosso país, na capital do Brasil, sendo chamado de Sistema Integrado de Educação Pública de Brasília, idealizado por vários educadores e capitaneado por Anísio Teixeira. Um projeto que estava um pouco sem orientação, mas foi sendo realizado com a qualificação dos professores de Brasília, os professores foram levados para conhecer de perto como funcionava o modelo da Bahia, o Centro Educacional Carneiro

Ribeiro, conhecendo sua proposta e as práticas para que fosse aplicado do Distrito Federal, em Brasília.

A composição do sistema que existiu em Brasília foi o do Centro de Educação Elementar, com os jardins da infância, os Centros de Educação Média com a Escola Secundária e a Parque com Educação Média, a Universidade de Brasília com institutos, faculdades, administração, biblioteca, campos e desporto (TEIXEIRA, 1961 apud BARROS, 2008).

Era obrigado aos estudantes assistirem as aulas a partir dos 4 (quatro) anos e seis meses nos jardins, depois passaram para a Escola Classe tendo a educação intelectual e sistemática, a partir dos 7 anos complementando seus estudos na Escola Parque, desenvolvendo tanto o artístico, o físico, o recreativo e de orientação ao trabalho. Com isto procuraram juntar a educação através de conteúdos e assuntos, com atividades que exigem disciplina e dê responsabilidade.

Nesta estrutura com um formato parecido com educação integral, onde todas as atividades são preparadas para o desenvolvimento do indivíduo, por exemplo, possibilitar experiências educativas variadas, assim adquiridas inteligências para a sua vida. Aplicando uma jornada de 8 (oito) horas "(...) tempo para se fazer uma escola de formação de hábitos de vida, de trabalho e de julgamento moral e intelectual" (TEIXEIRA, 1957 apud BARROS, 2008, p. 49).

De acordo com Teixeira (1961 apud BARROS, 2008) o plano que existiu para a educação de Brasília tinha proposta de oferecer para o povo escolas que conseguissem fazer uma estrutura para o sistema educacional do país. Com isso Anísio defendeu que deveria ser prioridade a educação, que preparasse as crianças para a sociedade industrializada e que mudasse constantemente.

Atualmente as escola-parque no Distrito Federal, atende em média 8 escolas-classe, os estudantes da escola-parque participam de diversas atividades uma vez por semana. No final de 2007 o Governo do Distrito Federal criou através de Decreto nº 28.513 de 04 de dezembro de 2007, a Secretaria para a Educação Integral do Distrito Federal (BARROS, 2008, p 49).

1.2.4 O CIEP e o projeto de atender um quinto da sociedade do Rio de Janeiro

Num embate político em 1986, que veremos logo adiante, surgiu uma grande discussão sobre a educação integral, com isto a Fundação Carlos Chagas organizou um seminário sobre este assunto. Nesta década, surgiram os Centros Integrados de Educação Pública (CIEPs)[29] que foram baseados no estudo que Darcy Ribeiro fez sobre a incapacidade de alimentar e educar os brasileiros:

> Os Centros Integrados de Educação Pública (CIEPs), projetados por Oscar Niemeyer, foram construídos e implantados no Estado do Rio de Janeiro nas duas gestões do governador Leonel Brizola, por meio do Programa Especial de Educação (IPEE, de 1983 a 1986, e II PEE, de 1991 a 1994). O Programa tinha como objetivo implantar educação pública em tempo integral para o ensino fundamental em 500 unidades escolares, que atenderia a 1/5 dos alunos do ensino fundamental do estado. (MAURÍCIO, 2009, p. 249).

Inspirado por Anísio Teixeira e Darcy Ribeiro nos mandatos de Brizola[30], foi implantado a educação em tempo integral nas escolas públicas do Rio de Janeiro, chegando a ser conhecidas como "Brizolão", mas o nome destas unidades de ensino é CIEP. Os CIEPs procuravam assegurar para as crianças de 1ª a 4ª série um bom domínio da leitura e da escrita, sobretudo o manuseio de cálculos e instruções para um bom trânsito na sociedade, com diversas atividades interessantes para o aluno que vem de uma baixa renda, assim como os diversos atendimentos médicos-odontológicos (SILVA; SILVA, 2010, p. 3).

Os centros tinham um Programa que atendia a educação juvenil para os jovens que estudava a noite, tinha como foco em diferentes localidades construir unidades de ensino no estado e, ao mesmo tempo, teve que reformular uma carreira do magistério para os professores (BARROS, 2008, p. 51).

Uma polêmica envolvendo o CIEP foi o alto investimento, em 1984 girava em torno de 60 (sessenta) milhões de dólares, o que causou uma revolta na opinião pública uma vez que outros setores ficaram "abandonados", sem dinheiro. Esse recurso foi disponibilizado por um

[29] CIEP – com o acréscimo da letra "s" minúscula, para indicar plural, indicando mais de uma unidade construída, o projeto inicial era a construção de 500 unidades.

[30] Leonel Brizola (1922 - 2004) lançado na pública por Getúlio Vargas, único político eleito pelo povo para governar dois estados diferentes (Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro). Exerceu também a presidência de honra da Internacional Socialista. Nascido no vilarejo de Cruzinha, hoje interior de Carazinho, Passo Fundo, Rio Grande do Sul, era filho de camponeses migrados de Sorocaba, São Paulo. Batizado como Itagiba de Moura Brizola, cedo adotou o nome de um líder maragato da Revolução de 1923, Leonel Rocha. Foi prefeito de Porto Alegre, deputado estadual e governador do Rio Grande do Sul, deputado federal pelo Rio Grande do Sul e pelo extinto estado da Guanabara, e duas vezes governador do Rio de Janeiro. Sua influência política no Brasil durou aproximadamente cinquenta anos, inclusive enquanto exilado pelo Golpe de 1964.

Programa chamado de Programa Especial de Educação (PEE) que foi uma proposta de governo no mandato de Leonel Brizola. Em seu segundo mandato, o governador do Rio de Janeiro, Brizola, aumentou o número de CIEP por uma orientação partidária para que houvesse uma influência política. Entre o primeiro mandato e outro de Brizola teve o mandato de Wellington França PMDB, havendo uma ruptura no Programa CIEP, descaracterizando, fechando algumas unidades e outros sendo abandonados, acabando com estruturas existentes (BARROS, 2008, p. 51).

Os centros construídos foram construídos pela iniciativa privada nos locais mais carentes em estruturas pré-fabricadas, mediante licitação, sendo construído em muitos mais lugares no estado. Com uma estrutura em três blocos, no primeiro, existiam três andares com 24 salas, centro médico, cozinha, refeitório e área para recreação, no segundo, quadra coberta para diversos esportes, com arquibancada e vestiários; no último prédio ficava na biblioteca, em cima a moradia de alunos que ficavam na escola.

O primeiro CIEP foi inaugurado em abril de 1985 no Rio de Janeiro, tendo este como nome CIEP Tancredo Neves, tendo como endereço o bairro do Catete, entre 1985 e 1987 conseguiram fazer a construção e implantação de 127 unidades no estado do Rio de Janeiro.

Os CECR de Anísio Teixeira não tiveram continuidade e os CIEP's tiveram problemas para se expandir e em sua manutenção, tendo um custo alto para a metodologia utilizada na educação. A não continuidade nas políticas públicas faz com que trabalhos como esses não tenham continuidade, pois, até mesmo em governos dos mesmos partidos acontece falta de continuidade, como aconteceu com o CIEP que tinha um projeto para implantar quinhentas unidades e atender 1/5 dos alunos, só conseguiu 187 unidades.

O CIEP criado na década de 1980, momento muito conturbado com uma transição profunda, com muitas greves e mobilizações, todos voltando para democracia, tendo um grande período de ditadura militar.

No período em que o CIEP foi sendo criado houve um crescimento demográfico grande, êxodo rural, saída dos locais pobres para os mais ricos, fazendo uma grande urbanização nas capitais. Apesar dessa agitação, a educação procurava-se organizar ficando em evidência, portanto, vivendo um momento bastante positivo. Na década de 80 tivemos em vigor a constituição de 1988, depois em 1996 a LDB tão esperada, com diversos confrontos de visões, acontecendo no congresso nacional em meio a sua tramitação (COELHO, 2004).

Coelho (2004) investigou pessoalmente os CIEPs Dr. Zerbini, em São Gonçalo e a Cecília Meireles, Petrópolis, fazendo perguntas de cunho social e em relação ao cotidiano, sempre relacionando com a educação integral, verificando que atendeu aproximadamente 10% (dez) por cento dos alunos, os professores não estabeleceram corretamente as definições de educação integral.

Ao investigar as escolas foram identificados diversos problemas que atrapalham o correto andamento das atividades como; falta de água, falta de professores, problemas de higiene, problemas na merenda e o correto funcionamento da proposta pedagógica (COELHO, 2004).

Assim tivemos os CIEPs que atendeu parte da população em alguns municípios do Rio de Janeiro, tendo grande importância nas reflexões, em debates, pesquisas e discussões, fazendo com que a história da educação brasileira tenha certa influência por conta da experiência trazida pelos CIEPs (COELHO, 2004, p. 10).

1.2.5 Os Centros de Atenção á Criança (CAIC) e (CIAC)

O CAIC e CIAC foi uma experiência desenvolvida para os alunos passarem mais tempo dentro da sala, sendo conhecido como escola de tempo integral. O Centro de Atenção Integral a Criança e ao Adolescente (CIAC), criado no governo de Fernando Collor em 1991, também anunciando o Projeto para implantar 5000 (cinco) mil unidades de ensino em todo o país, projeto esse que o governo chamou de Programa Minha Gente, sendo de tempo integral, influenciado pelo CIEP até na construção com pré-moldados (BARROS, 2008).

O MEC publicou as diretrezres gerais e recomendação para o Projeto Pedagogico dos CIACs[31], através da portaria ministerial nº 2134 de 13 de novembro 1991. Ao fim do seu governo, Collor não terminou a construção dos CIACs.

Quando terminou o governo o Presidente Collor não significou o fim dos CIACs, tinha acabado mas o governo de Itamar Franco junto com o seu ministro Murílo Hangel não deixou que tais investimentos fossem perdidos, continuando o Programa mas fazendo alterações na sigla. Neste período fez um planejamento para aplicar cerca de 3 (três) bilhões de dolares no

[31] CAIC – Centro de Atendimento Integral da Criança, acrescentado da letra "s" minúscula, para indicar plural.

período entre 1993 e 1995 (STOCK, 2004 apud BARROS, 2008). O CAICs passou a ser chamado de Centro de Atenção Integral à Criança (CAIC)[32], sendo financiado pelo Programa Nacional de Atenção integral à criança e ao adolescente (PRONAICA), ancorado na Lei nº 8.642 de 31 de março de 1993.

O Programa PRONAICA substituiu o Programa do governo de Fernando Collor, chamado de Programa Minha Gente, os dois tiveram a mesma finalidade, utilizaram os prédios construídos pelos CIACs, mudando o nome para CAIC, fazendo algumas adequações nos diversos espaços físicos e nos serviços e setores (BARROS, 2008).

Tentando superar os problema de atendimento às crianças e aos adolescentes, o Programa criou algumas estratégias para a integração do atendimento integral, com a participação da comunidade junto com a Prefeitura. Procurando dar uma melhor condição de vida, alterar a situação existente das crianças e dos adolescentes para procurar e cumprir compromissos da constituição de 1988, que estabeleceu priorizar a área social, com o desencolvimento de Programas para assistêncial aos jovens (BARROS, 2008).

Borges (1994 apud BARROS, 2008) afirma que os CAICs tiveram um elevado custo, com uma estrutura física grande, com valores altos para os cofres públicos de diversas instituições. Como sempre o problema de não dar continuidade as políticas públicas deixando para trás o Programa, fazendo com que, o que era para funcionar no horário integral funcionasse em apenas um horário.

1.2.6 Programa de Formação Integral da Criança (PROFIC)

No Estado de São Paulo, as Prefeituras desenvolveram o Programa de atendimento da criança fora do horário normal de aula, sendo financiado pelo Estado (CAVALIERE, 2002) (FREITAS; GALTER, 2007).

A Prefeitura de Assis fez uma campanha para identificar as necessidades da população, identificou que havia crianças pobres que ficavam sem ninguém tomando conta, a

[32] Tivemos também o CIAC – Centro Integral de Atendimento as Crianças, havendo apenas troca de palavras, foi utilizado a letra “s” significando mais de uma unidade.

mãe tinha que trabalhar, a prefeitura não absorvia essas crianças até os sete anos e começavam a trabalhar aos dez doze anos (PARO, 1988).

Diante de tal problema fez uma pré-escola de período integral para crianças que não eram acompanhadas pelos pais, ficando com crianças até sete anos, fazendo outro projeto para as outras crianças, porém o recurso era insuficiente, "obrigando a Prefeitura a firmar convênios entre os órgãos federais como ministérios da presidência e a secretaria de promoção à saúde", os órgãos vieram se juntar em 1986 ao Programa de Formação Integral da Criança (PROFIC) que tinha um projeto de período integral (PARO, 1988, p. 135).

É importante ressaltar a manutenção de convênios, mais a Prefeitura de Assis já disponibilizava um sistema montado pela Prefeitura. Dispondo de uma boa estrutura, dividida em departamentos e acompanhado pelo chefe de educação e cultura (GIOVANI; SOUZA, 1999).

O departamento de educação procura atender a população dispondo de serviços nos Programas seguintes: centro comunitário, escolas de educação infantil, centro municipal de iniciação ao trabalho, educação básica de jovens e adultos, PROFIC, esportes comunitários e o centro municipal de alimentação (PARO, 1988).

Dentre esses Programas existem os seguintes serviços: alimentação pré-escolar e escolar, transporte da merenda pronta para as escolas, esportes e recreação, encaminhamento dos alunos para a delegacia do ensino, biblioteca infantil circulante, museus, biblioteca pública municipal, centro cultural de concursos pré-escolares e brincadeira (GIOVANI; SOUZA, 1999).

A colaboração do PROFIC se dá no âmbito financeiro e de recursos humanos. No caso de recursos humanos podemos falar sobre os professores que saem de suas funções para exercer atividades de coordenação no Departamento de Ensino e Cultura.

O Departamento de Ensino e Cultura (DEC) foca nos interesses das crianças diferente do que acontece em nossas escolas públicas que da "ênfase ao professor", por esses e outros motivos alguns professores que vem para o Programa terminaram sendo problemáticos. Os professores que vieram a trabalhar no PROFIC, foram aqueles de lugares distantes que viram uma ou outra possibilidade de voltar para perto de casa, mas trouxeram *habitus*[33] da rede de escolas de São Paulo. Quando tomaram conta da realidade do trabalho entraram em conflito,

[33] Usamos o conceito de *habitus* na linha teórica de Pierre Bourdieu(2008)

chegando a desistir, mas nem todos os professores ficaram sendo problemático, compreendendo a filosofia e gostaram do trabalho. Outra situação é que professores afastados iriam atender alunos fora do seu horário de aula, passaram a "carregar crianças com lições de casa", criando uma expectativa para esses alunos no horário extra escolar. De acordo com alguns da equipe isso não era condizente com o espírito do Programa, onde o objetivo não era de reforço escolar (PARO, 1988, p. 138).

A equipe central informou que os caracteres informais das atividades interferem no ritmo normal de trabalho na sala, os alunos se tornaram mais exigentes no sentido de expressar e registrar os padrões formalistas (GIOVANI; SOUZA, 1999).

O problema maior do PROFIC-Assis[34] foi a falta de entrosamento das pessoas da Prefeitura com as das escolas da rede estadual, não havendo nenhuma participação na elaboração do Programa ligado a atender fora dos horários escolares como também nenhuma ligação com o Programa.

Alguns dos projetos do Programa de atendimento à criança foram os Centros Comunitários com o Centro de Iniciação científica e o Setor Municipal de Ensino das Artes (SEMEARTE), com biblioteca infantil circulante de Assis (BICA). BICA surgiu por conta de uma professora de licenciatura infantil e da Secretaria do Estado, inicialmente por estudantes do curso de letras, com diversas atividades e empréstimos de livros. O projeto foi interrompido, depois voltando a funcionar com o apoio da Prefeitura que forneceu bolsas e estudos. Setor Municipal de Ensino e Artes foi um local de jovens de diferentes classes sociais, possibilitando que os convivesse, sendo positiva a troca sem que houvesse conflitos.

Os Centros de Iniciação ao Trabalho (CIT) foram criados com o objetivo de retirar as crianças das ruas e encaminhá-las para o preparo e realização de atividades profissionais. A primeira atividade profissional existente foi a marcenaria, depois vieram a fazer uma sondagem para encaminhar para sapataria, pintura, crochê, bordado, horta, jardins e diversos outras atividades que foram sendo criadas. Outro objetivo consequente foi a promoção do educativo e do produtivo, sendo complementados os objetivos previamente estabelecidos.

Todas as atividades criaram objetos ou serviço que geraram recursos para os quais tinham tanta preocupação, pois o importante era ocupar o tempo, não se preocupar com a formação, mas com as pessoas (GIOVANI; SOUZA, 1999).

[34] PROFIC-Assis, Programa de Formação Integral da Criança da Prefeitura de Assis, São Paulo.

SEMEARTE é um setor de ensino em artes, o qual se instalou no Colégio de Freira que a Prefeitura tinha alugado, funcionando a partir de 1987. O objetivo foi criar um projeto para ensinar arte para a população, seja qual for a faixa etária, teve outro setor que se estruturava para iniciar o ensino de Artes, com a formação de grupos em dança, teatro e literatura. Depois de algum tempo surgiu à necessidade de um lugar maior, e assim poder absorver crianças da Prefeitura, no horário anterior ou posterior as aulas, oportunizando que as crianças do PROFIC-Assis fossem atendidas (PARO, 1988, p. 147).

Foram feitas atividades que não se repetissem ao que se faz na escola e fossem enriquecidas com técnicas de recreação, fotografia, vídeo, computador e outros. Sendo uma escola diferenciada em outro horário regular, o aluno podia participar da atividade que mais gostasse e em assuntos dos seus interesses.

Foram necessárias algumas alterações no projeto por conta da demanda, sendo dividido da seguinte forma: no primeiro momento destinado a leitura de forma descontraída e atraente, no segundo momento a leitura com músicas, danças e outros, no terceiro momento com um contato mais próximo entre os livros e sua leitura livre.

Também surgiram iniciativas populares, focadas na ausência de familiares que deixaram seus filhos sozinhos e por outro lado, a pobreza que provoca problemas. Sendo criado os SEMEIAS, que eram Centro de Atendimento Comunitários para Atendimento ao Pré-escolar, proposto pelo núcleo de Programas.

Um discurso comum era o de organizações para “crianças de baixa renda”, além do objetivo pedagógico, tendo uma programação ampliada com atividade lúdica e rápida. Foi observado a merenda oferecida diariamente e quem frequentavam o Programa através do serviço de alimentação pré-escolar, que atendia as escolas públicas de 1° e 2° graus, assim como transporte escolar e números de alunos por sala (GIOVANI; SOUZA, 1999, p. 95).

.

1.3 DEFININDO A PRÁXIS ESTRUTURAL DO PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO

1.3.1 Definições da Educação Integral e do Programa Mais Educação

Para Frigotto (2010, p. 83) surgem palavras para demonstrar "novas realidades engendradas" da vida cotidiana, promovendo alguns conceitos como o de educação integral que, se desejarmos, podem se tornar realidade, vindo de ideias de uma situação existe.

O Programa Mais Educação utiliza a metodologia da educação integral, amplia a permanência dos alunos na escola e foca na formação do cidadão. É preciso ter cuidado ao ampliar as atividades que são realizadas hoje, pode ser "perigoso", se a qualidade do ensino não for boa, podendo correr o risco de "aumentar a desgraça". Com isto não podemos pensar em educação integral apenas como aumento de permanência dos alunos na escola. Podemos dizer que educação integral é uma redundância, onde a educação já tem que ser integral, "educação integral, em última instância, é um pleonasmo: ou a educação é integral ou então, não é educação" (COELHO, 2009, p. 13).

Para o senso comum que perpassa as classes sociais, o conceito pobre de educação é a existência de alguém que sabe, tem conhecimentos e informações. Desta forma, podemos dizer que a educação existe quando se tem conhecimentos e informações, quando se passa para alguém que não sabe o que está organizado, podemos chamar de conteúdo.

Para Coelho[35] (Ibid.) Neste tipo de educação, o que importa é o conteúdo, mas o problema não é o conteúdo, pois é muito pouco, sem olhar para quem ensina e para quem se ensina. Tendo uma educação limitada, que se iguala a nossa escola antiga, boa para a época, onde os pais eram instruídos e tinham condições, compravam livros e revistas, além de pagar professores particulares para as áreas de seus interesses, uma escola direcionada apenas a uma parte da nossa sociedade, excluindo os com menos condições financeiras. Baseada numa

[35] Lígia Martha Coimbra da Costa Coelho e Ana Maria Vilela Cavaliere são os coordenadores do NEEPHI (Núcleo de Estudos – Escola Pública de Horário Integral/UNIRIO) que surgiu em 1995, local da aquisição de referências que embasaram esta parte da pesquisa, trazendo muitas informações acerca da Educação integral.

educação bancária, fiscalizando aprendizagens através de provas com consequências em reprovações, penalizando apenas os estudantes.

Barros (2008) afirma que, para a sociedade, uma escola de educação integral de qualidade deve priorizar a aprendizagem de leitura e escrita, e dar condições para ir em busca dos demais conhecimentos. Que a escola pode criar projetos para gerar melhor oportunidade para a comunidade.

A educação deve visar o homem, que já será um grande avanço. "Treinamento é para animais", para o homem é importante educar, pensando num ser humano e sua história e o animal até com carinho se treina. O homem é um sujeito que altera ou interfere no meio em que vive. Estabelece desafios e procura superá-los guiado por objetivos que para atingi-los, procura uma atividade ou trabalho, tornando-se sujeito criando e modificando sua história (COELHO, Ibid., p.16).

Quando o homem cria mecanismo que supere os desafios da natureza, ele transcende a natureza, por exemplo, ao chegar mais rápido em algum lugar. O conceito do homem é ser corpo, é o que faz, produz e assim constrói escritos de sua própria história. Produtor de conhecimentos, informações, valores, ciência, arte, ou seja, é produtor de cultura.

O homem se apropria de cultura, chamamos esse processo de educação. Cultura é uma produção humana, existindo na natureza e sendo produzida na liberdade. Quando o homem nasce tem zero cultura, pois não se transmite através das gerações, se fosse assim o filho do filósofo seria um filósofo e assim por diante. Nascemos puros e nos apropriamos de cultura se fazendo histórico (COELHO, Ibid.)

Não podemos ser humano-históricos pelo fato de passar no vestibular, desta forma, estamos limitando a educação, devemos visar a formação do cidadão. O aprender tem que ser pela vontade, o verbo aprender é reflexivo, diz que o próprio educando propõe condições para sua educação. Para isto, os educadores devem criar condições para que os alunos queiram aprender.

Coelho (Ibid.) fala que para produzir um sujeito é preciso educar, para educar necessariamente não precisa ampliar o tempo da escola, mas é necessário pensar numa forma de ensinar português, matemática, geografia entre outras disciplinas, pois, não educam a cantar, falar sobre política. Precisamos ter um exercício permanente de pesquisar métodos atuais, desenvolver o sentimento do querer e ter, a necessidade de ler e escrever.

Emergiu, de acordo com Cavaliere (2002) [36], um modo de ensino diferenciado que pode ter várias vertentes. A educação integral é uma tentativa ou uma possibilidade de reformulação da escola, para estabelecer condições de igualdade entre os alunos de culturas diversas e, quem sabe, assim, diminuir os conflitos existentes no interior da escola, para que não os levem ao longo de sua vida:

> A resposta está num movimento que ficou conhecido como Escola Nova, que aconteceu no início do século XX, influenciando massiçamente o pensamento sobre educação. Segundo Paro (1988), com esse movimento a escola passa a ser vista como instância transformadora da sociedade, com a capacidade de diminuir os conflitos sociais. Baseada nos ideais liberais, objetivando a formação de um "cidadão", inserido numa sociedade democrático-burguesa (FREITAS; GALTER, 2007, p. 127).

O PNUD[37] (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) elegeu, em 1991, dezoito direitos civis, entre eles estavam o direito de igualdade política, socioeconômica e, em consenso, o direito à integridade física, como o Programa Mais Educação que procura diminuir a vulnerabilidade dos estudantes, garantindo tanto o direito à integridade física, quanto alguns diretos civis estabelecidos anteriormente pela PNUD (BENAVENTE, 1997).

Em sentido figurado, Teodoro (2003, p. 146) chama a escola fundamental e média de "Parque de estacionamento", local de jovens heterogêneos, etnias ou culturas totalmente diferenciadas. Chamando a escola de parque, mostra que é o local onde os jovens e suas diferenças se encontram, essa diferença tem gerado muitos problemas escolares, por conta de questões pessoais como: desemprego, pobreza, polarização das classes sociais desiguais e, principalmente, a má distribuição de riquezas.

Poucos textos existiam e, principalmente, que analisassem a educação integral com os conflitos de suas diferenças, mas, em 1986, num embate de uma campanha eleitoral, emergiu a discussão sobre a expansão da carga horária diária nas escolas, com isso a Fundação Carlos Chagas criou o seminário denominado "Escola Pública de Tempo Integral: uma questão em debate", para levantar questões sobre o tema, sendo realizado em fevereiro de 1987. As

[36] Artigo de Cavaliere (2002) Educação integral: uma nova identidade para a escola brasileira? Que fala entre outras informações em receber "indivíduos multidimensionais".

[37] PNUD é um órgão da Organização das Nações Unidas (ONU) que tem por objetivo promover o desenvolvimento e eliminar a pobreza no mundo.

autoras Lígia Martha Coelho e Janaína Menezes mencionam numa Reunião[38], na ANPED, que a constituição de 1988 já sinalizava para ampliação do tempo escolar, sendo reforçada na LDB nº 9.394/96, demonstrando a presença da concepção de educação integral, mesmo não estando escrito o nome em si, mas a ampliação do tempo de permanência: "Artigo 34º A jornada escolar no ensino fundamental incluirá pelo menos quatro horas de trabalho efetivo em sala de aula, sendo progressivamente ampliado o período de permanência na escola" (BRASIL, 1998).

A educação integral está sendo fomentada através do Programa Mais Educação do Governo Federal, através do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) que amplia de quatro horas de ensino para setes horas, criando mais um turno, outro horário, ou seja, a criança vai para a escola em um horário para o ensino regular e, no outro horário, para participar de atividades diversificadas, orientadas por um educador que é intitulado de monitor, com o envolvimento de atividades lúdicas e de instrução, com uma metodologia de ensino que estimula a permanência dos alunos na escola. A educação integral começa a partir da constituição de 1988 onde é observada a indicação de formação do homem integral quando diz em seu artigo 6º: "São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social e a proteção" (CARNEIRO, 2007, p. 1).

Este direito busca garantir uma base integral ao ser humano, pensado em dimensões de um ser integral e refletindo por que motivo o homem, a mulher e as crianças não tinham este tipo de direito garantido; antes tínhamos educação, mas não com o foco nestas dimensões, e sim fazendo a ampliação da jornada como os CECR, em 1950, os CIEPs, na década de 90, e outros que foram mencionados anteriormente nesta pesquisa.

A palavra educação integral significa "inteiro", "completo", assim, podemos entender que uma educação integral é a formação do homem por inteiro, é analisar a educação de forma que o ser humano adquira valores e qualidades (CARNEIRO, 2007).

Cavaliere (2002) afirma, em seu artigo: *Educação Integral: uma nova identidade política para a escola brasileira*, que procura garantir que as crianças fiquem mais tempo nas escolas. Algumas secretarias de educação procuram desenvolver complementos para o horário, procurando fazer com que a escola procure cumprir com o papel "sócio-integrado",

[38] 30ª Reunião Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd), realizada em 2007.

porém é necessário ficar atento às possibilidades e os limites que este tipo de educação vai oferecer para as escolas e suas realidades.

Segundo Dewey (1980 apud CAVALIERE, 2002), a aprendizagem é indireta e através de um meio social, de vivências, e não há transmissão direta de conhecimento. A aprendizagem indireta é característica da educação integral, onde a diferença é que existe o acaso, mas agora é necessário ser intencional, envolvendo nas relações sociais, a família e a comunidade escolar.

A natureza da escola é dividida entre "proteger" e "expor" a criança, "balizando" o ambiente com experiências importantes, fazendo com que tenha capacidade de promover a reconstrução de experiências sendo uma "base" para a educação integral, que tem a capacidade de receber alunos "multidimensionais" (CAVALIERE, 2002).

Precisamos democratizar algumas atividades, descentralizando para dividir as ansiedades, as responsabilidades para uma boa aprendizagem, para que possamos criar um currículo que considere as relações entre todos. Praticando a autonomia e fazendo com que os alunos se tornem sujeitos críticos, com capacidade de participar de uma sociedade democrática, vivendo no coletivo e fortalecendo a ideia de educação integral (GONÇALVES, 2006, p. 7).

O Programa Mais Educação é uma ação "interministerial e intergovernamental", que se iniciou em 2007, fomentando a educação integral com destaque em projetos, contribuindo para formação dos alunos das escolas públicas e fixando a aprendizagem (SILVA; SILVA, 2010, p. 1). O que garante a permanência do Programa é o resultado do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), acreditando na melhoria das principais disciplinas: Matemática e Português.

O Programa se encontra no Plano de Desenvolvimento da Escola (PDE), com o Plano de Ações Articuladas (PAR), o processo ocorre com a transferência de recursos financeiros e uma assistência do Ministério da Educação ao Distrito Federal, aos Estados e os municípios. Conforme avaliou Cavaliere (2010), no ano de 2009, o Programa Mais Educação já estava atuando em 126 municípios, Estados e Distrito Federal, mais de 5000 escolas, com 1,5 milhões de alunos, tudo gerenciado pelo Sistema Integrado de Planejamento, Orçamento e Finanças do Ministério da Educação (SIMEC) e por instâncias de comitês que servem de organizações consultivas.

Quanto ao caráter interministerial que tem o Programa, é apresentada uma portaria na qual todos os órgãos federados, com uma corresponsabilidade, procuram parcerias nos setores públicos e privados, a participação das instituições fortalece a relação com a educação básica e com as tendências de uma descentralização política com uma total autonomia dos municípios. Isto é o resultado do momento "histórico brasileiro" que firma a educação básica e procura valorizar o local (CAVALIERE, 2010, p. 4).

Para Silva (2010), nos Estados, temos um problema com relação à administração, que funciona com setores isolados e, devido à complexidade, é preciso formar um conjunto para garantir os direitos a uma educação básica de qualidade. Nos municípios, o problema é a existência de uma burocracia, gerando diversos problemas no Programa, como: falta de materiais, equipamentos, estrutura física e a dificuldade de organização das pessoas.

A demanda das crianças brasileiras nas escolas públicas aumentou bastante nos últimos anos, porém, o problema ainda foca-se nos índices que são desejados e não foram atingidos. A constituição de 1988 e o Estatuto da Criança e Adolescente (ECA) colocaram as crianças no centro das políticas públicas, garantindo uma educação de qualidade, seus direitos, suas opiniões, dificuldades e habilidades, fazendo com que o adulto de hoje não se limite a simples referência e sim por argumentos, experiência e escrita (Ministério da Educação, 2009).

Para Silva (Ibid.), o governo Federal procura melhorar a educação que tem apresentado baixos índices de aprendizagens, considerou que com a permanência dos alunos na escola aumentaram as oportunidades de aprendizagem, com isto o governo criou essa estratégia almejando um desempenho melhor na educação: "(...) Programa Mais Educação tem como objetivo geral a conquista efetiva da escolaridade pelos estudantes, através de experiências educadoras" (SILVA, 2010, p. 6).

Para Godoy (2012, p. 52) os objetivos do Programa que mais se destacam são:

> Dentre as finalidades existentes do Programa, prevista pela Portaria nº 17/2007(BRASIL, MEC, 2007), destacam-se: o apoio à ampliação do tempo e do espaço educativo e a extensão do ambiente escolar nas redes públicas de educação básica, por meio do desenvolvimento de atividades no contraturno escolar, articulando ações pelos Ministérios participantes do Programa; contribuição para a redução da evasão, da aprovação e da distorção idade/série, por meio de ações pedagógicas para melhoria do rendimento escolar e a promoção da interação efetiva das crianças, adolescentes e jovens em torno de práticas esportivas esportes educacionais e de lazer, de forma a promover o desenvolvimento humano, a cidadania e a solidariedade.

Para esta aprendizagem, é importante a associação ao "currículo acadêmico", realizando troca de conhecimentos. A Rede Saberes do Programa Mais Educação propõe que a metodologia seja "mutável", procurando superar a ideia do "contraturno" e "atividades complementares". Com o ideal de uma educação intelectual, este tipo de escola está se firmando por conta dos resultados em pesquisas recentes na educação brasileira (SILVA e SILVA, 2010, p. 2). Hoje, os jovens desejam aprender cada vez mais. A UNESCO elencou dez fatores de uma educação de qualidade, indicando que para isto acontecer, precisará confiar em si mesmo e nos outros, realizar projetos, dominar sua capacidade, relacionar-se com os demais de maneira saudável e explicar sobre sua vida e o mundo criticamente. Essas aprendizagens mostram que o foco é educar na convivência democrática, Gouveia (2009) dá uma concepção de integralidade que é composta por sujeitos, espaços, tempos e objeto de conhecimentos como vê diversos atores e Programas para garantir o desenvolvimento humano.

1.3.2 Regulamentação do Programa Mais Educação

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB – Lei nº 9.394/96) introduziu a perspectiva de ampliação do tempo escolar diário nos artigos 34 e 87, sendo mais detalhada no Plano Nacional de Educação (PNE – Lei nº 10.172/01) e no Plano de Desenvolvimento da Escola (PDE – Decreto nº 6.094/07). No atual momento, temos essa ampliação no PNE, como sendo uma das metas para a educação, e assim, como o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB) direciona recursos para as instituições de ensino, concretiza-se a existência de Educação Integral nas escolas brasileiras:

> Artigo 34. A jornada escolar no ensino fundamental incluirá pelo menos quatro horas de trabalho efetivo em sala de aula, sendo progressivamente ampliado o período de permanência na escola. (...)
> **§ 2º.** O ensino fundamental será ministrado progressivamente em tempo integral, a critério dos sistemas de ensino (FREITAS; GALTER, 2007, p. 134).

O Programa trabalha de acordo com suas diretrizes no Plano Nacional de Educação, oferecendo uma educação de qualidade, sendo respeitadas suas particularidades culturais de grupos diferentes. A LDB trata sobre educação de qualidade no capítulo de financiamento sobre "padrão de qualidade", assim como na Constituição Federal de 1988 também encontramos em seu Artigo 206, em seu inciso VII, "garantia do padrão de qualidade"; tais leis regulam a qualidade da educação brasileira. (ADRIÃO, 2007, p. 100).

É importante salientar que o Governo Federal já repassa recursos para as escolas públicas do país, porém, se consolidou na Constituição de 1988 e devido a tantos anos de demora, para que estes recursos chegassem diretamente às escolas, terminou causando deterioração por não ter manutenção preventiva, nem regular e pouca preocupação com adaptações de equipamentos modernos para a melhoria do ensino:

> Art. 213. Os recursos públicos serão destinados às escolas, podendo ser dirigidos a escolas comunitárias, confessionais ou filantrópicas, definidas em lei, que:
> I – comprovem finalidade não lucrativa e apliquem seus excedentes financeiros em educação;
> II – assegurem à destinação de seu patrimônio a outra escola comunitária, filantrópica ou confessional, ou ao Poder Público, no caso de encerramento de suas atividades (BRASIL, CONSTITUIÇÃO, 1988).

O PDE utiliza o Programa como uma estratégia de ampliação da jornada escolar, com outro tipo de organização curricular e com a perspectiva de educação integral. Construindo "com uma ação intersetorial" de políticas públicas, para que assim contribuir de alguma forma e diminuir as desigualdades sociais, valorizando a cultura local (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2007, p. 7).

> Entretanto, estudos sobre experiências de gestão intersetorial apontam para as diversas dificuldades da sua implementação. Um primeiro problema reside no fato de que os processos intersetoriais são implementados por prefeituras caracterizadas por serem ainda muito burocráticas e departamentalizadas, gerando conflitos gerenciais que podem comprometer sua efetividade (SILVA; SILVA, 2010, p. 5).

O Programa traz uma metodologia diferenciada, a proposta é aumentar o tempo de permanência dos alunos da escola de quatro para sete horas diárias, contendo quatro horas do ensino regular e mais três horas, que é chamada de parte diversificada, ocupando maior parte do seu tempo no interior das escolas ou em atividades em consonância com a escola. Ele cria

um contra turno, ou seja, outro horário para que os alunos possam realizar tarefas diversificadas, com atividades lúdicas, culturais, esportivas e recreativas, a fim de que estes vivam numa contemporaneidade marcada por transformações, que tem certa exigência no acesso ao conhecimento e nas relações sociais entre as diferentes gerações e culturas.

> Essa estratégia promove a ampliação de tempos, espaços, oportunidades educativas e o compartilhamento da tarefa de educar entre os profissionais da educação de outras áreas, as famílias e diferentes atores sociais, sob a coordenação da escola e dos professores. Isso porque a Educação Integral, associado ao processo de escolarização, pressupõe a aprendizagem conectada à vida e ao universo de interesse de possibilidades das crianças, adolescentes e jovens (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2007, p.7).

Idealizado, prioritariamente, para as escolas com baixas notas nos indicadores do IDEB, situadas principalmente nas capitais e regiões metropolitanas ou cidades com uma grande população com alta "vulnerabilidade social", necessitando de políticas públicas para uma melhoria educacional (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2008, p. 8), o Programa Mais Educação toma como referência o IDEB, que se baseia na Prova Brasil, Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEBE) e censo escolar, sendo a nota do IDEB uma iniciativa do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Anísio Teixeira (INEP). Focando os resultados em grande escala e dando oportunidade de analisá-los, pois existe uma forma fácil de realizar as leituras dos índices, proporcionando avaliar metas e os resultados obtidos, procurando organizar com qualidade o sistema de ensino. Reunindo em um indicador a qualidade da educação básica nas escolas do Brasil, através da pontuação média dos estudantes nas avaliações realizadas no quinto e nono ano do ensino fundamental, terceiro ano do ensino médio e a taxa de estudantes em cada etapa (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO/SECAD, 2009, p. 33).

As notas obtidas no IDEB é um dos argumentos para que sejam enviados recursos financeiros federais para as escolas públicas, sejam elas municipais, estaduais, federais ou do distrito federal conforme resolução n° 43 de 14 de outro de 2008, para que os gestores escolares desenvolvam o Programa de acordo com as adaptações necessárias da cultura local. No IDEB, constam informações sobre a nota da escola que pode ser comparada em âmbito local, estadual e nacional, assim como suas projeções e desafios a serem alcançados, pois o IDEB também projeta as metas escolares, que devem ser usadas para melhoria da qualidade da educação na escola.

> Artigo 2º Autorizar incremento, em recursos de custeio, nos repasses destinados às escolas públicas que desenvolvem atividades de educação integral, de que trata o art. 13 da Resolução nº 19, de 2008, cujos Planos de Atendimento da Escola foram aprovados pela Entidade Executora (EEx), à qual estejam vinculadas (...) (BRASIL, RESOLUÇÃO N° 43, 2008).

Através da resolução n° 38, de 19 de agosto de 2008, criam-se alguns critérios para o repasse de recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), para atender os estudantes das escolas com educação integral que trabalham com o Programa Mais Educação, principalmente porque os alunos permanecem mais tempo na escola do que no ensino regular.

> Artigo 1º. Estabelecer os critérios e as formas da transferência legal de recursos financeiros, em caráter suplementar, aos Estados, Municípios e Distrito Federal, à conta do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, (...), nas modalidades regular e especial de educação integral, localizadas em regiões metropolitanas com altos índices de vulnerabilidade social (BRASIL, RESOLUÇÃO N° 38, 2008).

1.3.3 Estrutura e funcionamento do Programa Mais Educação

O Programa é implantando em instâncias municipais, estaduais, federais e distritais, procurando aproveitar da melhor forma possível as possibilidades existentes nas escolas e em espaços comunitários.

No âmbito federal, existirá um fórum que está instituído na Portaria interministerial n° 17 de 24 de abril de 2007, com o objetivo de articular a cooperação entre os Programas dos ministérios, junto com os Estados e Municípios que ficam com as atividades normativas e deliberativas.

> Art. 9º Fica instituído o Fórum Mais Educação, com a atribuição de coordenar a implementação do Programa. § 1º O Fórum será composto por representantes dos Ministérios ou Secretarias Federais que integrem ou venham a integrar o Programa Mais Educação (BRASIL, PORTARIA N° 17, 2007).

No nível metropolitano, teremos um comitê para promover junto com as secretarias de educação o atendimento a população do Programa. Tendo como papel, a ampliação dos conhecimentos e fundamentalmente do caráter consultivo. Os gestores escolares socializarão seus trabalhos e procuraram dar uma identidade, procurando fazer um planejamento

consistente, determinando ações para o desenvolvimento integral dos estudantes. O comitê deverá ser instituído nos municípios que dependerão dos instrumentos para produção de documentos que farão assumir responsabilidades (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO/SECAD, 2009, p. 43).

No parâmetro local, deverá existir um comitê formado pelo gestor/diretor da escola, pelos professores, coordenadores, representantes do comitê metropolitano e educadores, com o objetivo de integrar diferentes atores e formar o seu plano de ação.

O MEC destina recursos do FNDE através do PDDE, que serão condicionados a escolha dos macrocampos, determinando a escolha das atividades a serem realizadas nas escolas, contemplando o Projeto Político Pedagógico, estabelece critérios para recebimento e prestação de contas, fixado na resolução n° 19 de maio de 2008, com algumas diretrizes que orientam a educação integral:

- O compromisso com a busca da criação de oportunidade e diversidade de aprendizagem;
- Participação ativa da família, de crianças e dos profissionais envolvidos;
- Avaliação e cooperação entre os diversos espaços culturais;
- Transparência e publicação dos resultados.

São envolvidas nas instâncias administrativas nacionalmente: MEC, FNDE, SECAD, SEB, DEIDHUC. Dimensão Territorial: Entidades Executoras (EEx), Secretarias Municipais e Estaduais. Na Dimensão Escolar, temos apenas Unidade Executora (UEx) que será a pessoa jurídica a estruturar a parte financeira do Programa Mais Educação, envolvendo os voluntários monitores, os materiais das atividades já pré-determinadas através preenchimentos de questionário e os recursos financeiros destinados à criação de espaço e ajuda na manutenção das escolas (RESOLUÇÃO Nº 19 DE MAIO DE 2008) (MANUAL DO PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO, 2011).

O Presidente da UEx representa o estabelecimento de ensino, formado por membros da comunidade escolar local, registrado como uma personalidade jurídica, sem fins lucrativos, que auxilia o administrativo da escola e é responsável pela execução financeira dos recursos da educação integral. Ainda responderá pela assinatura do termo de compromisso dos monitores e por compartilhar os recursos e prestação de contas (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO/SECAD, 2009, p. 52).

O gestor da escola tem a responsabilidade de apoiar e acompanhar as atividades, orientando que as decisões sejam tomadas por conselhos deliberativos escolares estimulando a democracia.

A sua funcionalidade é feita através da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, e Diversidade (SECAD), junto com a Secretaria de Educação Básica (SEB) e financiado por intermédio do PDDE do FNDE, priorizando as escolas com maior dificuldade. O Governo Federal desta forma dá apoio financeiro às diversas redes de ensino, além de receberem materiais prontos que são encaminhados pelo Ministério de educação e assim fomenta o Programa Mais Educação.

O Programa tem apoio dos ministérios que contribuem com diversas estratégias para fazer o Programa Mais Educação funcionar, utiliza a metodologia da educação integral, cada Programa proporciona uma adequação às realidades da comunidade. Através da integração dos Ministérios de Educação, Cultura, Esportes, Desenvolvimento e Combate a Fome, Ciência e Tecnologia e Meio Ambiente, definidos através da portaria normativa interministerial nº 17 de 24 de abril de 2007 que criou o Programa Mais Educação, sendo instituído pela mesma portaria normativa, espelhado no sucesso encontrado no Programa Escola Aberta e pela necessidade cada vez maior de ampliar a permanência das crianças na escola.

A SECAD fez a divisão dos macrocampos: acompanhamento pedagógico, meio ambiente, esporte e lazer, direitos humanos em educação, cultura e artes, cultura digital, promoção à saúde, educomunicação, investigação no campo das ciências da natureza e educação econômica, de acordo com a tabela abaixo (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO/SECAD, 2007, p. 49):

Acompanhamento Pedagógico	**Meio Ambiente**	**Inclusão digital**	**Educomunicação**
Matemática	Com vidas Agenda 21 na escola Educação para sustentabilidade.	Software educacional	Jornal da escola
Letramento			
Línguas Estrangeiras		Informática e tecnologia da informação (PROINFO)	Rádio escolar
Ciência	Horta escolar	Ambiente de redes sociais.	História em quadrinho

História e Geografia	e/ou comunitária		Fotografia
Filosofia e sociologia			Vídeo

Cultura e Arte	
Leitura	Escultura
Canto coral	Percussão
Banda Fanfarra	Prática Circense
Hip hop	Flauta doce
Danças	Cineclub
Teatro	Capoeira
Pintura	Mosaico
Grafite	Desenho

Esporte e Lazer	
Atletismo	Voleibol
Ginástica rítmica	Basquete
Corrida de orientação	Futebol
Ciclismo	Futsal
Tênis de campo	Handebol
Recreação/lazer	Judô
Basquete de rua	Karatê
Tênis de mesa	Taekwondo
Ioga	Natação
Xadrez tradicional	Xadrez virtual

Direitos Humanos em Educação
Compreendem-se Direitos Humanos na perspectiva da garantia das aprendizagens para todos nas possibilidades de convivência e respeito à diversidade.

Promoção à saúde
Atividades: alimentação saudável/alimentação escolar saudável, saúde bucal, práticas corporais e educação do movimento; educação para a saúde sexual, saúde reprodutiva e prevenção das DST/AIDS; prevenção ao uso de álcool, tabaco e outras drogas; saúde ambiental; promoção da cultura de paz e prevenção em saúde a partir do estudo dos principais problemas de saúde da região (dengue, febre amarela, malária, hanseníase, doença falciforme, e outras).

Iniciação à investigação das ciências da natureza
Laboratório, feiras de ciência e projetos científicos.

Educação econômica e cidadania
Educação econômica e empreendedorismo;
Controle social e cidadania

Quadro 1: Macrocampos e suas atividades.

Fonte: Texto adaptado do livro Passo a Passo do Programa Mais Educação do Governo Federal, 2007.

1.3.3.1 Ministérios Envolvidos com o Programa Mais Educação

O Ministério dos Esportes ajuda a desenvolver o Programa de Esporte e Lazer e Segundo Tempo, o Esporte e Lazer existindo há alguns anos, o Segundo Tempo tem por objetivo oferecer condições para a prática de esportes com qualidade, ocupando o seu tempo livre mediante práticas adequadas e contribuindo no seu desenvolvimento. Esporte e lazer tem o objetivo de universalizar o acesso ao esporte com diversas ações, mas com foco nas escolas públicas.

O Ministério da cultura, com os Programas de Cineclube na Escola, Cultura Viva, Casas do Patrimônio, tem por objetivo promover as artes populares, promover conhecimentos com a valorização de interpretação cultura, assim como a divulgação audiovisual pela rede pública de ensino.

O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome responsabiliza-se pelos Programas PROJOVEM, CREAS, PAIF e PETI, tem por objetivos: proteger a família, garantir a convivência, oferecer orientação e acompanhamento, fortalecer vínculos e erradicar o trabalho infantil.

Os Ministérios da Ciência e Tecnologia auxiliam os Programas Centro Vocacionais e Tecnológicos, Inclusão Digital e Museus de Ciência, com o objetivo de fortalecer o conhecimento científico, dar acesso à tecnologia da informação para qualificação profissional e ampliar e melhorar os centros de museus, divulgando a ciência e tecnologia.

Ministério da Educação (2009) tem diversos outros Programas: Programa Com Vidas, Direitos Humanos, Educação Inclusiva, Educar na Diversidade, Escola Aberta, Escola que Protege, Juventude e Meio Ambiente, Recursos Multifuncionais e PROINFO, com os objetivos de discutir a agenda 21, formar gestores para um bom material pedagógico (Centro de Estudos de Direitos Humanos), promover cursos, estimular a participação da comunidade, prevenir a violência, promover a discussão dos jovens com o meio ambiente, ampliar a rede física e incentivar o uso de materiais de informática.

São articulados 25 Programas com diversas atividades envolvidas, todos os Programas fazem parte dos ministérios descritos acima, com uma grande diversidade e multiplicidade dos conhecimentos. Sendo unidos pelo potencial da educação, correlacionando com os sete macrocampos definidos pelo Ministério de Educação (MEC) que serve para transparência dos recursos do PDDE, para escolha pedagógica da rede saberes e explicar o potencial da educação integral através dos Programas (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO/SECAD, 2009, p. 8).

Após o envolvimento dos diversos setores dos ministérios, o passo é envolver as secretaria de educação, a escola e a comunidade em torno do objetivo de assegurar o trabalho e desenvolver uma educação que emancipa, convergindo para este objetivo em princípio. Levando mesmo em incertezas a legitimar junto com todos os envolvidos no processo. Começando a partir da proposta de setores, que vão se organizando de acordo com critérios e com curtas exigências para os gestores. Desde a constituição as políticas sociais estão mais descentralizadas, contemplando a heterogeneidade que é a participação local. (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO/SECAD, 2009, p. 25).

O Programa Mais Educação delega aos municípios os critérios para sua implantação, dando orientações através dos manuais que são entregues todos os anos, para uma adaptação a cada realidade, respeitando as conquistas e as deliberações em suas conferências, planejando políticas públicas, adaptando os espaços e levantando parâmetros para os governos. Contribuindo para levantar diretrizes, planejar ações para os gestores públicos e com as informações fazer planejamentos para os recursos, expressando um esforço e controle das atividades realizadas.

Iremos agora traçar detalhes do texto do Ministério da Educação chamado PASSO A PASSO, que explica detalhes do funcionamento do Programa, traz informações sobre as pessoas envolvidas no Programa, orientações sobre todo o funcionamento e escolha das atividades a serem desenvolvidas de forma a facilitar a adaptação do Programa com a comunidade escolar (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, PASSO A PASSO, s/d).

1.3.3.2 Atendimento aos jovens

O Programa Mais Educação atende jovens e adolescentes que são vulneráveis e sem assistência, os que congregam seus colegas, estudantes com defasagem idade/série, priorizando as séries terminais (4º e 5º ano) por conta da evasão, (8º e 9º ano), onde aumenta ainda mais o abandono e, por fim, os estudantes com índice de repetência.

A escola junto com o seu projeto político pedagógico (PPP) definirá os macrocampos e atividades a serem trabalhadas em sua instituição, assim como os alunos que deverão ser atendidos junto com a comunidade escolar.

1.3.3.3 Professor Responsável

Os órgãos municipal, estaduais, federais e do Distrito Federal escolherão um professor responsável, a escolha deve ser feita envolvendo a escola e comunidade, porém, todos os professores escolhidos deverão agir como mediadores. O professor será importante para desenvolver o Programa e sua mobilização em conjunto com os profissionais existentes na escola, sendo um mediador entre escola e comunidade, porém, é preciso que todos os profissionais se mobilizem para que a escola consiga êxito no Programa. *A priori,* o professor deve conhecer seus líderes, ter relação com a comunidade e ser atuante na mesma, conhecer os espaços físicos da comunidade como: igrejas, clubes, bibliotecas e outros (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO/PASSO A PASSO, s/d). Deve ser sensível às diferenças, criar ambientes agradáveis e pesquisar a cultura local. Ter cuidado com as regras da comunicação na hora de expressar valores, promover o diálogo e convidar diferentes pessoas da comunidade para motivar o Programa e sua melhoria (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO/PASSO A PASSO, s/d).

Para ter sucesso no Programa, é necessário que todos os educadores conheçam a sua metodologia e estejam envolvidos diretamente no projeto, dessa forma, compartilhar a responsabilidade junto com a família e comunidade escolar.

1.3.3.4 Monitor ou professor

Para ser monitor é importante ter uma boa relação com a comunidade, escutar os outros para um trabalho em grupo, aberto a novas culturas, conseguir, com a dificuldade, ter novas ideias e realizar a tarefa proposta, socializar histórias e problemas com a comunidade.

A escola, através do Programa, dá oportunidade a jovens estudantes de universidade e "agentes culturais", que serão chamados de monitores, os quais trabalharão com as atividades escolhidas e estarão assegurados pela lei nº 9.608/1988 que dá possibilidade de ter vinculo com a escola de forma voluntária, desde que tenham habilidades comprovadas e reconhecidas junto à comunidade. Com esta relação o monitor poderá ajudar na problemática dos alunos e em seu desenvolvimento. Os profissionais das escolas têm um papel importante neste trabalho que é uma forma de aproximar a comunidade da escola (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, s/d, p. 14).

1.3.3.5 Gestor ou Diretor da Escola

O diretor da escola, junto com o Conselho, vai compartilhar as decisões e assim garantir que estas sejam coletivas. Debater sobre educação integral nas reuniões pedagógicas, de planejamentos e dos Conselhos, esclarecendo o verdadeiro significado desta modalidade, as formas existentes de funcionamento e suas possibilidades. O diretor terá um papel muito importante na hora de incentivar a participação de todos os funcionários, comunidade e professores da escola, e desenvolver uma boa relação com os alunos que participam do Programa (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, s/d, p. 16).

As escolas estaduais, municipais e do Distrito Federal dispõem de recursos do governo federal, distribuído através do Programa PDDE/EDUCAÇÃO INTEGRAL, com a orientação de utilização do recurso financeiro de acordo com o SIMEC, que contém previamente as decisões tomadas pelas escolas de acordo com seus macrocampos e suas atividades, selecionadas na própria escola junto com a comunidade escolar. As escolas procuram se organizar da melhor forma possível, numa sala que não é utilizada, em áreas do entorno da escola e em espaços que a comunidade pode ceder.

1.3.3.6 Formação das turmas

As turmas devem ser formadas mesclando os alunos das turmas, sendo desenvolvidos no outro turno, em que os alunos não estudam. As turmas precisam ser devidamente planejadas e regulares para um bom aproveitamento das aulas. As aulas são computadas e informadas à Secretaria, determinando a quantidade realizada para o censo escolar das unidades de ensino, sendo que as escolas com o Programa terão um mínimo de sete horas diárias.

O PPP deve ser feito ou alterado, considerando a educação integral para uma reorganização pedagógica e de estrutura física, assim como o que vai ou deve ser vivenciado, de forma a valorizar suas experiências no ambiente escolar.

1.3.4 Rede de Saberes

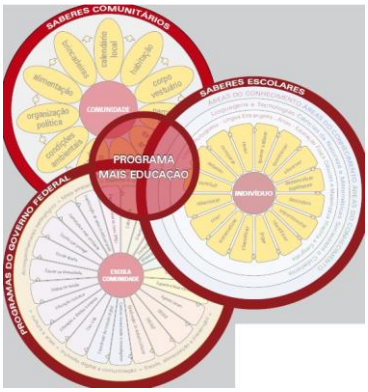


Figura 3 – Mandala de saberes

Fonte: Ministério da Educação/SECAD: REDE DE SABERES: mais educação. Disponível em: portal.mec.gov.br/dmdocuments/cad_mais_educacao_2.pdf

Os educadores precisam conhecer as origens da sociedade e sua cultura, de forma que os estudantes estejam inseridos naquele contexto, ou seja, do local em que vivem. Precisamos também ser um pouco antropológico, para ampliar a visão que temos do outro, pois, encontramos diferentes contextos, sendo complicado "reconhecer as diferenças, corrigir desigualdades". Desenvolvendo o estímulo de construir uma visão ampla, reconhecendo o aluno diferente, dentro de suas particularidades, só que normalmente não estabelecemos trocas de informações com os pais dos alunos. (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2009, p. 20).

Para uma cultura de saberes, precisamos estar atentos a processos que criam vínculos entre escolas e comunidades falsas, precisamos construir pontes de diferenças dos alunos para alcançar uma quantidade satisfatória nas escolas. Ao nos relacionarmos, nós comunicamos, "são processados com processo e recodificação", aprendendo uns com os outros, sendo preciso verificar se existe algum ponto de rejeição de outra cultura, pois, pode ficar difícil a aprendizagens de uns com os outros, criando fronteiras e complicando a construção de conhecimentos entre estudantes e professores (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2009, p. 28).

Uma educação integral, como uma estratégia pedagógica, pode ser representada como uma mandala de saberes que surgiu no Rio de Janeiro, no encontro de educadores, sendo um instrumento para um processo de aprendizagem baseado numa educação que vai em direção à

comunidade, e assim construir diálogos entre a metodologia da escola e o cotidiano da comunidade (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2009).

A rede saberes utiliza a mandala para representar o trabalho do Programa Mais Educação. Mandala representa totalidade, representando a integração entre o homem e a cultura, estando presente nos povos antigos, sendo a formação do imaginário humano. Para o Programa, significa uma forma de construção da proposta pedagógica, promovendo saberes variados. Esse instrumento tem criado nos estudantes o interesse pela escola que, junto com a comunidade, estão se tornando aliados, o que garante uma boa educação para os brasileiros.

Os saberes existentes na mandala são dois, um deles não verificado pela comunidade como teses, livros, publicações e outros que são organizados a partir de determinados pontos, sendo cumulativo e linear, focando no seu funcionamento e não no seu fim. O outro saber tem "a relação com a vida, este saber privilegia o fim, atrás de respostas pelas necessidades humanas", sua fonte dificilmente está em livros. Ambos são limitados, acostumados a fazer teoria contra a prática, existindo esta divisão de forma muito forte na sociedade. A mandala é uma ferramenta para um melhor relacionamento entre escola e comunidade, utilizando arte popular brasileira, não dependendo de criador e sim de espectadores (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2009, p. 27).

Para a rede de saberes, os educadores precisam ampliar espaços pela comunidade, e não deixar que aconteça uma rivalidade entre o científico e o local, procurando o "encantamento". De acordo com Boaventura, é necessário "um novo paradigma", buscando um conhecimento total, tendo um horizonte na experiência humana (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2009, p. 27).

Os educadores precisam ter consciência de que, para uma educação de qualidade, é necessário que os saberes encontrem interseções, reflitam sobre as condições existentes atualmente que estão em sua estrutura, na formação de educadores e na forma de lidar com o conhecimento. Muitas vezes, os professores se detêm nos conteúdos e se esquecem de mediar eficazmente a aprendizagem do aluno.

Para lidar com culturas num trabalho educacional, precisamos nos organizar de forma interdisciplinar e procurar ambientes que proporcionem aprendizagem. Utilizando métodos de aprendizagens através de vivências existentes no mundo, debatendo, refletindo e respeitando as culturas trazidas pelos alunos. Desta forma, existe um relacionamento entre os sujeitos e depende dos educadores proporem as situações de aprendizagem envolvendo saberes.

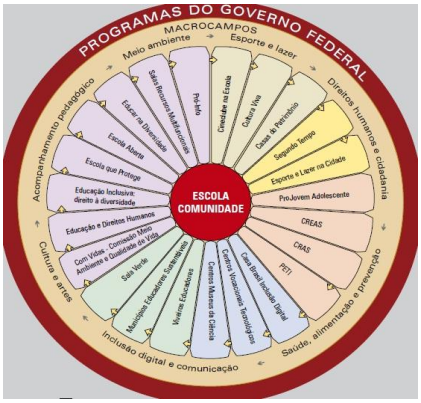


Figura 4 – Mandala do Programa Mais Educação

Fonte: Ministério da Educação/SECAD: REDE DE SABERES: mais educação.

Disponível em: portal.mec.gov.br/dmdocuments/cad_mais_educacao_2.pdf

Através da mandala, podemos observar que o Programa Mais Educação procura formar os jovens, até mesmo as crianças, de forma integral, com o apoio dos governos que modificam as atividades desenvolvidas na escola e o currículo existente, fomentando saberes em suas metodologias e vivências escolares. O Programa amplia e modifica o tempo de atividades escolares, repensando formas de aprendizagens, aumentando suas possibilidades de construção de sentidos.

Na mandala, podemos representar os saberes comunitários, escolares e dos Programas de governos, reunindo todas as ferramentas em um único instrumento de construção do relacionamento com o Programa Mais Educação.

1.3.4.1 Saberes Comunitários

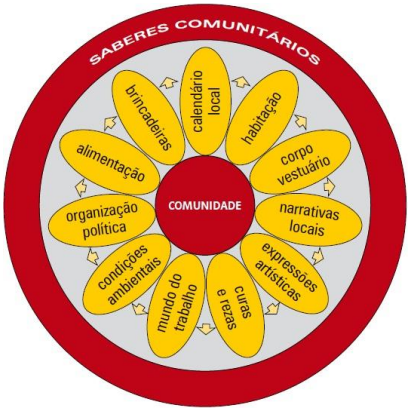


Figura 5 – Mandala de saberes comunitários

Fonte: Ministério da Educação/SECAD: REDE DE SABERES: mais educação.

Disponível em: portal.mec.gov.br/dmdocuments/cad_mais_educacao_2.pdf

Os saberes comunitários são os locais formados por famílias que se dividem nos espaços dos bairros, formando comunidades que criam culturas, através das atividades encontradas na população. Os lugares socializam vivências, desenvolvendo "laços de dependência" (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2009, p. 27).

Os saberes culturais são levados pelos alunos até as escolas do cotidiano da comunidade, devemos formar conceitos através destes saberes. Precisamos fazer com que os alunos produzam aprendizagem através dos saberes, sendo estimulados a fim de produzir saberes nas unidades escolares.

Alguns aspectos foram selecionados para serem aplicados em diversas situações, sendo organizados para a realidade brasileira. Formando algumas áreas dos saberes culturais:

Habitação: É definir as características que possuem os território/espaços. Quais suas influências culturais? Os aspectos físicos? E o que existe no local?

Corpo vestuário: É determinado na forma como se vestem, nos gestos, como se comportam com seus corpos nas festas, quais as principais danças, costuras, esportes e quais as influências de outras culturas no seu corpo.

Alimentação: Como são feitas as refeições? Quais as comidas típicas, as prediletas por idades, como combinam os alimentos? Como são as comidas industrializadas e agrícolas? Como são organizadas as comidas de acordo com o período do ano?

Brincadeiras: As brincadeiras existentes na comunidade, a relação existente entre brincadeiras e jogos da comunidade, suas regras e as organizadas com as novas tecnologias. Tudo ordenado cronologicamente.

Organização política: Como a sociedade está organizada para resolver problemas e superar os desafios? Como é a estrutura das comparações entre os direitos e deveres, e o justo e injusto? Como estão estabelecidas as regras e as convivências?

Condições ambientais: Qual o perfil ambiental da região e as influências na vida da comunidade? Existe alguma preocupação com o ambiente na região?

Mundo do trabalho: Quais os tipos de trabalhos existentes? Existe relação entre o trabalho, a organização política existente e o meio ambiente? Com o trabalho, a comunidade encontrou meios de encarar os desafios da moeda e da troca por serviços?

Curas e rezas: Existem hábitos saudáveis? Existe relação entre a saúde e o ambiente? Como são utilizados os remédios, receitas e outros meios medicamentosos? Existem regras para cura com plantas como remédios populares?

Expressões artísticas: Expressam formas simbólicas? Que expressão de linguagens distintas? Sendo as verbais, visuais, corporais e musicais.

Narrativas locais: Existem fatos históricos ou lendas? Existe alguma relação uns com os outros que se relacionam com outros saberes culturais.

Calendário local: Existem datas comemorativas que devemos enfatizar, que estão instituído socialmente. Contendo homenagens, personagens, história e crenças.

1.3.4.2 Saberes Escolares

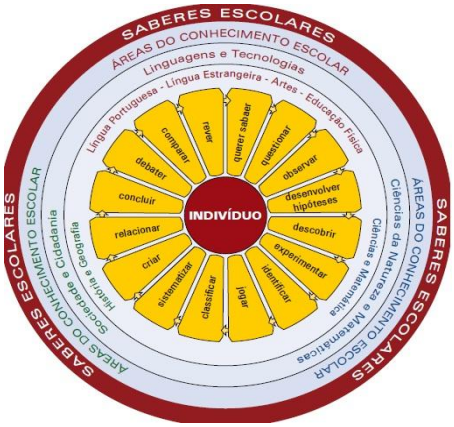


Figura 6 – Mandala de saberes escolares

Fonte: Ministério da Educação/SECAD: REDE DE SABERES: mais educação. Disponível em: portal.mec.gov.br/dmdocuments/cad_mais_educacao_2.pdf

Ao entrar na escola, os alunos trazem consigo atributos pessoais e passam a compreender os sentidos sociais, os quais professor procura relacionar com os assuntos. A escola mostra para a criança um mundo estruturado e menos pessoal.

É importante desenvolver a educação integral com dinamismo para que possa utilizar a escola para aprendizagens, para isto, é fundamental pensar no que ocorre no cotidiano dos alunos, ultrapassando os diversos conteúdos. Sendo assim, é importante transformar os alunos em pesquisadores, empregando diferenciais e estratégias para o raciocínio, estimulando para que desenvolvam “habilidades, procedimentos e práticas”, tornando-os sujeitos produtores de conhecimentos.

1.3.5 Mandala como construção para projetos pedagógicos para as escolas

Com as mandalas, podemos relacionar saberes tanto de dentro como de fora da escola, cada uma com suas especificidades, formando sistemas que atuam em grupo, nos quais partes são coordenadas por uma estrutura de um projeto de educação integral.

As mandalas podem atuar em diversas situações, assim pode representar qualquer projeto de educação integral e podem representar as diferenças existentes em cada contexto ou em cada comunidade.

Para a construção da mandala é importante articular representantes da comunidade, coordenador e gestor da escola. Deve-se colocar o nome da escola no centro da mandala, no primeiro círculo, em torno do nome da escola, colocar o objetivo; no segundo, os saberes comunitários, com isso poderão decidir e colocar; no terceiro círculo, os macrocampos; indicar, no quarto círculo, o Programa do governo; no outro circulo, os saberes escolares que devem ser indicados através dos saberes existentes na mandala e, por último, a relação entre as áreas de conhecimentos.

CAPÍTULO II

PERCURSOS METODOLÓGICOS

2.1 Objetivos

2.1.1 Objetivo Geral

Analisar a política educacional que permeia o Programa Mais Educação nas escolas do Município do Paulista.

2.1.2 Objetivos Específicos

- Identificar como a política educacional é desenvolvida em relação à logística e ao atendimento aos gestores, pela Secretaria de Educação do Paulista para trabalhar nas escolas que adotam o Programa;
- Verificar, a partir do IDEB, se houve modificação no desempenho escolar dos alunos de acordo com a sua participação neste índice;
- Avaliar a organização e o desenvolvimento do Programa Mais Educação nas escolas com o apoio da Secretaria de Educação do Município do Paulista;

2.2 Método de estudo

2.2.1 Estudo de caso

Esta investigação é um estudo de caso realizado em uma das escolas da Secretaria de Educação da Cidade do Paulista, com uma análise qualitativa, que de acordo com Barros (1990) tem maior foco na qualidade e utiliza técnicas de entrevistas e histórias das pessoas. É uma pesquisa empírica que tem como objeto de estudo uma realidade contemporânea brasileira, tratando o objeto com teorias e conceitos, versando sobre histórias e atualidades, buscando informações sobre o caso e dialogando com conceitos bibliográficos que especificam tal importância do contexto estudado. O estudo de caso não revela generalizações, porém, ao valorizar as observações, pode levar a situações universais, pois sempre existe mais de um caso, nunca sendo único ou só, mas como existe dentro de uma realidade social estará conectado a outro caso, e assim sucessivamente.

Foi escolhido o enfoque qualitativo do estudo, e está justificado por considerar uma forma adequada de analisar e compreender a política e a estrutura criada e aplicada desde 2008 nas escolas do Município do Paulista em Pernambuco, tal enfoque neste local se dá pela importância de existir uma estrutura montada, pela relação existente com a rede de ensino municipal e também porque o Programa se expandiu pelas escolas desta rede. A metodologia usada pelo Programa também se expande nas escolas particulares, mas neste caso sem o apoio do Governo Federal.

Baseados no objetivo desse trabalho, utilizamos uma pesquisa explicativa para ter a possibilidade de "registrar e analisar" os fatos, observando os fenômenos existentes, utilizando alguns métodos experimentais para interpretação de métodos qualitativos (SEVERINO, 2007, p. 12). Para Richardson (1999), a pesquisa qualitativa é a melhor opção de desenvolver um estudo e analisá-lo quando se trata de um "fenômeno social". Diante do exposto foi que identificamos como a melhor forma de se realizar uma investigação sobre o Programa Mais Educação.

Dentro da pesquisa qualitativa utilizaremos interpretação de dados por categorias, sendo necessário tratar as informações com uma análise transversal, segundo Richardson (Ibid.), é utilizado em um determinado momento, para verificar dados repetidos com o cuidado nas situações pesquisadas. Categorias teóricas ou classificações dos dados são formas de organizar os dados em determinados grupos, para um agrupamento de acordo com os interesses do objeto de pesquisa (BARROS, 1990). Nesse sentido, Richardson (Ibid.) afirma que as variáveis são utilizadas para valores numéricos, a fim de quantificar, e as categorias podem ser utilizadas para juntar duas ou mais variáveis ou quanto desejar utilizar. Em nossa pesquisa não utilizaremos dados quantitativo, apenas qualitativo.

Para esta pesquisa, foi escolhido o método de análise de estudo de caso, como uma maneira de construir uma pesquisa de ciência social, um método de pesquisa dentre outros que tenta esclarecer uma situação existente ou um conjunto de situações, procurando identificar por que elas existem e como foi o processo de adequação, com isto determinar quais os resultados existentes depois do fenômeno (YIN, 2010).

O estudo de caso não pode ser comparado como um pré-teste de um projeto, mas como um método diferente que tem suas peculiaridades, tendo suas vantagens e desvantagens, porém tem grande profundidade, exigindo mais dos investigadores que encontrarão muitas variáveis. Fornece pouca base para a generalização científica, porém da mesma forma que os

experimentos únicos são poucos, são baseados em um conjunto de múltiplos experimentos que se multiplicam. É usando também para contribuir com o conhecimento de fenômenos individuais sociais, políticos, organizacionais, grupais e relacionados (YIN, 2010).

Procuramos, com o estudo, descobrir informações sobre o Programa Mais Educação do Governo Federal e construir conhecimento sobre educação integral que está tão em voga ultimamente no Brasil. Construímos conhecimento quando o adquirimos, podemos dizer que o ponto final do conhecimento é a "representação mental", que como ponto inicial deve se dar a representação de objetos, portanto, a atividade de ensinar e aprender são formas de adquirir conhecimento (SEVERINO, 2007, p. 25).

O conhecimento no ensino superior é diferente, pois ocorre através de processos de procedimentos organizados. "O caso escolhido para a pesquisa deve ser significativo e bem representativo, de modo a ser apto a fundamentar uma generalização para situações análogas, autorizando inferências" (SEVERINO, 2007, p.121).

A escolha por estudo de caso se deve ao fato de que, segundo Yin (2010), é o melhor método de pesquisa quando se quer responder a pergunta "como" e "por quê", e também porque é a melhor opção quando não se tem controle dos eventos e seus comportamentos, além do que são eventos contemporâneos conforme tabela abaixo:

Método	**1) Forma de questão de pesquisa**	**2) Exige controle dos eventos comportamentais?**	**3) Enfoca eventos contemporâneos?**
Experimento	Como, por quê?	Sim	Sim
Levantamento (*survey*)	Quem, o quê, onde, quantos, quanto?	Não	Sim
Análise de arquivos	Quem, o quê, onde, quantos, quanto?	Não	Sim/Não
Pesquisa histórica	Como, por quê?	Não	Não
Estudo de caso	Como, por quê?	Não	Sim

Quadro 2: Situações relevantes para diferentes métodos de pesquisa

Fonte: Estudo de caso: planejamento e métodos.

Yin (Ibid.) acredita que é apropriada a utilização de mais de uma estratégia a ser contemplada no estudo de caso, pois não se excluem, portanto, serão utilizadas as estratégias

exploratórias e descritivas, no sentido de fazer levantamento da parte histórica e de fatos existentes nas escolas com o Programa Federal.

Estudo de caso é muito usado na avaliação de Programas do Governo Federal, Estadual e Municipal que são apoiados publicamente, nesta situação, é importante distinguir entre a teoria que existe no Programa e o seu processo de implementação, evitando que a opinião política queira saber os passos mais específicos da pesquisa e ela na realidade foca em assuntos administrativos (YIN, Ibid., p. 60).

2.3 Objeto da pesquisa

Esta pesquisa tem como objeto de estudo o Programa Mais Educação, que aumenta a permanência dos alunos nas escolas municipais do Paulista, consequentemente, em todas que tenham o Programa e também levanta a seguinte indagação: por que o Governo Federal fomenta e desenvolve com recursos próprios a expansão e manutenção desse Programa para as escolas públicas brasileiras? De acordo com a nossa pergunta, fica claro que a unidade de análise desse trabalho será o Programa Mais Educação, tendo um foco holístico, que, de acordo com Yin (Ibid., p. 51), é a entidade central do problema de pesquisa, unidade esta que define o caso que será pesquisado. "(...) em geral, a unidade de análise é uma pessoa, mas podem ser cidades, indústrias, escolas, entidades, processo, aspecto, organização social e etc.".

O objeto de estudo tem uma natureza motivada pela necessidade de conhecimento das políticas educacionais assim como do mecanismo de trabalho que, junto com a obtenção dos resultados obtidos, poderá contribuir na divulgação da estrutura e funcionamento, além de socializar problemas e soluções encontradas em um local específico onde atua o Programa. O estudo deste objeto tem como principal objetivo produzir conhecimento para que seja aplicado na prática, orientando soluções e destacando a necessidade para possíveis melhoras, de forma imediata, que envolvam todos os interessados.

Através desta pesquisa procuramos analisar a educação integral e a metodologia utilizada pelo Programa Mais Educação, com estudos desde o conceito dado a educação integral, ainda com relação às teorias anarquistas e da escola nova, passando pelas ideologias de Anísio Teixeira, sendo o "motor" desta metodologia no Brasil, criada durante anos até

hoje, não esquecendo das escolas com maior visibilidade no aumento da jornada escolar, do CECR ao CIEPs no Rio de Janeiro e até chegar em 2007 no Programa Mais Educação, atualmente em diversas escolas brasileiras e que segundo Paro (2009) é necessário ter muito cuidado, tendo a responsabilidade de desenvolver o Programa da melhor maneira para não disseminar o que existente.

Serão utilizados alguns instrumentos de coletas de dados que se verifiquem a melhor forma de coletar informações, porém, serão de fundamental importância documentos do Programa Mais Educação para verificar qual a ideia de sua criação, para que ou em que o Programa deve especificamente focar; depois devemos verificar se a sua funcionalidade condiz com o seu objetivo, procurando sempre trazer informações que possam contribuir com sua melhoria através de informações acadêmicas, mas que cheguem até a comunidade escolar, que não ficará decidido sem saber efetivamente como são os procedimentos do Programa, só sendo informado quando as pessoas que dirigem o Mais Educação explicarem tais dados.

Neste objeto em estudo, utilizamos o caso único no qual podemos ter maior profundidade, com um enfoque no estudo com um corte transversal, ou seja, em um momento único, entretanto, é bastante utilizado em muitas pesquisas longitudinais (estudos que verificam as oscilações de diversos elementos durante certo período de tempo), mas existe uma limitação quanto à generalização, pois, o risco de se fazer um julgamento de forma errada é maior neste tipo de pesquisa (RICHARDSON, 1999). Já nos casos múltiplos, a generalização se torna melhor, porém, a profundidade não fica tão forte quanto nos casos únicos, além do mais, os múltiplos consomem mais recursos.

2.4 Lócus da pesquisa

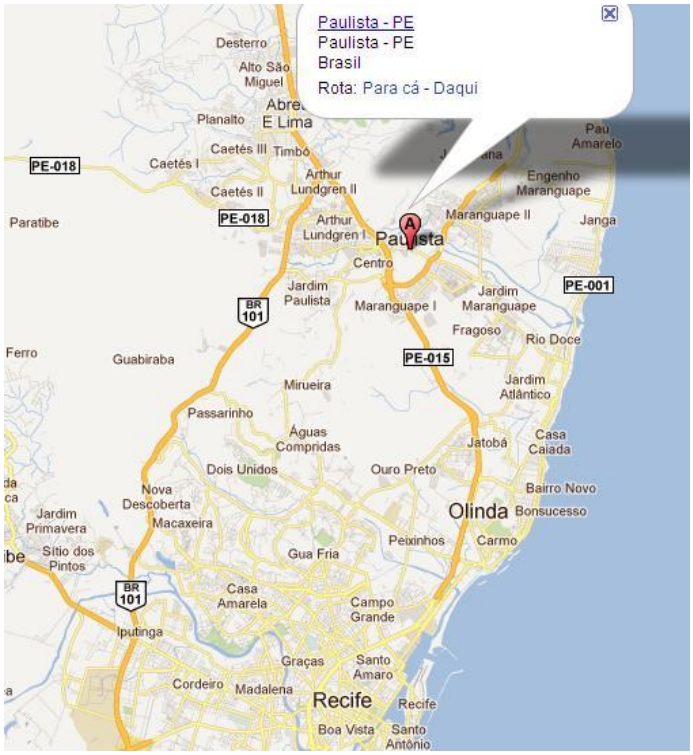
O lócus do nosso objeto de pesquisa foi uma escola localizada no Município do Paulista estado de Pernambuco, selecionada de acordo com alguns critérios estabelecidos para garantir que a estratégia criada para o processo de construção das informações sobre o objeto de pesquisa tenha validade. “A procura pela validade aplica-se em cada etapa do processo de pesquisa, iniciando no projeto e terminando nas conclusões do relatório” (RICHARDSON, Ibid., p. 95).

Nossa pesquisa foi realizada em Paulista, Município brasileiro, localizada na região Metropolitana do Estado de Pernambuco. Situado às margens do Oceano Atlântico, o Município possui uma área de 97,364 km^2 e uma população de 300.466 habitantes. É conhecido por Cidade das Chaminés ou do Eucalipto. Por conta da cana-de-açúcar, a cidade já teve o nome de Engenho de Cana-de-açúcar, que pertenceu a Manoel Alves de Morais Navarro, que era natural da Capitania de São Paulo. Por ser da Capitania de São Paulo, recebeu o novo nome da cidade que se chama até hoje Cidade do Paulista, é considera como umas das principais cidades do estado de Pernambuco, de acordo com Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Mapa 1. Localização do Município do Paulista

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Paulista_(Pernambuco)

A cidade do Paulista desempenha um papel muito importante na economia do Estado e da sua região, que tem sido fortalecido ao longo do tempo por algumas atividades comerciais e serviços, tais como turismo e indústria, uma vez que possui o parque industrial de Paratibe. E exerce influências nos arredores das cidades existentes como Olinda e Abreu e Lima, assim como na capital, Recife, pela proximidade que fica em torno de 17 km, segundo o IBGE.



Mapa 2. Localização do Município do Paulista

Fonte: maps.google.com.br

De acordo com Richardson (Ibid.), é fundamental para a pesquisa qualitativa ter conhecimento do local no qual o pesquisador irá fazer a pesquisa e dos membros envolvidos, sugerindo um local típico, definindo local típico a partir dos outros locais que também tenham o Programa, tendo em vista critérios criados para uma melhor coleta de dados, assim como um local onde gerará informações que facilitem a interpretação dos dados.

> (...) o processo de escolha deve ser acompanhado por uma reflexão que inclui considerações tais como: facilidade de comunicação com os entrevistados, adequação dos meios de registro das informações e, crucialmente, existência de alguma característica do local que possa influenciar negativamente as opiniões de um entrevistado (...) (RICHARDSON, 1999, p. 95).

Sendo assim, os critérios utilizados para a escolha da unidade de ensino ou escola onde realizou-se a pesquisa foram: uma escola da rede de ensino da Cidade do Paulista que estivesse funcionando com o Programa Mais Educação desde o ano de 2008, quando o Governo Federal começou a instalar o Programa no mucípio efetivamente; escola que estivesse com o gestor e coordenador do Programa na escola há mais tempo, tendo em vista

que o Programa é novo e precisaria de pessoas que tenham bastante informação sobre o objeto, validando assim a pesquisa; uma escola que demonstre índices bastante relevantes, comparando com as outras escolas do Município e, por fim, seja um ambiente bastante típico quanto ao espaço físico e aos profissionais envolvidos.

2.5 Sujeitos da pesquisa

Fizeram parte da pesquisa 10 (dez) pessoas, dentre elas, duas pessoas envolvidas diretamente com o Programa Mais Educação da Secretaria de Educação do Município do Paulista, demos preferência aos responsáveis pelas decisões acerca do Programa. A distribuição dos outros sujeitos focou-se na escola, distribuídas assim: 2 (dois) gestores, 1 (um) supervisor, 1 (um) coordenador, 2 (dois) professores e 2 (dois) monitores do Programa. Todos foram escolhidos de acordo com a participação nas decisões escolares, para que as informações sejam substanciais. Procurando fazer uma relação sobre o Programa e o PPP (Projeto Político Pedagógico). Os dois monitores do Programa Mais Educação foram estagiários oriundos de universidades não era da comunidade e o outro era da comunidade, realizava atividades da cultura local.

Outro critério para a escolha da escola foi ter em, seu quadro, profissionais da educação que estejam na escola desde o momento em que começou a trabalhar com esta nova metodologia, de forma que possam descrever dados relevantes para nossa pesquisa. Como escolhemos um único caso, faremos uma "generalização analítica" onde a teoria previamente desenvolvida pode ser usada para uma comparação com o padrão que é a orientada pelo Ministério da educação, comparação esta que será sustentada pelas informações colhidas e será apresentada nos resultados empíricos do estudo de caso (YIN, 2010, p.61).

Descriminando os sujeitos e o guião utilizado

Local	Situação funcional	Siglas	Guião
Secretaria de Educação	Primeira pessoa	S1	G1
Secretaria de Educação	Segunda pessoa	S2	G1
Escola	Diretora da unidade de ensino	D1	G1

Escola	Vice-Diretora da unidade de ensino	D2	G1
Escola	Coordenadora do Programa na escola	CE	G1
Escola	Supervisora ou apoio pedagógico	SU	G1
Escola	Professor	P1	G2
Escola	Professor	P2	G2
Escola	Monitor	M1	G2
Escola	Monitor	M2	G2

Quadro 3: Siglas e guiões aplicados

Fonte: Entrevista (2011).

Todos os envolvidos na pesquisa participaram de livre e espontânea vontade, demonstrando interesse pela temática de educação integral, contribuindo para a investigação principalmente durante a permanência na unidade de ensino, contribuindo para elucidar fatos ocorridos até mesmo durante a coleta dos dados.

Foram selecionadas amostras que contribuíram para fazer o levantamento dos dados e a construção das informações para a pesquisa, como o estudo de caso não é uma "generalização estatística", ou seja, uma generalização de resultados, mas sim uma "generalização analítica" que procura partir de algumas partes para se chegar a conhecer a natureza do fenômeno ou de suas funções (YIN, Ibid., p.61).

2.6 Instrumentos da pesquisa

Yin (Ibid.) chama os instrumentos de evidências e orienta que se deve utilizar o máximo possível de evidência. Ao observar a nossa pesquisa, escolhemos entrevista, documentação e observação direta, pois são suficientes para atingir os objetivos, descobrir a política e a estrutura utilizada pelo Programa Mais Educação, com esses instrumentos pudemos fazer a generalização necessária.

> A evidência do estudo de caso pode vir de seis fontes: documentos, registros em arquivo, entrevistas, observação direta, observação do participante e artefatos físicos. O uso dessas seis fontes exige o domínio de diferentes procedimentos de coleta de dados. Além disso, um objetivo importante é

> coletar os dados sobre os eventos e os comportamentos humanos verdadeiros (YIN, Ibid., p. 124).

Como instrumento de coleta de dados para estudo de caso de qualidade, são relevantes múltiplas evidências, "instrumentos usados na pesquisa que utiliza estudo de caso para coleta de informações", com um banco de dados e o encadeamento de todas as evidências; estas etapas devem ser utilizadas sempre que possível (YIN, 2010, p. 142).

Severino (2007, p. 102) chama de técnicas de pesquisa, as formas de conduzir os estudos através de "procedimentos operacionais" que contribuem para a realização dos trabalhos da pesquisa. Sendo assim, podem ser utilizadas em qualquer metodologia de pesquisa, porém é importante saber se é compatível com os métodos utilizados e com "paradigma epistemologicamente adotados". Em nossa pesquisa, o nosso paradigma epistemológico, ou seja, a forma que desejamos atingir a totalidade do conhecimento foi a utilização das evidências, instrumentos: entrevistas, documentos e a observação direta para chegar ao objetivo principal da pesquisa como foi mencionado acima.

Para Minayo (2008, p. 48), os sujeitos participantes da pesquisa podem ser chamados de "sujeitos incluídos na pesquisa", tendo em vista que é mais utilizado em pesquisas qualitativas, e por que o objeto de pesquisa não é o sujeito em si, mas a prática de um trabalho e a interação entre os participantes, construindo conhecimento e mudando as atitudes dos sujeitos. Numa amostra é complicado determinar as variantes, mas podemos "definir a seleção da amostra", definindo o número de sujeitos para representar a totalidade (MINAYO, Ibid., p. 48).

> As técnicas e instrumentos também devem ser descritos em tópicos separados, sendo defendida sua adequação e reconhecido os seus limites na produção dos dados. É importante lembrar que ao escolher certa técnica o pesquisador produzirá os dados num determinado molde, valorizando esta ou aquela forma de linguagem (MINAYO, 2008, p. 49).

2.6.1 Entrevista

Utilizamos uma entrevista semi-estruturada que é a reunião de perguntas que combinam respostas diretas, bem objetivas como perguntas abertas, fazendo com que o entrevistado tenha uma maior liberdade em se expressar sobre o assunto, podendo realizar

comentário, questionamento sem se deter à pergunta realizada (MINAYO, 2008). Este tipo de interação pesquisador-pesquisado procura analisar a questão da interação social, buscando entender a realidade com critérios de representatividade (SZYMANSK, 2002).

Na entrevista semi-estruturada, os sujeitos participantes respondem questões acerca do Programa Mais Educação, incluindo questões diretas e que levantem discussões sobre o objeto da pesquisa, sempre levando em consideração informações sobre a política desenvolvida, estrutura e resultados, assim como as expectativas do Programa e a permanência dos estudantes no ambiente escolar existente.

A entrevista oferece informações de natureza primária e secundária, primária sobre os fatos que o pesquisador colhe em comum e secundárias são as que são construídas na conversa com os indivíduos que relatam suas vivências. Na entrevista é valorizada "interação social" e faz um estudo na dinâmica de seus conflitos da realidade de uma sociedade propriamente dita (MINAYO, Ibid., p. 65).

Uma fonte fundamental para o estudo de caso são as entrevistas, podendo revelar surpreendentes informações, inclusive sobre observações, e se o método que está sendo utilizado na pesquisa se adéqua às necessidades. As entrevistas são diálogos guiados por questões do objeto de pesquisa, sem ser uma análise estruturada. "(...) as entrevistas também são fontes essenciais de informação para estudo de caso" (YIN, Ibid., p. 133).

Este instrumento é muito empregado em pesquisa qualitativa, que é o método utilizado em nossa pesquisa. Ao desejar chegar aos objetivos do nosso trabalho, não poderia ser através da utilização de instrumentos fechados ou que tivessem um formato restrito. Sendo assim, é importante ressaltar que através da entrevista coletamos informações reveladoras do objeto e das pessoas envolvidas ao mesmo tempo com as perguntas promovemos observações sobre situações que revelam algumas, condutas, sentimentos, fatos, planos e algumas ações realizadas ou que estão sendo realizadas através do Programa Mais Educação (SZYMANKI, 2010).

Foram utilizadas entrevistas para coleta de dados de todos os sujeitos incluídos na pesquisa, utilizando a entrevista semi-estruturada que possibilita explorar o conhecimento, permitindo que as pessoas expusessem suas reflexões durante a entrevista fornecendo informações relevantes para uma boa base de dados. Buscando identificar pontos em comum entre a fala dos entrevistados, de acordo com os objetivos, para não correr o risco de desviar do foco, mas sempre associando os dados à política desenvolvida pelo Programa.

2.6.1.1 Roteiro para entrevista

Dois guiões foram usados como instrumento de estudo para trabalhar na construção do conhecimento de vários fatores existentes na pesquisa sobre o objeto de pesquisa. A utilização de várias evidências torna a pesquisa mais robusta. Para Yin (2010), na entrevista, é utilizada uma forma de conversa, em curto período de tempo, sendo de forma informal e espontânea, procurando fazer com que o entrevistado fique a vontade.

Um guião foi trabalhado de forma semelhante por Matos (2011), com o objetivo de identificar as práticas existentes no Programa Mais Educação. Este guião contribuiu para a construção de forma que contemplasse nossos objetivos. Todas as perguntas foram pensadas da melhor forma para descrever a política desenvolvida pelo Programa Mais Educação e os resultados obtidos com esta prática. Com os guiões, procuramos levantar informações que favorecessem a atingir os objetivos estabelecidos em nossa pesquisa.

Matos (2011) elaborou algumas perguntas para demonstrar uma estrutura existente, detalhando os saberes existente nas atividades e alguns desafios e avanços; utilizando de forma semelhante com profissionais de educação que estão vivenciando o Programa Mais Educação nas escolas. O roteiro de Matos (2011) leva em conta um estudo realizado que verifica a articulação das disciplinas, avanços realizados e os desafios existentes nas escolas que se utilizam de educação integral através do Programa Mais Educação, aplicado no contexto atual de educação integral das escolas do Município de Duque de Caxias, no Rio de Janeiro.

2.6.1.2 Construção do guião

Os dois guiões foram composto de duas partes, uma de caráter sócio-econômico, que servia para, além de levantar informações dos sujeitos, aquecer e iniciar a entrevista com as questões mais relevantes e, outra parte, com questões para coleta dos dados acerca do objeto de estudo propriamente dito, o guião serviu para entrevistar os responsáveis pela informação na Secretaria de Educação, gestores, supervisores e coordenador, professores e monitores. As duas partes do guião eram compostas de varias perguntas envolvendo informações sobre

estrutura existente, detalhavam sobre a política do Município, as atividades desenvolvida e alguns desafios e avanços.

Com questões envolvendo o Programa, como questões para responder a pergunta "como" e "por quê" de estudo de caso, abordando sempre o Programa Mais Educação, existente nas escolas do Município do Paulista. Colocamos questões abordando a implantação do Programa, sobre a estrutura para os gestores organizarem as escolas e os monitores realizassem as atividades. Com base em nossos objetivos, colocamos perguntas com um aprofundamento maior, questões da atividade burocrática e outras questões envolvendo, o IDEB, macrocampos, recursos financeiros, censo e evasão escolar.

Para que tivéssemos realmente uma vinculação do Programa à escola, fizemos perguntas aos professores que chamamos de P1 e P2 além dos monitores, M1 e M2, que tinham como foco principal evidenciar a vinculação dos trabalhos realizados pela escola com sua instrução normal aos trabalhos realizado pelo Programa.

Apresentaremos em seguida, nos apêndice I e II, os guiões (G1 e G2), com as questões que foram utilizadas nas entrevistas de todos os envolvidos.

2.6.1.3 Validação do guião

Para este estudo uma das evidências, a entrevista feita com os sujeitos incluídos na pesquisa, utilizamos os guiões G1 e G2, contendo perguntas acima mencionadas acerca da problemática do Programa Mais Educação, servindo de base para a entrevista, fazendo assim uma abordagem qualitativa.

As entrevistas foram realizadas no próprio ambiente de trabalho, com a utilização dos guiões que se encontram nos apêndices I e II. Depois das perguntas, estabelecemos algumas formações discursivas para que pudéssemos juntar com as teorias e assim responder nossa pergunta desencadeadora que procura ser articulada com os objetivos de nossa pesquisa.

Para a realização da entrevista, entramos em contado com o diretor da unidade de ensino, que foi selecionada anteriormente de acordo com alguns critérios, sendo solicitado um agendamento em um horário que não prejucasse as atividades escolares. Foi entregue um termo de livre consentimento e esclarecimento para conhecimento do que se tratava, explicando verbalmente a finalidade e esclarecendo todas as dúvidas. Foi entregue para início

da entrevista uma via impressa das questões que iriam ser perguntadas para facilitar a linguagem no dia da entrevista e oferecer a possibilidade de fazer diversas observações com os entrevistados e com a escola, de forma que tornasse a análise da entrevista mais clara e no dia agendado foram feito as perguntas de forma oral.

A entrevista foi realizada na sala dos professores, na sala de informática e na sala do Programa Mais Educação da instituição de ensino escolhida. As entrevistas ocorreram em vários momentos, quatro momentos inicial na Secretaria de Educação, depois seis momentos durante o período letivo das aulas e funcionamento de todas as atividades, entrevistando coordenadores, gestores e supervisores e alguns professores e por fim durante a culminância do Programa, que ocorre anualmente em todas as escolas, com a maioria dos envolvidos na pesquisa presentes, valendo ressaltar que este último momento foi rico em fazer observações consideráveis e ajudou a construir dados relevantes.

2.6.2 Documentação

A evidência documental foi realizada junto com a pesquisa bibliográfica e durante as entrevistas nos locais onde as pessoas entrevistada trabalhavam, pesquisamos e encontramos alguns documentos que tratam desde a adequação do Programa na escola às orientações de escolha e alterações dos macrocampos e suas atividades e consequentemente o funcionamento do Programa.

A pesquisa documental possibilita um bom levantamento de conhecimentos sobre o tema em estudo, dando a possibilidade de refletir sobre as informações coletadas em seus documentos encontrados nos locais como manual e documento de comunicações internas até mesmo como: leis, decretos, orientações para funcionamento e futuros encaminhamentos para adaptação de atividades que procura sempre se adaptar às realidades locais existentes.

Para Severino (2007), a documentação são registros e uma sistematização de dados, informações que são colocadas em condição de serem analisadas, pode, estar na pesquisa de três formas: como técnica de coleta, como forma de organizar e maneira de conservar documentos. Na pesquisa, é uma técnica de identificação, levantamento, exploração de documentos fontes do objeto pesquisado e registro de informações.

Fazendo um levantamento sobre documentos que legitime o Programa Mais Educação nas escolas municipais, junto com: documentos oficiais, livros, artigos, revistas científicas e jornais que regulem o funcionamento deste Programa em âmbito nacional, associando à forma com que vem funcionando e as origens deste tipo de educação.

Esta evidência pode assumir diversas outras formas e lugares, fazendo com que se transformem em objetos que serão utilizados quando for realizada a coleta de dados. YIN (2010), com esses documentos, é possível fazer uma conexão com outras informações colhidas, fortalecendo as evidências do projeto em estudo.

Para Yin (Ibid., p. 128), as fontes de documentação podem ser de diversas formas, porém pode ter algumas variedades de documentos que o autor classificou como sendo;

- cartas, memorandos ou algum tipo de correspondência;
- agendas, anúncios e minutas de reuniões;
- documentos administrativos, leis, regimentos e relatórios;
- estudos formais ou avaliações;
- notícias, artigos, reportagem ou jornais.

Estes são alguns documentos, porém podem existir outros como, por exemplos, os que são encontrados principalmente na internet, podem ser úteis e precisos, devendo ser utilizados cuidadosamente e assim corroborar para qualidade da pesquisa como o aumento das fontes de evidências.

2.6.3 Observação direta

Observação pode ser definida como um exame minucioso ou da “mirada atenta” do fenômeno no seu todo ou em alguns de seus detalhes, enxergando, detectando informações importantes sobre o objeto (RICHARDSON,1999, P.258). As observações quando não são históricas são do cotidiano ou da própria natureza, podemos usar outra fonte de evidência que podem ser variadas. As observações podem ser classificadas como sendo formal ou informal, a observação como fonte formal pode ser uma parte do protocolo que é utilizado nos estudos de casos; na observação informal é realizada ao fazer uma coleta com outra evidência

entrevista, documental, numa visita ao campo ou até mesmo ou em outra ocasião informal. O pesquisador pode ter que fazer algumas inferências uma vez que podem ocorrer situações inusitadas ou até mesmo utilizar outra pessoa para auxiliar na observação tornando mais confiável a informação que será obtida através de múltiplos observadores (YIN, Ibid., p. 137).

A observação tem vantagem de possibilitar e obter informação assim que ocorrem, fatos podem ocorrer simultaneamente e é o meio com melhor acesso a estudar vários fatos ou fenômenos ao mesmo tempo. Existem desvantagens que são os fatos difíceis de observar, outros que são "pitorescos" e assim se o pesquisador não tiver experiência pode supervalorizar a informação (RICHARDSON, Ibid., p. 259).

Durante as entrevistas ou outra evidência podem ocorrer observações, sendo de característica informal, podendo fazer anotações das observações do campo ou como falamos do que ocorre na entrevista ou em outra evidência (YIN, 2010). Porém as observações diretas continuam sendo bastante úteis e trazendo informações adicionais sobre o local em estudo e as pessoas envolvidas na pesquisa.

2.7 Procedimentos da pesquisa para análise dos dados

Para iniciar os procedimentos de pesquisa dos dados foi verificado junto com a orientadora se os instrumentos de pesquisa são suficientes para um estudo de caso. Inicialmente, procuramos fazer uma inscrição no conselho de ética da FUNESO (Fundação de Ensino Superior de Olinda) o qual exigiu o cadastro do sisnep CAAE nº 2135.0.000.104-11 (Anexo 1) e foi encaminhado para a documentação para pudéssemos realizar a pesquisa utilizando seres humanos vivos no Brasil.

Em paralelo a este procedimento, através da FATIM, fizemos um documento para a Secretaria de Educação da Prefeitura do Paulista, com o qual conseguirmos uma carta de anuência que deu autorização para realizar todo o procedimento de pesquisa, como fizemos um estudo de caso, escolhemos uma unidade de ensino que se enquadrasse em alguns critérios e entramos em contato com a diretora para que ela desse seu consentimento.

Depois do consentimento da direção escolar, procuramos falar com os educadores da escola para que alguns se propusessem a participar da pesquisa com livre e espontânea vontade, entregamos para os educadores da escola uma carta convite (Apêndice III), àquele

que se dispôs, entregamos um termo de livre consentimento e esclarecimento (Apêndice V), para que assinasse e tomasse ciência que suas informações seriam aproveitadas para construção dessa pesquisa e que sua identidade ficaria preservada, onde só quem teria acesso a essa identificação seria o pesquisador e o orientador.

Para a realização das entrevistas, foi solicitada que fosse realizada através de gravação para que pudesse ser transcrita posteriormente para uma melhor análise e porque foi verificado que desta forma tomaria menos tempo realizando as perguntas e respostas. Durante as entrevistas foram realizadas diversas observações do Programa e do participante. O tempo médio para realização das entrevistas foi de 11 (onze) minutos.

Em outro momento, foi realizada mais observações e levantamento documental sobre o Programa no municipal e prioritariamente na escola. Foram encontrados diversos documentos relevantes e, durante as observações, registram-se situações inusitadas que ajudou a compor o quadro de informações.

2.8 Instrumento de análise dos dados qualitativos

2.8.1 Análise do discurso (AD)

Para proceder à análise das entrevistas foi utilizada a análise de discurso (AD), procurando sempre construir e categorizar as informações dos sujeitos da pesquisa. Como o próprio nome diz análise do discurso analisa o discurso que significa etimologicamente movimento, curso, não tratando sobre a gramática diretamente, embora seja importante, mas em princípio, é preciso verificar os signos através do discurso de uma determinada pessoa. Este tipo de análise se utiliza da linguagem como meio que liga o homem à realidade. A escolha por este instrumento se deu pela necessidade de focar na discussão de uma pessoa fazendo com que não se transforme em um simples instrumento (ORLANDI, 1999).

Nas entrevistas foi utilizada a análise dos discursos dos entrevistados, nestas análises foi utilizada a formação discursiva que possibilita várias interpretações por conta de sua complexidade devido a integração das ideologias que cada pessoa venha a ter sobre um determinado tema (MAINGUENEAU, 2001).

Para Orlandi (2005), nas palavras existe o que é dito e o que não é dito, elas nem sempre têm um sentido único, as palavras podem não ser transparente, portanto para se

compreender o verdadeiro sentido, ou sentido único, devem ser utilizadas nas entrevistas muitas formações discursivas.

Procurando fazer um bom entendimento sobre as formações discursivas, foram realizadas algumas perguntas que se enquadraram na categoria que avaliou o rendimento ou desempenho dos alunos nas notas que representam nacionalmente a escola, outra categoria verificou a política desenvolvida para atendimento e funcionamento do Programa Mais Educação e, por fim, a última categoria foi a que verificou a estrutura existente na escola, assim como a necessidade de realizar parcerias com a comunidade para o funcionamento do Programa.

No discurso, temos alguns elementos que fazem parte de um conjunto de uma mensagem, um esquema elementar que é constituído de: emissor, receptor, referente, código e mensagem; para analise do discurso, não existe um sentido obrigatório, sendo processados ao mesmo tempo e a parte deste ponto, começamos a verificar em forma de discurso, entendendo que "discurso é efeito de sentidos entre locutores" (ORLANDI, 1999, p. 21).

De acordo com Orlandi (1999, p. 25), "na análise do discurso, procura-se compreender a língua fazendo sentido, enquanto trabalho simbólico, parte do trabalho social geral, constitutivo do homem e da sua história". Para Szymanski (2010), a análise leva para uma explicação que levará a compreensão dos fenômenos analisados pelos pesquisadores.

A análise, durante as entrevistas, faz com que, ao passar do tempo, seja verificada a necessidade de uma maior amplitude, compreendendo o fenômeno como fazendo parte do cotidiano. Nas pesquisas, ocorrem situações diferentes, dependendo de como se processa, se no clima emocional, se houve interrupções, imprevistos ou acréscimo de novos elementos para fazer parte do estudo. Devemos incluir os imprevistos ocorridos durante todo o processo na base de dados até quando ocorrer interrupções ou desvios do foco da pesquisa, porém devemos manter o foco para alcançar os objetivos e tirar proveito dos imprevistos, não deixando que eles desviem nosso caminho (SZYMANSKI, 2010).

A análise do discurso visa entender os sentidos construídos no discurso, Orlandi (Ibid., p. 26) diz que "a linguagem é linguagem porque faz sentido". A análise do discurso é composta pela linguística quando trata da filosofia e das ciências sociais, também reúne algumas áreas de conhecimento contraditórias como: teoria do discurso, teoria da sintaxe e da enunciação e da teoria do discurso.

Este tipo de análise procura o entendimento do simbolismo que um objeto representa ou produz, trazendo significância pelos sujeitos (ORLANDI, Ibid.).

Quando se trata de discurso temos que falar sobre interdiscurso para melhor fazer uma análise de discurso, interdiscurso se trata de algo que tenha sido dito antes, chamado de "memória discursiva", trazendo a formulação do sentido. Não confundir com o intradiscurso que é significa dizer o que está sendo dito no momento, sem uma memória pré-existente (ORLANDI, Ibid., p. 33).

Pêcheux (1983 apud ORLANDI, Ibid.) traz uma visão clara do que significa o interdiscurso e sua importância neste tipo de análise: "(...) as condições nas quais um acontecimento histórico (elemento histórico descontínuo e exterior) é suscetível de vir a inscrever-se na continuidade interna, no espaço potencial de coerência próprio a uma memória".

Na análise do discurso, a ideologia é um dos pontos mais fortes, conseguindo relacionar o meio material existente com o seu imaginário. Na ideologia, se constituem os sujeitos e os sentidos, com o sujeito sendo interpretado de acordo com a sua ideologia quando reproduz alguma fala. O sentido é determinado através dos sujeitos, em sua história, com a relação entre o sujeito e língua.

Falamos sobre ideologia e para entender precisamos de interpretação, onde podemos verificar as possibilidades das condições existentes que regulam o sujeito não apenas pela decodificação de algum sentido, sendo distribuída de forma desigual com memória institucionalizada (separando o direito) e memória constitutiva (interdiscurso).

> Pela interpretação ideológica do indivíduo em sujeito inaugura-se a discursividade. Por seu lado, interpelação do indivíduo em sujeito pela ideologia traz necessariamente a apagamento da inscrição da língua na história para que ela signifique produzindo o efeito de evidência do sentido (o sentido-lá) e a impressão do sujeito ser a origem do que diz (ORLANDI, Ibid., p. 48).

Devemos ser minuciosos durante este instrumento, registrando e analisando tudo o que for percebido da forma como ocorreu, pois, ele é rico em informações, encontramos informações até mesmo no semblante do entrevistado. Após esse registro detalhado, devemos fazer algumas adequações no texto, sem alterar o sentido do que foi dito, transformando-se em texto principal. No texto principal, surgem modificações e novos conceitos ao mesmo tempo em que a releitura das entrevistas permite realizar sínteses sobre os assuntos, essas

pequenas sínteses podem compor uma categoria. Para Szymanski (Ibid.) categoria significa o aprofundamento do pesquisador nos dados e também numa forma de organizar as informações, podendo existir mais de um pesquisador e trazer muitas categorias.

Fizeram parte de nossa pesquisa o gestor, o vice, o coordenador do Programa da escola, dois da Secretaria de Educação Municipal, o supervisor e dois professores da escola e dois monitores do Programa, totalizando 10 (dez) pessoas. O discurso foi coletado através de entrevistas semiestruturadas, realizadas na sala de coordenação da Secretaria, da coordenação da escola e na sala do Programa Mais Educação, com a atenção voltada para as outras fontes de evidência. A coleta das informações para a pesquisa se deu através deste instrumento, sendo agendado previamente após a autorização da Secretaria de Educação e consequentemente do gestor da escola, onde foram sendo marcados as datas e os horários.

2.8.2 Análise da documentação

Nesta etapa da pesquisa, foram fundamentais as leis que estabeleceram o funcionamento do Programa e como deve proceder em suas atividades, leis com alterações, leis complementares, decretos de desenvolvimento de atividades com criação de outras estruturas de funcionamento e acompanhamento, os Planos Municipais, Estaduais e Nacionais de educação, os projetos políticos pedagógicos da escola pesquisada.

Informações sobre o IDEB da escola da Prova Brasil e as taxas de evasão escolar e de reprovação dos alunos da escola que podem facilmente ser pesquisados na própria escola e outras informações podem ser obtidas pela internet, o IDEB e Prova Brasil estão disponíveis na internet, de forma que todos possam verificar as informações pelo INEP[39] (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Educacionais Anísio Teixeira). No Município também são desenvolvidos alguns tipos de avaliações que poderão ser utilizados como documentos que tratam de como o aluno se comporta após a realização de atividade no Programa.

Além desses documentos pesquisados, também fomos atrás de trabalhos realizados dentro da temática, como artigos, dissertações ou teses. Como o Programa é recente,

[39] INEP é uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Educação (MEC). Seu objetivo é promover estudos, pesquisas e avaliações periódicas sobre o sistema educacional brasileiro, com o objetivo de subsidiar a formulação e implementação de políticas públicas para a área educacional.

encontramos muitos registros dessa natureza, porém foram encontrados muitos documentos que favoreceram a pesquisa e, levando em consideração que o Programa Mais Educação utiliza a metodologia de educação integral, que tem na história da educação brasileira com esta modalidade, falamos um pouco dessas raízes existentes na modalidade de educação.

2.8.3 Análise da observação direta

A observação direta ocorreu no momento das entrevistas, enquanto aguardava também ocorreram observações, depois de terminadas as entrevistas foi observado o entorno de dentro da escola, também foi analisado o funcionamento da escola durante os três meses posteriores às entrevistas. Fizemos algumas observações da estrutura existente pela escola para seu funcionamento assim como observado o funcionamento do Programa Mais Educação em suas atividades corriqueiras.

Para Yin (Ibid.), as observações são importantes para fortalecer o estudo e coletar informações adicionais do caso. No Programa estudado, existem conteúdos que são fundamentais que sejam colhidos de forma informal, não deixando de lado as formais, informações que serão fundamentais para verificar o funcionamento e o que ocorre dentro da estrutura desenvolvida no Município do Paulista.

Neste tipo de observação, é importante comparar as informações das entrevistas com o que ocorre na realidade, em todos os dias. Para os entrevistados foi observado o nível de conhecimento sobre o Programa, pois, foram valorizados aqueles que detinham maior conhecimento. Também utilizamos uma pessoa para dizer o que ela poderia dizer do que estava vendo e solicitado que relatasse. Essa questão de utilizar outra pessoa foi uma sugestão para dar confiabilidade da evidência orientada por Yin (2010).

CAPÍTULO III

ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS

3.1 Apresentação e interpretação dos resultados obtidos da análise qualitativa

Esta pesquisa descreve uma pequena experiência diante do que ocorre no país com a implantação do Programa Mais Educação. Neste capítulo, iremos relatar uma experiência do Programa no Município do Paulista em Pernmbuco, assim como realizar uma discussão sobre os resultados obtidos através dos instrumentos trabalhados.

Utilizamos dois guiões (G1e G2) nas entrevistas, trazendo um nível de profundidade sobre o objeto de estudo de acordo com a necessidade do cargo que ocupa. Tendo como nível mais alto os responsáveis pelo Programa na Secretaria de Educação (S1 e S2), gestores (D1 e D2) e supervisores escolares (SU), nessa perspectiva, a entrevista foi guiada pelo guião G1. Com questões de menor aprofundamento, outro nível, foi utilizado o guião G2, no qual o coordenador do Programa (CE), professores (P1 e P2) e monitores relataram suas experiências respondendo este guião.

Nos capitulos anteriores verificamos a existência de diversos Programas similiares ao Mais Educação, depois colocamos o que foi utilizado para realizar esta pesquisa, consequentemente registramos como foram todos os procedimentos para a coleta das informações e como será realizada a análise dos dados. Desta forma, neste capítulo, iremos apresentar e analisar os dados organizados, seguindo dos níveis mais abragentes até os mais básicos, desenvolvidos através dos guiões e através dos demais instrumentos utilizados neste estudo.

Durante a exposição dos dados e da análise dos mesmos, iremos cruzar as informações oriundas dos instrumentos de coleta, tais como entrevistas, observações e documentos, expostas através das reflexões dos participantes da pesquisa, em registros existentes no local da pesquisa, documento existente sobre o Programa, como o manual, lei, normativas ou qualquer um outro tipo de documento.

As observações não ocorreram apenas durante o levantamento dos dados da pesquisa, ela advém desde o momento que foi definido o tema a ser estudado, passando pela entrega e discussão do projeto de pesquisa até o momeno de chegar na construção da conclusão final da dissertação a ser apresentada.

O período efetivo de coleta de informação no *lócus* da pesquisa foi de aproximadamente seis meses entre encontros informais e formais, havendo encontros totalmente informais, em algumas escolas, antecipadamente que ajudou bastante na definição

do local da pesquisa, mostrando-se bastante rica de informações a escola escolhida para o estudo, trazendo diversas vantagens. Durante o período de coleta, foi sendo montada uma forma para verificar as informações, ao mesmo tempo já foi iniciada uma análise das informações, tal qual estava organizada nos níveis de profundade do objeto estudado.

Os dois guias utilizados em forma de roteiro trouxeram quatro questões que eram comuns em todos, ligavam diretamente ou indiretamente ao tema, porém trouxeram imformações relevantes, como o tempo de trabalho em educação, currículo profissional, ligação ao desenvolvimento das atividades profissionais educacionais da unidade de ensino, qual a rotina profissional e qual a ligação ou conhecimento a respeito do Programa Mais Educação.

No decorrer das outras perguntas foi dado um enfonque na questão estrutural existente para o funcionamento, levantando informações sobre a existência de apoio de qualquer instituição para melhor adaptação ao Programa e analisar alguns resultados dos IDEBs, Prova Brasil e outros, para avaliar o que ocorre com o desempenho da escola, principalmente dos alunos que realizam atividades no modelo integral com o Programa.

3.2 Discussão e analise dos dados qualitativos.

O Programa Mais Educação foi instituído pelo Governo Federal através da portaria interministerial nº 17 de 24 de abril de 2007, envolvendo ministérios como o Ministério da Educação, Esportes, Cultura e Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Ainda tendo um caráter de projeto de governo, logo depois com o decreto nº 7.083 de 27 de janeiro de 2010, no governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e tendo como principal ministério para o funcionamento do Programa, na época, Ministério da Educação com o ministro Fernando Haddad, passando a ter caráter de Programa de governo.

Sendo inserido gradativamente nas escolas públicas de todo o Brasil, utilizando a metodologia que aumenta o tempo de permanência dos estudantes nas escolas como previsto na Constituição Brasileira, artigo nº 84, inciso IV, na atual LDB, nº 9394 de 20 de dezembro de 1996, e PNE Plano Nacional de Educação, no decênio 2001/2011, definido através da lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001.

O Ministério da Educação desenvolveu alguns materiais para orientação e funcionamento do Programa, delegou responsabilidades e orientou a melhor forma para seu funcionamento. Dentre os materiais fornecidos pelo Ministério da Educação encontramos um chamado de "Programa Mais Educação: Passo a passo" que traz explicações passo a passo sobre a sua implantação e a melhor forma de funcionar nas escolas, "a Educação que este Programa quer evidenciar é uma educação que busque superar o processo de escolarização (...). A escola, de fato, é o lugar de aprendizagem legítimo dos saberes curriculares e oficiais (...)" (MINISTÉRIO DA CULTURA, PASSO A PASSO, s/d, p. 5),

Para o Programa funcionar, o MEC todo ano seleciona escolas que estão com o IDEB baixo, dando prioridades as que estão em capitais e região metropolitana, escolas onde o risco de vulnerabilidade social é maior, necessitando assim de prioridade dentre as outras escolas públicas (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, RESOLUÇÃO Nº 38, 2008).

O Programa começa a funcionar através da portaria do Interministerial nº 17 de 24 de abril de 2007, em suas considerações, já deixa claro o objetivo de ampliar o tempo de permanência na escola contemplando assim a LDB nº 9394 de 20 de abril de 2006, diminui a vulnerabilidade entre os jovens seguindo o Estatuto da Criança e do Adolescente, procura garantir direitos estabelecidos como de proteção, alimentação, inclusão e acesso aos esportes.

A portaria estabeleceu o caráter interministerial que faz com que vários ministérios estejam fomentando as atividades do Programa que ficam agrupadas de acordo com os macrocampos, inicialmente funcionou como sendo um projeto, em seguida passou a funcionar como Programa, onde cada ministério contribui com a sua parcela envolvendo sua área de funcionamento.

> A escola ampliou os seus deveres até participar de todos os deveres do lar, assumindo a responsabilidade de dar às crianças todas as condições que lhe asseguram – ou lhe deviam assegurar – na família, a continuidade e a integridade de uma ação formadora completa. Educação e não instrução apenas. Condições de vida e não condições de ensino somente. Mas nem por isso a escola substitui integralmente o lar. Esse continuará e, para continuar, deve também ser refundido em suas bases intelectuais e sociais, como já o foi nas suas bases econômicas (TEIXEIRA, 1997 apud CAVALIERE, 2010, p. 255).

Para Santos (2009), ao analisar o censo em 2008, foi verificado que tinha aumentado bastante a oferta de contraturno nas escolas e que a quantidade de alunos que se matriculou em escolas com oferecimento de atividades em outro horário, aumentou em cinco vezes.

Para o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, quem deve fazer parte do Programa instituído através da portaria interministerial, são as escolas que receberão o Programa, de acordo com a prioridade de maior parte das famílias beneficiadas pelo Programa Bolsa Família (PBF) (Ministério do Desenvolvimento Social).

Na AD do *corpus* de nossa pesquisa com as pessoas responsáveis na Secretaria de Educação e na escola investigada, observou-se pouco conhecimento sobre alguns procedimentos do Programa Mais Educação, agrupando-se os discursos sobre o funcionamento do Programa. A sigla ED, doravante utilizada, representa fragmentos de depoimentos discursados que são analisados a partir dos contextos de sua produção.

As formações discursivas (FD) que compõem a dissertação representam o resultado do discurso das dez (10) professoras entrevistadas. Toda produção do discurso foi agrupada em sete Formações Discursiva (FD): 5.4.1 - Gestão e apoio logístico, 5.4.2 - Inclusão no Programa Mais Educação, 5.4.3 - Gestão de Recursos do Programa Mais Educação, 5.4.4 - Gestão de pessoal do Programa Mais Educação, 5.4.5 - Gestão e comunidade escolar, 5.4.6 - IDEB e o Programa Mais Educação, 5.4.7 - IDEB e o Programa Mais Educação.

Katharine e Jamerson (2010, p. 3) afirmam que "é necessário a participação dos educadores, educando e de toda a comunidade" para favorecer a ampliação do tempo, estabelecer o acesso à escola pública e uma boa qualidade de aprendizagem, ressaltando aqui a necessidade do envolvimento de todos.

De acordo com o S1 e S2 entrevistados, a implantação do Programa ocorreu de forma unilateral nas escolas, para (S1 e S2), não houve pergunta prévia ao Município sobre quais escolas deveriam funcionar com o Programa, mas sim que a secretaria teria que se organizar para orientar o funcionamento das escolas, dando capacitação e repassando informações do MEC.

Na primeira pergunta sobre a implantação do Programa Mais Educação, entre os entrevistados, o ponto que chamou mais atenção foi o crescimento do número de escolas com o Programa Mais Educação em tão pouco tempo, ela tomou como referência os poucos anos que o Programa está em funcionamento. Para S1: "(...) 2008 de seis escolas (...) o Programa

em 2011 foram 33 escolas e em 2012 terá mais uma unidade escolar com o Programa Mais Educação".

Existe uma expansão na adesão ao Programa pelas escolas nas cidades brasileiras. Em Paulista, foi criado um setor na Secretaria de Educação para atendimento, observamos que neste setor existem pessoas que respondem e podem dar qualquer esclarecimento sobre o Programa. Esta expansão foi o fator determinante para incentivar e fazer esta pesquisa, para procurar estudar este Programa, e assim coletar informações para melhor aproveitamento em sua organização e adequação ao Programa o mais rápido possível, procurando colaborar com um pleno funcionamento e aproveitamento dos recursos.

Para as pessoas D1 e D2, gestores, foi a partir de um convite da Secretaria de Educação, informando que, no próximo semestre de 2008, iria funcionar o Programa, que era necessário uma adequação à sua nova metodologia, para o supervisor houve reuniões e momentos de preparação para funcionar o Programa.

Os professores (P1 e P2) não foram informados imediatamente, também não existia a figura do coordenador do Programa CE, nem dos monitores (M1 e M2), existindo nas escolas só o supervisor (SU), fora os gestores da escola que também corrobora com o funcionamento do Programa. Para o supervisor, a Secretaria de Educação realizou diversas reuniões envolvendo os gestores e os supervisores da escola que em cada uma delas procurava esclarecer o Programa e mesmo assim surgiram muitas dúvidas, duvidas estas que até os dias atuais podem prevalecer, porém concordam que o Programa pode favorecer aos estudantes da escola. Com isto identificamos que apenas as pessoas S1, S2, D1, D2 e SU estavam sendo informados sobre o Programa até que em determinado momento começaram a repassar as informações para os professores e a procurar pessoas para serem os monitores.

3.2.1 Formação Discursiva (FD): Gestão e apoio logístico.

De acordo com Santos (2009), Anísio Teixeira foi o principalmente personagem para o funcionamento da metodologia de educação integral, procurando uma sociedade moderna e com inovação, com isso procurava se empenhar ao máximo numa organização administrativa, a fim de garantir uma educação de forma integral.

De acordo com o Plano de Metas, decreto nº 6.094 de 24 de abril de 2007, estão ressaltados os esforços que os Estados, Município e o Distrito Federal terão que fazer para colaborar juntamente com a família na construção da qualidade da educação. Dentre suas 28 metas estão:

> Art. 2º A participação da União no Compromisso será pautada pela realização direta, quando couber, ou, nos demais casos, pelo incentivo e apoio à implementação, por Municípios, Distrito Federal, Estados e respectivos sistemas de ensino, das seguintes diretrizes:
> XIV - valorizar o mérito do trabalhador da educação, representado pelo desempenho eficiente no trabalho, dedicação, assiduidade, pontualidade, responsabilidade, realização de projetos e trabalhos especializados, cursos de atualização e desenvolvimento profissional;
> XVI - transformar a escola num espaço comunitário e manter ou recuperar aqueles espaços e equipamentos públicos da cidade que possam ser utilizados pela comunidade escolar;
> XXVII - firmar parcerias externas à comunidade escolar, visando a melhoria da infra-estrutura da escola ou a promoção de projetos socioculturais e ações educativas;

1 - FD: Gestão e apoio logístico:	
Identificador	**Excerto de Depoimentos (ED)**
S1	A dificuldade sempre foi os espaços físicos, tanto nos municípios quanto dos Estados. As escolas não são construídas para educação integral (...).
S2	Nos temos uma coordenação (...) são feitas reuniões bimestrais com os gestores com o apoio da Secretaria de Educação que oferece toda a estrutura necessária (...).
D1	A Secretaria de Educação que tem uma organização, com um pessoal preparado para ajudar e que estabelece um calendário de reuniões (...).
D2	A nossa escola é uma que tem uma pequena vantagem em relação as outras, com uma estrutura que contempla um campo, uma quadra, estamos organizando a horta (...).

Quadro 4. Formação Discursiva (FD): Gestão e apoio logístico.

Fonte: Entrevista realizada (2011).

Nessa discussão, alguns (S1, D2) preferiram falar sobre a maior dificuldade encontrada nas escolas do Município, que é detalhada nos planos de metas em seu inciso

quarto, quando fala do esforço que no caso o Município terá que fazer. De acordo com o que foi colocado, as escolas do Município do Paulista não fogem à regra das demais escolas do país, onde não encontram uma boa estrutura para o funcionamento pleno de suas atividades. As estruturas e espaço são necessários para conseguir se adaptar ao Programa Mais Educação.

Outros (S2 e D1) relataram que houve uma boa adequação ao Programa, que conseguiu se organizar bem, criou, no departamento de projetos, um espaço para organização do Programa Mais Educação e organizou um horário bimestral para discutir assuntos sobre o Programa. Os gestores também relataram que o cidade tem uma boa organização, com um pessoal que orienta e ajuda a conduzir o trabalho através de reuniões; para o gestor D2, a sua escola é uma das poucas que tem uma boa estrutura física para funcionamento do Programa.

Para S2 e D1 é verificado constantemente se existe alguma necessidade ou se está acontecendo algum problema na escola que dificulte os trabalhos dos monitores e as atividades do Programa. Percebemos um departamento existe, um departamento que contribui para a solução dos problemas.

Como podemos observar nas falas, existe um coordenador geral de projetos na Secretaria, neste setor, existe o Coordenador do Programa Mais Educação, organizando os trabalhos do Programa na Secretaria de Educação e respondendo pelas atividades do Programa na Prefeitura do Paulista. Em seu departamento e com sua equipe, define as escolas que precisam de atendimento, traçam calendário de reuniões e estabelecem diretrizes sobre o Programa nas escolas. As reuniões são frequentes e sempre com a participação dos gestores e coordenadores do Programa das escolas e em alguns momentos com os supervisores.

Durante a entrevista de uma pessoa, surgiu a discussão sobre a existência ou não de uma forma única de trabalho entre as instituições que aderiram ao Programa, então repassamos para os gestores e para as pessoas da Secretaria de Educação, eles relataram que existe uma padronização, mas também o Mais Educação direciona-se de acordo com a comunidade que tem características próprias. Podemos então lembrar o Programa comentado acima como o CIEP no Rio de Janeiro, onde foi feito um trabalho para contribuir com a alimentação das pessoas que ficavam na escola durante o dia inteiro, os prédios eram os mesmos e as atividades seguiam uma orientação, tendo esta parte como sua característica própria de seu Programa. Para S1, a padronização é determinada pelo MEC o qual fornece o manual que deve ser seguido pela escola e Secretaria de Educação, a pessoa S2 reforça que o

MEC faz o padrão que determina quais atividades a escola deve ou pode receber, ao mesmo tempo informa qual será o valor da verba direcionada para os custos.

3.2.2 Formação Discursiva (FD): Inclusão no Programa Mais Educação.

Para o manual do Programa Mais Educação 2011, a participação dos estudantes deverá ser aos poucos, iniciando com 100 (cem) estudantes. Se a escola estiver no censo escolar com o número de estudante menor do que este, não irá receber nenhum dinheiro do Programa Mais Educação. (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, MANUAL 2011).

No Plano de Metas o artigo 3º fala da inclusão no censo escolar e o sistema de avaliação, sendo a base para aferir a qualidade da educação, composto pelo IDEB e SAEB:

> Art. 3º A qualidade da educação básica será aferida, objetivamente, com base no IDEB, calculado e divulgado periodicamente pelo INEP, a partir dos dados sobre rendimento escolar, combinados com o desempenho dos alunos, constantes do censo escolar e do Sistema de Avaliação da Educação Básica - SAEB, composto pela Avaliação Nacional da Educação Básica - ANEB e a Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (Prova Brasil).

2 - FD: Inclusão no Programa Mais Educação:	
Identificador	**Excerto de Depoimentos (ED)**
S1	Todos os alunos que participam do Programa estão incluídos no censo escolar.
S2	(...) todo ele só recebe a verba se tiver cadastrado os alunos no censo escolar, se não deixarão de receber do Ministério da Educação.
D1	Está incluído no censo, porém houve uma adaptação, no início era informado a quantidade dos alunos, agora já fica incluído em suas matrículas no censo.
D2	Não posso te informar com clareza, não estou por dentro do processo, estou responsável apenas pelo EJA à noite.
SU	Os alunos estão incluídos no censo que participam do Programa.

Quadro 5: Formação Discursiva (FD): Inclusão no Programa Mais Educação.

Fonte: Entrevista realizada (2011).

Para Rodrigues (2010), em seu artigo quanto ao recebimento de verbas do Governo Federal, o Programa funciona de acordo com o número de alunos indicado no censo escolar, através dele vemos o a quantidade de despesas e custeio. Na formação discursiva conseguimos verifica que os alunos estão cadastrados no censo escolar, porém, um ponto bastante interessante que S2 colocou foi que, se os alunos não estiverem cadastrados no censo escolar, o Programa não receberá verba.

No governo Lula, foram ampliados os recursos destinados PDDE, o PDE mesmo destinou mais recursos para todas as escolas que estavam com IDEB baixo. O Ministério da Educação diz que o critério para ser computada a matrícula no Programa Mais Educação, é ser colocado no censo escolar sua participação nas atividades escolares por no mínimo sete horas (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2009).

Um dos gestores não soube definir com certeza se os alunos estão matriculados no censo escolar, deixando a noção de não está muito envolvido na parte administrativa da escola, porém ressaltou a sua responsabilidade por uma modalidade de ensino (EJA) em outro turno pelo qual ficou responsável.

Para Godoy (s/d) a relação que existe entre censo escolar e o IDEB relatam muitas dificuldades existentes entre a permanência e a qualidade do ensino no Brasil. Através do censo podemos verificar e definir várias situações existentes na educação do Brasil ou de um determinado local. Cavaliere (2007) conseguiu, em seu artigo "Tempo de Escola e Qualidade" fazer grandes comparações, quando verificou uma tendência no crescimento do tempo de permanência dos alunos nas escolas, constatou que o fenômeno ocorria mais fortemente nas regiões sul e sudeste, tendo em vista que os Estados dessas localidades foram logo se organizando norteados pela LDB de 1996, onde o seu artigo 34º traz a orientação de uma maior permanência dos alunos.

3.2.3 Formação Discursiva (FD): Gestão de Recursos Financeiros do Programa Mais Educação.

A resolução 19, de 15 de maio de 2008, estabeleceu logo em seu primeiro artigo que os recursos seriam enviados para a escola, segundo os dados extraídos do censo escolar, que é realizando pelo Ministério da Educação.

> Art. 2º Os recursos transferidos à conta do PDDE, independentemente da celebração de convênio, ou instrumento congênere, nos termos facultados pela Medida Provisória nº 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, destinam-se à cobertura de despesas de custeio, manutenção e pequenos investimentos, de forma a contribuir, supletivamente, para a melhoria física e pedagógica dos estabelecimentos de ensino (...).

3 - FD: Gestão de Recursos Financeiros do Programa Mais Educação:	
Identificador	**Excerto de Depoimentos (ED)**
S1	Seguimos o manual, ele vem todo estruturado, orientando as compras dos kit's referente às atividades que a escola foi previamente cadastrada.
S2	As escolas são orientadas através de planilhas que nós recebemos do MEC através do sistema SIMEC, é uma planilha de cada atividade e nessa planilha repassamos para os gestores via reuniões e encontros (...).
D1	(...) não é feito aleatoriamente, vem uma cartilha para seguir, pois, se fizer diferente do que o está definido na cartilha o MEC manda devolver as prestações de conta.
D2	Deveria ser pelo conselho escolar da escola, também é meio engessado. Outra coisa é que se fala tanto em autonomia, mas pouco recurso vem com liberdade para que possa ser feito algo (...).
SU	Geralmente os gestores são orientados para usarem nas grandes necessidades, mas imediata, nas situações críticas que existem nas escolas (...).

Quadro 6: Formação Discursiva (FD): Gestão de Recursos do Programa Mais Educação.

Fonte: Entrevista realizada (2011).

No que concerne a recursos do PDDE destinados às escolas, destaca-se que desde 1995 até 2004, não alteraram em seu valor por aluno, continuando a ser repassado durante este período sem nenhum aumento baseado no número de alunos matriculados, lembrando que os recursos chegam baseado no censo de um ano atrás (PERONI, 2007).

Em 2004, foi alterado o valor do repasse devido à resolução nº 10, de 22/03/2004, sendo criado um fator que faz uma correção pela quantidade de alunos matriculados,

procurando diminuir a diferença existente entre escolas com uma grande quantidade de alunos e outra com uma quantidade menor (PERONI, 2007).

De acordo com o Artigo 68 da LDB que especificam as fontes de onde saíram os recursos que irão para as escolas públicas de todo o país, os artigos 69 até 73 complementam esta informação e nas questões dúbias são verificadas a Constituição de 1988 (ADRIÃO, 2007).

É válido refletir sobre um ponto importante que consta no manual do Programa Mais Educação: é o diretor quem decide como devem ser aplicados os recursos, o que deve adquirir e em quais são as prioridades de manutenção na escola a ser resolvida. O diretor deve garantir a transparência das decisões, das prestações de conta e informar os recursos recebidos (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO: PASSO A PASSO, S/D).

Na resolução nº 19, que relatamos acima, explica-se que o recurso será repassado para as escolas de uma só vez, de acordo com o número de alunos do ano anterior e de acordo com a tabela específica do Programa, no caso que estamos falando o Programa Mais Educação. Nesta mesma resolução fala em seu artigo 13º e 15º da aquisição de kit pelas escolas, esclarecendo que alguns kit's podem ser enviados de forma gratuita, existente em poucos macrocampos, e outros kit's devem ser comprado, essas informações estão descritas numa planilha a ser seguida pelos gestores todo ano (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, MANUAL, 2011).

Os entrevistados colocaram claramente que os recursos são orientados, ou seja, existem informações do que deve ser comprado, sendo chamado de Kit's como comentou S1, esses kit's são os recursos necessários para um bom desenvolvimento das atividades. Nos kit's contém uma lista do que deve ser comprado, ao mesmo tempo já estipulado qual valor destinado à compra de cada material, esses valores vêm descritos com uma cartilha (como D1 colocou) ou planilha (como S2 relatou muito também).

3.2.4 Formação Discursiva (FD): Gestão de pessoal do Programa Mais Educação.

Nesta formação discursiva tivemos que organizar tanto como é escolhido o coordenador como os monitores das escolas, tratamos estas duas informações, pois estão ligadas

diretamente a uma gestão de pessoal. No quadro abaixo estão duas informações importantes para ajudar em nossa categoria de estrutura organizacional.

4 - FD: Gestão de pessoal do Programa Mais Educação	
Identificador	**Excerto de Depoimentos (ED)**
S1	É escolhido através do gestor (...) que tenha boa comunicação na escola e tempo disponível (...)". "(...) ser ligado à comunidade (...) para letramento e matemática são convidados estudantes universitários.
S2	(...) tenha uma comunicação com a comunidade escolar e tempo disponível (...). É escolhido através do gestor (...). (...) estagiários de universidades e pessoas da comunidade (...) para as oficinas de capoeira tendo que ser prioritariamente da comunidade.
D1	É escolhido um professor que faça um bom trabalho pedagógico (...), repasse as informações para os professores (...). (...) pedem estudantes universitários (...) só que eles normalmente não querem devido à ajuda de custo (...) então abrem oportunidade para pessoas da comunidade.
D2	O coordenador procurado é um que tenha acesso aos professores (...) a secretaria dá autonomia na escolha. (..) procura o que tenha afinidade com os alunos.
SU	O diretor tinha que escolher um professor que quisesse participar. Era para estudantes universitários depois veio essa ideia de pessoal da comunidade.
CE	O coordenador do Programa é escolhido pela indicação da direção da escola (...). (...) para letramento e matemática exigem universitários e para os outro não. Pode ser pessoas da comunidade (...).
P1	(...) a escolha do coordenador tem que ser uma pessoa da escola que tenha acesso à escola, a toda estrutura e saiba sobre o PME. Conheço alguns critérios (...) tem que ser da comunidade, que tenha vivencias com os alunos da comunidade (...).
P2	Eu acredito que é pela diretoria da escola (...) é escolhido uma pessoa encarregado pela escola, que tenha aptidão, que tenha perfil (...).

	Eu acredito que os monitores são escolhidos mais pelos conhecimentos, (...) acredito que não seja necessária licenciatura.
M1	"Não tem nenhuma ideia". (...) foi feito uma dinâmica de grupo, fizemos uma entrevista individual, então foi selecionado dois (...) uma atividade foi pedida foi para apresentarmos um plano de aula e uma aula prática (...).
M2	(...) mas não sei como é escolhido. Tem que ter alguma afinidade com a comunidade, tem que ter uma graduação, mas pode ser da comunidade (...).

Quadro 7: Formação Discursiva (FD): Gestão de pessoal do Programa Mais Educação.

Fonte: Entrevista realizada (2011).

Matos (2011) apresenta uma definição esclarecedora a respeito do coordenador do Programa Mais Educação: "O coordenador do Programa Mais Escola deve ser profissional com matrícula na rede, tendo horário móvel para atender uma carga horária de vinte horas semanais. Deve ser um professor com forte inserção com a comunidade".

Na entrevista, procuramos saber de todos os entrevistados, sobre o procedimento que é seguido para a escolha dos coordenadores do Programa nas instituições de ensino do Paulista. Os entrevistados S1, S2, CE, SU e P2 falaram que é uma indicação da direção da escola, que a secretaria dá autonomia para escolha do coordenador.

Os coordenadores do Programa são sempre professores da escola onde estão lotados, porém existem alguns critérios que o MEC orienta para realizar essa escolha e como devem ser desempenhadas suas atividades. Deve ser um professor que saiba escutar, buscar consenso, aberto às mudanças, apoia novas ideias e aquele que se emociona com as histórias (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO/SECAD, 2009).

Para o pessoal da Secretaria de Educação e os gestores, dois pontos em comum que não existe diretamente na orientação do MEC, é que seja uma pessoa que tenha boa comunicação com a comunidade escolar em especial com os colegas professores, e que tenha tempo disponível para ficar na escola em outro turno.

D1 e SU reforçaram pontos extremamente importantes ao falar que é necessário que eles repassem todas as informações para os outros professores. Os professores colocaram que para a escolha do coordenador tem que ser uma pessoa com acesso à escola, tenha aptidão, perfil e saiba tudo sobre o Programa, e ao observar, nas entrelinhas, as respostas dos

professores (P1 e P2), percebemos que eles ainda não dispõem de uma boa informação quanto à escolha do coordenador, pois, em nenhum momento os responsáveis da secretaria colocaram esses pontos todos como relevantes, observem as falas. Como os monitores (M1 e M2) costumam não se envolver muito nas discussões e escolhas da escola, eles não souberam responder devidamente como ocorre esta seleção.

A orientação do MEC é que a Secretaria dos municípios deveriam designar 40 h/a semanais para os professores coordenarem as atividades, exercendo a função de professor comunitário através das orientações das execuções das atividades (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO/SECAD, 2009).

Sobre as atribuições dos monitores, Matos (Ibid., p. 80) esclarece os seguintes pontos sobre esses profissionais:

> Quantos aos monitores responsáveis pelo desenvolvimento de oficinas, eles podem ser educadores populares, agentes culturais e estudantes universitários com formação específica nos macrocampos e com habilidades reconhecidas pela comunidade. Eles trabalham sob a égide da Lei nº 9.608/1998, que dispõe sobre atividades de voluntariado no País.

Para o MEC, os profissionais que devem trabalhar com o desenvolvimento do Programa na escola, realizando as atividades pedagógicas devem ser os educadores populares e estudantes de instituições de ensino superior que tenham áreas afins, sendo observada a lei nº 9608/1998 que trata dos serviços de voluntários, no caso dos universitários, poderão acompanhar as atividades na área de sua formação (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO/SECAD, 2009).

Os entrevistados S1, S2, D1, G2, CE e SU relataram que, para ser responsável pelas atividades do Programa, ser um voluntário "oficineiro", é necessário que sejam estudantes de universidades como o MEC orienta pelo menos para algumas atividades, nenhum relatou a necessidade de ser de uma área afim. Para S1, S2, D1 e SU, também poderão ser pessoas da comunidade desde que tenham uma boa ligação com a comunidade, principalmente para as oficinas tipo capoeira. Desta forma, as escolas têm também a possibilidade de convidar pessoas da comunidade para trabalhar, é o que o MEC chamou em seu manual de educadores populares, porém, não funciona apenas para a atividade de capoeira como colocaram.

Para P1e P2, não foi encontrado um dos critérios determinantes que é de serem estagiários, ou seja, que estudem em alguma universidade, lembrando que o PME tem

objetivo principal melhorar o rendimento dos alunos no IDEB e, com isto, o macrocampo acompanhamento pedagógico é obrigatório, escolhendo o macrocampo, escolheremos as atividades de letramento e matemática, para isto o MEC orienta que sejam estudantes de universidades. Para M1 e M2 conseguiram estabelecer bem os dois pontos importantes, ser estudantes de universidade, mas podem ser da comunidade desde que tenham um trabalho reconhecido e dentro das atividades que a escola junto com a comunidade escolherem.

De maneira geral, os entrevistados conseguiram colocar bem alguns critérios que o MEC orienta para escolha dos monitores que irão fazer o trabalho junto com os alunos da escola, apenas um colocou um ponto bastante interessante, que é procurar um que tenha afinidade com os alunos.

Entre os dois focos de discussão acima, percebemos uma situação que ocorreu nas respostas de forma sutil, mas que pode fazer toda a diferença, fazer com que haja um engajamento maciço de toda comunidade escolar. Foi colocado que para ser coordenador deve procurar um professor comunicativo e que tenha acesso aos professores; e para o monitor - também um monitor comunicativo, pois quanto disse que tinha um trabalho junto a comunidade é por que esta pessoal já tem um histórico de integração. Esse enfoque dado agora não existe em manual nem encontramos em artigos, mas acreditamos que com pessoas deste tipo haverá uma integração muito maior durante as atividades desenvolvida no Programa.

3.2.5 Formação Discursiva (FD): Gestão e comunidade escolar.

A partir das informações tratada neste quadro começamos a avaliar o Programa. Temos duas informações, que estão ligadas diretamente à comunidade escolar e precisamos avaliar o envolvimento com a comunidade.

5 - FD: Gestão e comunidade escolar:	
Identificador	**Excerto de Depoimentos (ED)**
S1	Existe um cadastro no final de cada ano para inclusão de atividade (...).
	Sim (...) tem um padrão que é determinado pelo MEC, (...) ano tem um

S2	cadastro (...).
D1	Os macrocampos são escolhidos porque temos um campo muito grande (...) temos também as obrigatórias, letramento e matemática. Está incluído no Projeto Político Pedagógico desde o início (...).
D2	(..) foram visto a necessidade dos alunos, para que eles possam se engajar (...). (...) nós construímos, porém o tempo disponibilizado é muito pouco (...) o pessoal não tem um hábito de ler e buscar, criar condições para funcionar (...).
SU	Se basearem na dificuldade dos alunos e nas atividades que precisavam (...). (...) que o PPP que ele esteja voltado para o projeto.
CE	Tínhamos quadra, achamos por bem escolher os que utilizassem a quadra (...). A comunidade inicialmente não foi consultada depois passou a fazer um diagnóstico participativo (...). (...) desde que o Programa começou a funcionar ele foi inserido no PPP da escola.
P1	(...) a necessidade dos alunos na escola (...) pelos meus conhecimentos foi escolhido a de alimentação por conta da alimentação (...). (...) com certeza está incluído no Projeto Político Pedagógico da escola, com certeza (...).
P2	Não soube responder. (...) eu acho que não tem não, o PPP não contém o Programa Mais Educação, todo ano nós discutirmos o PPP.
M1	Não tem ideia de como é realizado a escolha.
M2	Vai de acordo coma clientela (...) a direção junto com a coordenação vai realizando a escolha (...) o principal é letramento e matemática.

Quadro 8: Formação Discursiva (FD): Gestão e comunidade escolar.

Fonte: Entrevista realizada (2011).

No tocante às escolhas do Macrocampo a ser desenvolvido no Programa Mais Educação, Coelho (2004) relata sua experiência:

> (...) a enumeração das atividades que uma escola que trabalhe com educação integral deve compreender. Os docentes do CIEP A foram unânimes na escolha das atividades esportivas e de recreação. Metade indicou, ainda, as aulas expositivas e de conteúdo, além da animação cultural e do vídeo. É importante registrar que um único docente incluiu, em todas as cinco opções (...) (p.11)

O MEC orienta que as atividades devem estar de acordo com as que existem na comunidade escolar e que devem estar descritas no PPP[40] da escola, trazendo as intenções da escola. Para que seja realiza uma melhor escolha, o MEC disponibiliza em seu manual algumas perguntas para a escolha das atividades (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO/SECAD, 2009).

De acordo com os entrevistados, a escolha do macrocampo ainda não está muito bem associada quanto às atividades culturais vivenciadas pela comunidade, as escolhas são realizadas por conta da adequação estrutural da escola ao Programa e das dificuldades dos alunos. Todos lembraram que letramento e matemática são obrigatórias, porém só S1 e S2 colocaram detalhadamente como é solicitada a atividade do macrocampo por intermédio do MEC.

Para Katharine e Jamerson (2010) na própria mandala de saberes comunitários, que representamos no texto acima, já representa a forma de escolha de algumas atividades de macrocampo que não seja o pedagógico, chama essas atividades de saberes culturais, pois, envolvem: música, dança, vestuário, curas, rezas e expressões artísticas. Para S2, existe um padrão que é observado na escola dos macrocampos, pois, o macrocampo pedagógico é obrigatório, sendo feito a escolha de letramento e matemática, isso se explica quando lembramos um dos objetivos que é melhorar a nota do IDEB como já vimos antes.

Nenhum dos comentários relatou a escolha dos macrocampos tendo analisado o PPP da escola como o MEC orienta, para que seja feito uma escolha de forma que seja introduzida na escola a cultura existente na comunidade e os alunos possam se envolver mais na escola. Não observamos em nenhuma das falas a consulta à comunidade escolar, e é ela, com sua cultura e atividade, que fará uma melhor adaptação para a jornada escolar.

Não identificamos nenhum dos entrevistados associando a escolha do macrocampo ao PPP, de acordo com a resolução nº 19 de 15 de maio de 2009 em seu artigo 13 § 2º, as escolas devem escolher o macrocampo de acordo com o PPP da escola para serem desenvolvidas de

[40] PPP (Projeto Político Pedagógico).

acordo com a educação integral. No mesmo artigo define que deverá ser no mínimo três macrocampo, com no mínimo três atividades e no máximo de seis.

Projeto Político Pedagógico

Dentre as 28 metas estipuladas no Plano de Metas, o artigo 2º fala do Projeto Político Pedagógico, em um dos seus incisos: "XVI - envolver todos os professores na discussão e elaboração do projeto político pedagógico, respeitadas as especificidades de cada escola;".

De acordo com os manuais, o Programa deve incentivar as articulações e as políticas sociais, ao mesmo tempo entre as orientações para que integrem as atividades do PPP das escolas juntos com os participantes. O Programa tem de estar em consonância com as atividades escolares, dentro e fora da escola, sempre relacionadas ao PPP, procurando ampliar oportunidades educativas (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, MANUAL, 2011).

Encontramos, na resolução nº 19, portaria interministerial nº 17, 19 e em vários artigos, que uma das orientações do Programa Mais Educação é seguir e integrar as atividades do PPP de acordo com as escolas participantes. De acordo com o decreto de nº 7.083 de 27 de janeiro de 2010, um dos objetivos está descrito em seu artigo 3º inciso V que traz um dos objetivos do PME, falando sobre a integração entre as atividades da escola e da comunidade.

> Artigo 3º (...)V - convergir políticas e Programas de saúde, cultura, esporte, direitos humanos, educação ambiental, divulgação científica, enfrentamento da violência contra crianças e adolescentes, integração entre escola e comunidade, para o desenvolvimento do projeto político-pedagógico de educação integral (Decreto nº 7.083, 27/01/10).

Durante as entrevistas foi verificado que todos demonstraram a importância do PPP na escola, quase todos falaram que o Programa está incluído no PPP, disseram que está até mesmo desde o começo. Associando o PPP à questão da escolha dos macrocampos, percebemos que a escolha não foi de acordo com o PPP, como foi falado na questão da escolha das atividades, foi feita a escolha de acordo com a estrutura da escola.

Para P2, o Programa não está incluído no PPP, como todos os outros relataram que o Programa está incluído, então entendemos que o professor deve ter perdido a discussão, pois o que não foi verificado é que a escolha dos macrocampos não foi de acordo com o PPP.

Existem autores que não chamam de Projeto Político Pedagógico, chamam de forma diferente, com é o caso de Libâneo (2011), porém temos que ter em mente o seu significado e o que representa para a escola. O PPP deve trazer principalmente os objetivos além de descrever algumas intenções e ideias para o processo de escolarização de forma que atenda a toda a comunidade escolar.

Colocamos juntos dois pontos para fazer uma formação discursiva e descobrir se existe, nas falas dos entrevistados, a escolha das atividades e a discussão do PPP. Dentre as respostas, percebemos que já existe a participação na escolha das atividades, porém não percebemos se é realizado através da discussão do Projeto Político Pedagógico.

3.2.6 Formação Discursiva (FD): IDEB e o Programa Mais Educação.

Nesta formação discursiva avaliamos a escola, pois o Programa Mais Educação escolhe as escolas que estão com o IDEB muito baixo, antes determinar as escolas participantes do programa, procura

> Avaliar os índices de desempenho dos alunos em leitura e escrita nas avaliações internas e externas – avaliação escolar, SAEB - PROVA BRASIL e no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) – das escolas integradas de tempo integral do Município (BRANDO, 2009, p.22).

Para Godoy (2012) os baixos índices das escolas públicas forçou a construção de política conjunta entre Estados e Municípios no Maranhão para aumentar a permanência dos estudantes e melhorar os rendimentos escolares, a política se baseou dos índices do IDEB. Através de nossa discussão iremos avaliar o que ocorreu no Município do Paulista, que procurou com os recursos do Mais Educação melhorar a qualidade do ensino.

6 - FD: IDEB e o Programa Mais Educação:	
Identificador	**Excerto de Depoimentos (ED)**
D1	(...) temos enfrentado muitas dificuldades, não só com os alunos regulares como os que participam do Programa Mais Educação, principalmente no regular (...) tivemos uma melhora e depois caiu um pouco (...).

D2	Minhas críticas em relação ao IDEB, todas as provas que fazemos é para focar apenas em português e matemática (...) estou trabalhando os alunos apenas para prova do IDEB, acho que isso não é o correto (...).
SU	De uma forma global, principalmente em leitura e escrita ainda não conseguimos resultados satisfatório, prejudicando o IBEB (...).
CE	(...) uma certa melhoria na participação e mais interesse nos trabalhos da escola, alguns começaram a revelar algumas aptidões (...).
P1	Alguns alunos que eu vejo, pois estão de manhã no Programa Mais Educação, a tarde nas minhas aulas eu vejo (...) alguns alunos melhoraram bastante, na questão de notas e também de comportamento (...).
P2	(...) é importante, pois os alunos ficam nervosos quando não tem aula naquele dia (...) e muito válido para o desempenho dos alunos.
M1	(...) os alunos deixaram de ser mais agressivos e tudo mais. No início não participavam mesmo das atividades, depois começaram a participar (...). Quando falta é por que tem que faltar, então pedi para disponibilizar as aulas dadas (...).
M2	Quando iniciamos o ano, a clientela era difícil, difícil de leitura, educação doméstica, já tem melhorado muito e (...).

Quadro 9: Formação Discursiva (FD): IDEB e o Programa Mais Educação.

Fonte: Entrevista realizada (2011).

Nesta discussão encontramos vários depoimentos que revelam algumas melhorias dos alunos no ensino e até mesmo no comportamento, pois, de acordo com M2, existia muita dificuldade em trabalhar com os alunos e hoje já estão mais adaptados; para M1, os alunos eram bastante agressivos, deixaram de ser agressivos e começaram intensificar sua participação. Relatou que existem alunos que solicitam que seja disponibilizados aulas nos finais de semanas.

Para D1, o diretor da escola, realmente tem bastante interesse em melhorar o IDEB da escola, pois, ao comparar o IDEB da escola com o do Município ou até mesmo com outras escolas, perceber-se que a escola não está ruim no IDEB. Existem muitas escolas no Município que estão com as notas bem piores. As notas da escola, mesmo quando tiveram uma queda, ainda mantiveram-se notas perseguindo a média.

Segundo G2, o IDEB deveria ser trabalhado com todas as disciplinas, o gestor não acha correto este tipo de avaliação. Relatou que, em seu trabalho em outra escola, está tendo que preparar os alunos apenas para as disciplinas de letramento e matemática.

Para o coordenado do Programa, CE, o Mais Educação começou a dar resultado, tendo em vista que alguns alunos começaram a ficar mais interessados. Com a participação dos alunos no Programa, eles começaram a demonstrar "aptidões".

De acordo com a supervisora, a escola está sendo prejudica no IDEB, pois existem alunos que estão com uma imensa dificuldade em leitura.

O IDEB se tornou um indicador de qualidade da educação básica brasileira, desenvolvido pelo Instituto Nacional de Pesquisa Educacional Anísio Teixeira, criado para avaliar o desempenho da aprendizagem dos educando (MATOS, 2011).

3.2.7 Formação Discursiva (FD):Evasão e o Programa Mais Educação.

7 - FD: Evasão e o Programa Mais Educação:	
Identificador	**Excerto de Depoimentos (ED)**
D1	Normalmente os que participam do Programa Mais Educação é difícil ocorrer evasão, principalmente os que estão nas atividades de jogos, eles sempre permanecem até o fim (...) mas temos turma de alimentação e saúde que trabalham com os alimentos (...) que não perdem de jeito algum.
D2	(...) o Programa ajuda a evitar a evasão, pois, o aluno quando se sente fracassado na sala de aula, por ser só ele já se sente marginalizado e vai em busca do EJA (...).
SU	Dificilmente os alunos que estão no Programa saem da escola, normalmente eles permanecem eles gostam das atividades que foram oferecidas pelos professores (...).
CE	A evasão é pouca, com os alunos do Mais Educação.
P1	(...) a questão da evasão na escola quantos aos que estão no Programa, acho que ficou na mesma, acho que não teve diferença quanto à evasão.
P2	(...) criaram laços e vínculos muito fortes (...), na minha realidade, minha turma do quinto ano não teve muita desistência.

M1	(...) eles continuam, mas tem mãe que coloca em reforço fora da escola, porém mesmo assim ainda temos alunos que fogem e vem assistir nossas aulas (...).
M2	Eles são assíduo, a sala está sempre cheia (...) temos algumas dificuldades no espaço físico, que para culinária foi dado um espaço maior e continuamos ainda precisando de espaço (...).

Quadro 10: Formação Discursiva (FD):Evasão e o Programa Mais Educação.

Fonte: Entrevista realizada (2011).

Na portaria interministerial nº 17, um dos objetivos do Programa Mais Educação, que está em seu artigo 2º inciso II, é justamente procurar diminuir a quantidade existente de evasão nas escolas brasileiras, da mesma forma o manual do Programa Mais Educação 2011 busca justamente trazer as escolas com uma grande evasão para que o Programa procure diminuir estas taxas, como consta no Artigo 2º inciso II: "contribuir para a redução da evasão, da reprovação, da distorção idade/série, mediante a implementação de ações pedagógicas para melhoria de condições para o rendimento e o aproveitamento escolar".

Encontramos por exemplo as Profic's, que explicamos no capítulo dois desta dissertação, que funcionava em São Paulo, por exemplo, e se utilizou do Programa de educação integral para que pudesse diminuir a quantidade de evasão escolar. Govanni e Souza relataram sobre este fato ocorrido na Profic e verificaram os resultados obtidos entre os alunos participantes da Profic e os outros, os que não estudavam na Profic, relando que os que não estudavam desistiam da escola com maior frequência.

Um ponto em comum entre os entrevistados em geral é que de certa forma o é que contribui para a diminuição da evasão escolar como acontecia na Profic citado acima, os alunos ficam mais presos por conta das atividades, ficavam presos à escola.

Para G2, o fracasso das notas do aluno faz com que ele se afaste da escola ou procure uma alternativa para terminar seus estudos, esse fracasso contribui para que eles saíssem do regular e fossem procurar o EJA, que em tese também seria mais fácil.

De acordo com P1, não existe diferença entre a evasão escolar entre alunos que estão matriculados Programa e os que não estão no Programa.

Segundo M1, alguns alunos deixam de participar do Programa por estar com outra atividade, existem mães que matriculam os alunos em cursos ou até mesmo para fazer aulas particulares, principalmente quando as notas dos seus filhos não estão sendo satisfatórias.

3.3 Resultados obtidos com a análise dos documentos.

O manual do Programa Mais Eduação é distribuído anualmente, sendo consideradas as alterações necessárias de um ano para o outro. Nele estão descritas as planilhas dos objetos que deve ser comprados para uma boa funcionalidade do Programa junto com os valores que devem ser gastos com cada um objeto.

Conforme o manual de 2010 e 2011, o professor é fundamental para o Programa , pois, promove a ampliação dos espaços educativos, compartilha a educação entre os educadores e as famílias, coordena e faz parte da coordenação da escola.

> Essa estrátégia promove a ampliação de tempos, espaços, oportunidades educativas e o compartilhamento da tarefa de educar entre os profissionais da educação e de outras áreas, as famílias e diferentes atores sociais, sob a coordenação da escola e dos professores (MEC, 2010, 2011, p. 1).

Os manuais 2010 e 2011 reforçam a importância do professor nas decisões do Programa, incentivando a criação de comitês para integrar os diversos setores envolvidos para a funcionalidade do Programa nas escolas, estabelecendo o carater consultivo do comitê. Orienta que os gestores devem promover o funcionamento dos comitês que devem ser constituídos de professores, pais de alunos, representantes dos grêmios estudantis e da comunidade.

A lei orgânica do Município do Paulista, em seu capítulo VII, fala sobre educação, cultura e esporte, e, em seu artigo 175, já trata sobre a problemática da educação integral. Neste artigo, coloca que o Município seguirá a Constituição para organizar a educação e, neste mesmo artigo, no seu inciso I, esclarece que o Município ofertará ensino gratuíto e obrigatório das escolas públicas (creches e escolas) e progressivamente a modalidade de ensino em horário integral.

O Ministério da Educação, através do documentos de Rede de Saberes, estabelece um planejamento baseado na construção de mandalas, dividida entre mandalas de saberes, do indivíduo, da comunidade e escola e comunidade, esta última é justamento a função de junção do Programa Mais Educação com a comunidade. Além da rede de saberes, o Ministério da Educação também forneceu não um manual mas um livro texto chamado de “Programa Mais Educação Passo a Passo”, que determina a função de cada um participante do Programa,

orienta como deve ser feito o horário das atividades e como se trabalhar durante a ampliação da jornada escolar.

Nesse livro texto Passo a Passo, também descreve que a escolha do coordenador tem que ser o que escuta a todos, tem boa relação com a comunidade, apoiando as múltiplas linguagens e ideias inovadoras, em contrapartida, o Município, de acordo com o manual 2011, tem que ser de um professor com 20 horas, podendo chegar até 40 horas.

Todos os anos, o MEC cria e disponibiliza um manual, até por que no manual existe lista de materiais que devem ser comprados de acordo com os macrocampos existentes na escola e ao mesmo tempo descreve por quanto cada material deve ser comprado, quanto será destinado para capital e quanto será destinado para custeio, também descreve o valor para que poderá ser utilizando para pequenos reparos.

Para finalizar o levantamento desses documentos que orientam o funcionamento do Programa, temos o decreto nº 4 de 17 de março de 2007, que estabelece como deve ser processada a prestação de contas, estipulando prazos e mecanismo para a melhor forma de entregar toda a documentação. Estipula que o recurso a ser repassado será de acordo com uma tabela que segue o censo escolar para o repasse para as escolas, informa o recurso a ser destinado ao ressarcimento das pessoas que realizam as atividades com os alunos. Em seu artigo 15º, estabelece a função do repasse das informações para as Secretaria de Educação Municial para, que através do sistema PDDEnet e PDDEweb, repasse as informações para o MEC.

Fazendo um levantamento nos documentos constantes na Secretaria de Educação, consultando o setor de planejamento, obtivemos informações importante quanto aos números que rodeiam o PME, no sentido de sua manutenção e até mesmo de aprimoramento das atividades do Programa.

Levantamento do número de escolas e de quantos fazem parte do PME

Anos	2005	2007	2009	2011
Nº de escolas	56	58	65	66
Nº de escolas com o PME	0	6	17	33

Tabela 1: Número de escolas e a adesão ao Programa.

Fonte: Secretaria de Educação (2011).

Nestas informações, conseguimos perceber a evolução do número de escolas que fizeram adesão ao Programa Mais Educação, comparando alguns anos, existindo algumas ressalvas nesse aumento de escolas do Município, pois, algumas já eram anexos, funcionavam como se fosse uma escola a parte mas na realidade era vindulada a outra quanto ao CNPJ ou como pessoa jurídica.

Mesmo assim, houve aquisição ou construção de escolas pelo município, ao mesmo tempo que o número de escolas aumentou, cresceu o números de escolas que fez adesão ao Programa Mais Educação.

Como fizemos a coleta dos dados de 2010 até 2011, pois foi o documento disponibilizado pela Secretaria de Educação, escolhemos colher os dados a cada dois anos, também por conta do IDEB cuja a meta é traça a cada dois anos.

A tabela consta o número total de escolas com o Programa em 2011, pois ainda não tinhamos registrado o ano de 2012. Nas entrevistas encontramos exatamente como consta na Tabela 1, com acréscimo de mais uma escola para o ano de 2012, que será de 34, conforme documentação na coordenação do Programa e também idenficamos a mesma quantidade de acordo com pessoas entrevistada.

Levantamento do IDEB da escola pesquisada comparando com o IDEB do Município do Paulista.

No Município do Paulista

				Metas projetadas					
Ano	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
IDEB	3.3	3.2	3.5	4.1	4.4	4.7	5.0	5.3	5.6

Tabela 2: IDEB Municipal.

Fonte: Portal do IDEB (2011).

Nota da escola pesquisada (4ª série/5º ano)

				Metas projetadas					
Ano	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
IDEB	3.6	3.0	3.2	4.4	4.7	5.0	5.3	5.5	5.8

Tabela 3: IDEB da escola (4ª série / 5º ano).

Fonte: Portal do IDEB (2011).

Na escola pesquisada: (4ª série/9º ano)

				Metas projetadas					
Ano	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
IDEB	1.9	2.5	3.0	2.6	3.1	3.5	3.7	4.0	4.3

Tabela 4: IDEB da escola (8ª série / 9º ano).

Fonte: Portal do IDEB (2011).

Como podemos observar nos resultados das avaliações do IDEB, as notas do Município vêm aumentando gradativamente, existem oscilações, mas no geral aumentou, quanto às notas da escola na qual foi realizado o estudo sobre o Programa, teve uma queda e depois aumentou principalmente no período em que se instalou o Mais Educação, porém não podemos associar este crescimento ao funcionamento do Programa na escola.

Santos (2009) define bem o critério para escolher as escolas que receberam o PME, que serão escolas com risco de vulnerabilidade, da capital, e com mais de 100 alunos na escola. O texto "Programa Mais Educação Passo a Passo", do Ministério da Educação, relata que as escolas que receberam os recursos para educação integral serão preferencialmente as com IDEB baixo. Entendemos que a escolha ocorra com a finalidade de melhorar os desempenhos da escola neste índice, mas não conseguimos observar até o ano de 2009 uma grande alteração quanto à melhora desses resultados.

Para César Munhoz, o PDE estipulou uma meta que é a de aumentar, em 15 anos, 3 a 4 pontos, pois, o IDEB estabelece as notas de 1 até 10. Para que consiga ficar com a nota em torno do que os países da OCDE estão, que é entre 5 e 6 . Ainda de acordo com Munhoz, o PDE é uma das 28 ações para melhorar a educação brasileira, lançado em 24 de abril de 2007, uma dessas medidas foi justamente o Programa Mais Educação.

Resultado do IDEB e Prova Brasil em 2007

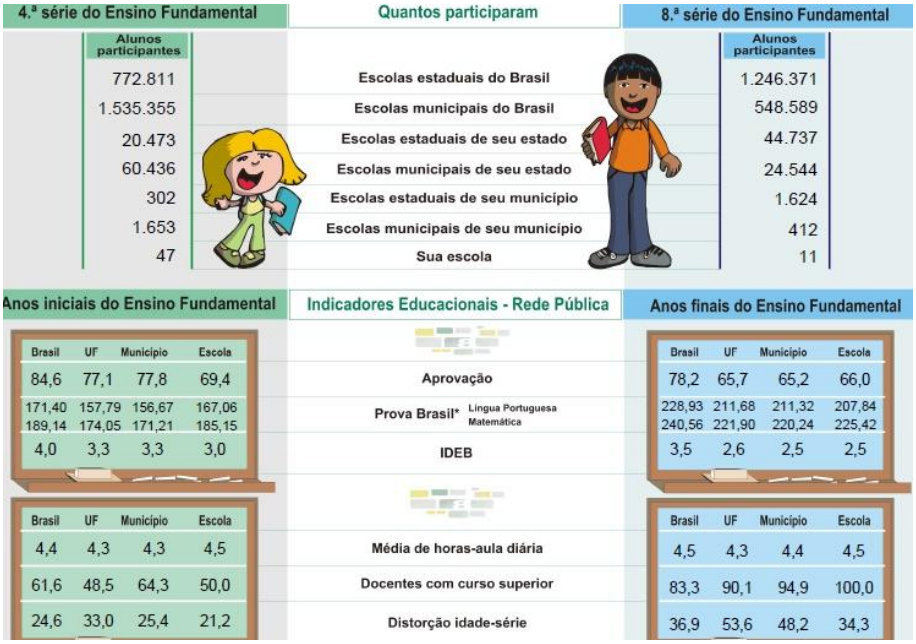


Figura 7: Resultado da prova brasil e do IDEB em 2007

Fonte: INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Anísio Teixeira.

Disponível em: http://sistemasprovabrasil2.inep.gov.br/ProvaBrasil/2007/PE/26116790.pdf

Resultado do IDEB em 2009

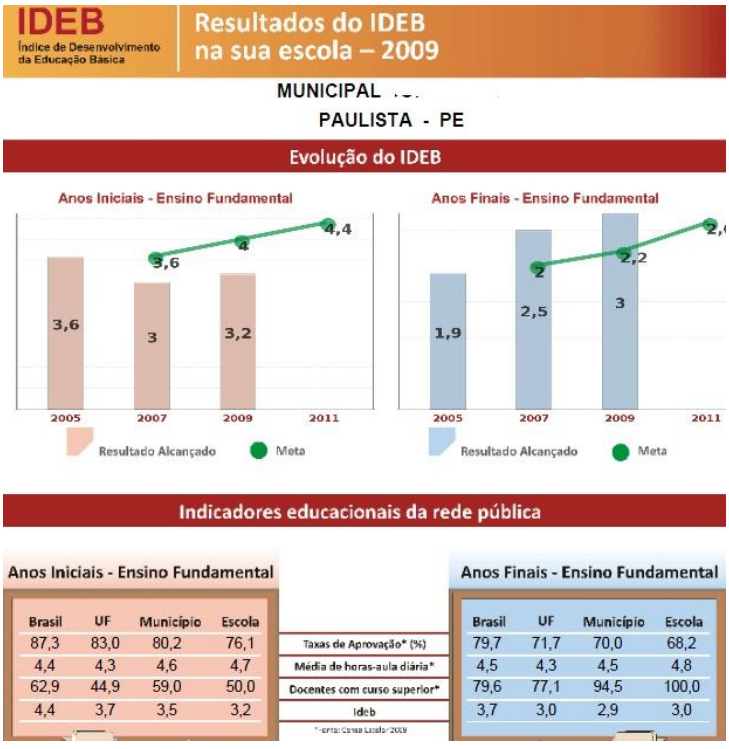


Figura 8: Resultado da prova brasil e do IDEB em 2007

Fonte: INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Anísio Teixeira.

Disponível em: http://sistemasprovabrasil2.inep.gov.br/ProvaBrasil/2007/PE/26116790.pdf

Ainda falando sobre a avaliação do desempenho dos alunos, iremos agora observar o desempenhos dos alunos na prova Brasil. Nas entrevistas, foi colocado que melhorou o rendimento escolar dos alunos.

Nesta figura acima, podemos observar que o desempenho da escola na prova Brasil, no nível do quinto ano Fundamental, a escola tinha nota superior à média do seu Município, já com relação aos alunos do nono ano do Ensino Fundamental a nota da escola ficou inferior a nota do seu Município. Lembramos que o PME (Programa Mais Educação) tem sua maior atividades nas turmas terminais e é, portanto, no quinto ano do ensino fundamental que justamente é aplicada a prova Brasil.

Quanto à evolução das notas durante os anos de 2007 e 2009, no quinto ano, o IDEB passou de 3 para 3.2, aumentando dois décimos, no nono ano, a nota aumentou de 2.5 para 3 pontos. Anteriormente comparamos a nota com a do Município, agora estamos comparando entre os anos, em todos os dois, aumentou a nota da escola, porém, não mostra um aumento significativo, e tão pouco atinge a meta estabelecida. Isso não que dizer que o Programa não tenha influência nas notas, mas o que estamos observamos é que, neste período analisado, em nenhum momento a escola ficou igual ou superior à meta, como é um dos objetivos do PME.

Ao verificar cuidadosamente, percemos que não aumentou significativamente a média de horas-aulas diárias nas escolas do Município, percemos que, mesmo com o Programa, ainda não ampliou consideravelmente, pois, aumentou de 4,5 horas para 4,8

No Município do Paulista existe um documento o qual, todo ano, os gestores têm obrigação de entregar na Secretaria de Educação, esse documento traz o levantamento de todos os bens adquiridos naquele ano. O nome deste documento chama-se “Gerencial”, procuramos ter acesso ao gerencial da escola pesquisada, mas não conseguimos, lembramos que esse documento traz nele os bens que foram adquiridos com o Programa Mais Educação e também os bens que foram adquiridos pelos outros Programas. Lembramos ainda que o Município também faz a compra de materiais ou equipamentos e automaticamente encaminha para as escolas, essa compra realizada deve ser descrita no gerencial.

3.4 Resultados obtidos com a análise das observações direta.

Lembramos que as observações não ocorreram apenas durante o recolhimento dos dados da pesquisa, ela advém desde o momento que foi definido o tema a ser estudado, passando pela entrega e discussão do projeto de pesquisa até o momeno de chegar na construção da conclusão final da dissertação a ser apresentada.

A coleta de informação, utilizando observação no *lócus* da pesquisa, foi realizada durante os seis meses, entre os encontros informal e formal. Para observação posso dizer que o conhecimento e as visitas anteriormente à pesquisa fez com que as informações da escola fosem bastante ricas.

No decorrer das entrevistas, foi dado um enfonque na observação, na questão estrutural existente para o funcionamento, levantando informações sobre a existência de apoio logístico, pessoal e financeiros da instituição de ensino, para melhor adaptação ao Programa.

3.4.1 Perfil das pessoas pesquisadas

Para determinar o perfil dos entrevistados desta pesquisa, criamos umas questões de aquecimentos tentando chegar às questões cruciais com uma maior interação entre o intrevistado e o Programa, nessas questões procuramos descrever e observar quanto tempo trabalha na escola, sua rotina, se existe algum vínculo ou relação com o Programa e histórico profissional (quanto à titulação e cursos que participou).

3.4.1.1 Quanto ao gênero.

Dentre os entrevistados foram encontrados uma predominância do gênero feminino, existindo cerca de 70% (setenta por cento) do sexo feminino e 30% (trinta por cento) do sexo masculino. Sendo conhecidos durante as entrevistas e discussão sobre o tema proposto para este projeto. A maioria do sexo masculino estava ocupando função de liderança na relação com o Programa e as do sexo feminino tinham uma quantidade de cursos superior que a masculina. Os sujeitos S1, S2, D1, P1, P2 e SU, além das licenciaturas em pedagogias e

outras disciplinas, tinham também mais de uma especialização, como exemplos podemos citar alguns relatos da conversa: P1 - "licenciatura em pedagogia, pós-graduada em educação especial e estou atualmente fazendo outro curso"; P2 - "licenciatura em pedagogia concluída em 2004, na UFPE, tenho especialização na FAFIRE no ano de 2006 em Gestão Escolar e fiz outra especialização em Psicologia Organizacional".

Gênero	Frequência	%
Feminino	7	70
Masculino	3	30

Tabela 5: Distribuição dos entrevistados por gênero.

Fonte: Lista de entrevistados.

3.4.1.2 Titulação dos sujeitos pesquisados

A grande maioria tem ensino superior e até mesmo especialização, porém percebe-se que a titulação não está associada ao conhecimento sobre o Programa Mais Educação, sendo verificado que quanto maior a responsabilidade, como direção, coordenação e supervisão assumida na escola, maior o conhecimento sobre o funcionamento do Mais Educação. Com relação àqueles entrevistados que trabalham diretamente com o Programa, nesses não foi percebido um conhecimento aprofundado sobre o seu funcionamento.

Nas observações, encontramos informações de registros informando sobre a rotina existente das pessoas com relação ao Programa Mais Educação, todos os pesquisados descrevem rotinas ligadas ao Programa, porém os professores (P1 e P2) disseram que não têm nenhum vínculo com o Programa; uma professora (P1) disse que "não tem nenhuma relação com o Programa Mais Educação" e a outra professora (P2) relatou que "só tem conhecimento sobre o Programa quando os alunos comentam, pois, alguns deles se comunicam para vir no outro horário quando o Programa atende, ouvindo sempre os comentários e a discussão entre os alunos em sala de aula. O professor tem que está envolvido no Programa, pois, de acordo com a LDB nº 9394/96, em seu artigo 87, §3: "Distrito federal, cada Estado e Município, e, supletivamente, a União, devem: (...) inciso III, realizar Programas de capacitação para todos os professores em exercício, utilizando também, para isto, os recursos da educação à distância.

Referência	Titulação
S1	Superior em pedagogia com especialização
S2	Superior em pedagogia com especialização
D1	Superior em pedagogia com especialização
D2	Superior e especialização
CE	Superior
SU	Superior e especialização
P1	Superior e especialização
P2	Superior e especialização
M1	Cursando o ensino superior
M2	Cursando o ensino superior

Quadro 11: Distribuição dos entrevistados por titulação.

Fonte: Lista de entrevistados.

3.4.1.3 Tempo de trabalho dos participantes no *lócus* da pesquisa.

Observamos que a maior parte dos pesquisados tem uma estabilidade financeira, pois, fizeram concurso público e trabalham há um certo tempo pela Prefeitura do Paulista, vinculados à Secretaria de Educação. Quem não tem ainda esta estabilidade são os monitores (M1 e M2), tendo em vista que são contratados justamente por serem estudantes de instituições superiores vinculados a algum curso que tenha relação direta com as atividades desenvolvidas pelos macrocampo. Uma boa quantidade de informações coerentes foram encontradas na pesquisa, talvez tenha contribuído o tempo de experiência da maioria, uma vez que todos têm uma relação direta com o Programa, como foi mencionado acima. Quanto aos professores que informaram não ter nenhuma relação com o Programa, percebemos na tabela que estão a pouco tempo na escola e ressaltamos que o Programa Mais Educação é recente, pois, começou efetivamente a funcionar no ano de 2008, mesmo sendo instituído no ano de 2007, foi um ano para correr, para se aquedar, depois do convite da Secretaria de Educação.

Referência	Tempo no trabalho	Com o Programa
S1	25 anos	4 anos
S2	21 anos	3 anos

D1	20 anos	3 anos
D2	15 anos	3 anos
CE	6 anos	3 anos
SU	18 anos	3 anos
P1	10 anos	1 anos
P2	6 anos	1 ano
M1	1 ano	1 ano
M2	2 anos	2 anos

Quadro 12: Distribuição dos entrevistados por tempo de exercício.

Fonte: Lista de entrevistados.

3.4.2 Outras observações da escola e da Secretaria.

Na Secretaria de Educação, foi observada a segurança que os entrevistados tiveram durante a entrevista, demonstrando conhecimento sobre o Programa que deixa muita gente com dúvida, talvez devido ao Programa ser bastante recente no meio educacional e que, de certa forma para alguns, ainda oferece certo tipo de resistência.

Foi observado que a escola dispunha de uma boa estrutura, contendo em suas dependências espaço para a sala do Programa Mais Educação, quadra, área de campo, horta, salas de aula e até mesmo sala para funcionar a atividade de culinária que é do macrocampo promoção da saúde.

As atividades estavam funcionando normalmente, pois, as escolas dispunham de sala para receber todas as oficinas, porém encontramos algumas atividades que o monitor faltou, dentre as vezes que a escola foi visitada, isso foi raro acontecer. Lembro que foi dito ainda pelos gestores acima que o dinheiro não é muito, até por que ele só significa uma ajuda de cursto, pois o trabalho no Mais Educação é considerado voluntário, então acontece de os monitores desisterem no caso de aparecer outro trabalho. As atividades funcionam bem na escola, o que pode ocorrer é que o monitor pode faltar e isso gera uma certa problemática porque os alunos ficam no horário do Programa sem o monitor, na maioria das vezes, ociosos.

Um fator que foi preocupante na escola foi o banheiro dos alunos, mas esse problema existe em todas as escolas, porém, como os alunos devem ficar o dia inteiro na escola, eles

precisam de um espaço onde possam, se necessário, tomar banho e voltar a assistir as outras aulas no contraturno.

O banheiro da escola pecava na higienização, pois os alunos fazem muita sugeira, e a limpeza não é constante. Os estudantes precisavam de um banheiro que tivesse condições de trocar de roupa, escovar os dentes e resolver suas necessidade fisiológicas e, para isso, tem que ser em um local adequado.

Percebemos que os alunos gostam de participar das atividades do Programa na escola, o que faz com que eles permanençam mais tempo na escola. Então, pelo que foi visto, a direção da escola fez uma escolha apropridade para as atividades do Programa.

Ao observar alguns professores informalmente, observamos que alguns não procuram se informar sobre o Programa, eles dizem que não sabem e não têm interesse de participar do Programa, muitos professores alegaram a carga de trabalho exerciva nas escolas brasileiras. Outros, ao ver a entrevista, ficaram curiosos, acharam interessante e disseram que se precisasse de ajuda, ele ajudaria.

Durante a entrevista, percebemos que existia muito barulho na escola, procuramos verificar o porque do barulho e vimos que uma parte era da atividade esportiva do Programa e a outra era por que na escola existia uma banda, essa banda recebia materiais com recurso do Programa Mais Educação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A trajetória da pesquisa iniciou-se com a inquietação de analisar a política educacional que permeia o Programa Mais Educação nas escolas públicas. Procuramos identificar como a política educacional é desenvolvida em relação à logística e ao atendimento aos gestores deste Município, verificar se houve modificação no IDEB da escola e avaliar a organização do desenvolvimento do Programa Mais Educação na escola com o apoio da Secretaria de Educação do Município do Paulista.

Depois de estabelecer os objetivos, fomos em busca do aporte teórico, determinamos a metodologia a ser utilizada e os instrumentos que melhor se enquadrem em nosso estudo, tendo como ponto de partida para obter resultados significativos e construir nossas conclusões.

Nesta investigação, focamos nossa atenção em dois aspectos: 1) o aprofundamento teórico delimitado pelas três categorias centrais da pesquisa (políticas educacionais, educação integral, Programa Mais Educação); 2) o Programa Mais Educação e a relação existente entre a política educacional orientada pelo Governo Federal e a prática existente na escola pesquisada.

Realizamos a investigação em uma escola pública no Município do Paulista, PE, que trabalha com o Programa Mais Educação desde 2007. Os dados foram coletados utilizando os instrumentos: entrevista, análise de documentos e observação direta; a metodologia se voltou para a linha teórica-metodológica de Yin (2010), no âmbito do estudo de caso que nos deu subsídios para investigar a implantação na escola estudada do Programa Mais Educação e a estrutura que a Secretaria de Educação criou para o funcionamento adequado do mesmo.

No início do nosso estudo trouxemos uma discussão encontrada em alguns autores sobre a exigência no Brasil acerca do cumprimento de metas na educação, entre estes trabalhos, destacam-se: Adrião (2007), Coelho (2009), Haddad (2008), Peroni (2003), Saviani (2008), Teodoro (2003), Teixeira (1999) e Varotto (2009). Em seguida apontamos, na discussão, os pressupostos históricos da educação integral na educação brasileira, onde foram encontrados diversos trabalhos que relataram desde a década de 20 até os anos atuais: Almeida (2001), Barros (2008), Cavaliere (2002), Coelho (2004), Freitas e Galter (2007), Giovanni e Souza (1999), Paro (1988), Silva e Silva (2010) e Ribeiro e Rodriguez (2001); os quais mergulharam nos pressupostos históricos da temática da educação integral, trazendo

vários projetos que existiram no país. Por fim, não existiam muitos trabalhos disponíveis sobre o Programa Mais Educação, contudo, os trabalhos encontrados eram recentes, garantindo que as informações descreviam a atualidade: Matos (2011), Cavaliere (2010), Godoy (2012), Rodrigues (2010), Silva e Silva (2010) e os documentos de âmbito governamental que regulamentam o Programa Mais Educação.

De acordo com os dados pesquisados, verificamos que o Governo Federal criou o Programa Mais Educação em 2007, com a portaria interministerial nº 17 de 24 de abril de 2007 e, com o decreto nº 7.083 de 2010, transformou o projeto em Programa de governo, para que houvesse continuidade no trabalho independente do governo que houver.

Podemos observar a adesão das escolas públicas municipais do Paulista ao Programa Mais Educação na tabela 3, sendo de forma muito rápida, dificultando a adaptação adequada, por não terem tempo, espaço e pessoal disponível para o desenvolvimento dos trabalhos. Porém, para o Município do Paulista, conseguiu criar uma coordenação na Secretaria de Educação que contribuiu para tirar as dúvidas que surgiam e ajudar as unidades de ensino a colocar as atividades estabelecidas nos macrocampos para funcionar.

A política que permeia o Programa Mais Educação conseguiu ampliar o tempo dos estudantes nas escolas, como observamos na figura 7 e 8 nos dados colhidos, demonstrando que a carga horária era em 2007, de 4,5 horas diárias e passou a ser de 4,8 horas diárias, aumentando um pouco durante os anos de 2007 e 2009, conforme a orientação da Constituição de 1988 que orientava a ampliação progressiva da jornada escolar dos estudantes.

Nesta pesquisa, percebemos que ainda existem lacunas entre a comunidade escolar e a escola no que diz respeito à discussão acerca da escolha dos macrocampos. No tocante à implantação das atividades em 2008, as entrevistas apontaram que o gestor elegeu estes macrocampos sem uma consulta aos segmentos da escola. Num segundo momento, 2009, houve uma discussão com os professores acerca destas atividades. Percebemos que a relevância na escolha das atividades passaria sempre por uma discussão na escola, no âmbito dos objetivos estabelecidos no Projeto Político Pedagógico e nas diretrizes do Programa Mais Educação.

Por conseguinte, torna-se importante discutir o Programa Mais Educação, pois os dados encontrados demonstram que os professores têm pouca informação sobre o Programa, uma vez que realizam as atividades sem uma conexão com suas disciplinas do currículo

regular. As atividades do cotidiano escolar, dentro da perspectiva do Programa Mais Educação, voltam-se para uma integração entre as atividades, que vão do lúdico às aulas das disciplinas tradicionais.

Realizar uma discussão significativa sobre o currículo ficou evidenciado nesta investigação. Cremos que isto resultará em melhor desempenho dos alunos, superando uma visão predominantemente encontrada de atividade recreativa que não têm nenhum vínculo com as outras disciplinas (GODOY, 2012).

Desta forma será necessária uma articulação forte da proposta existente entre o ensino regular e o contraturno, assim, como uma formação contínua ofertada aos profissionais da escola junto com a comunidade escolar envolvida, para que as duas partes se envolvam no processo.

Verifica-se, sobre o desempenho no IDEB, que os resultados obtidos na escola pesquisada apontam para um progressivo avanço, mas lento, nas notas de português e matemática. Além disto, observamos que, mesmo com aumento nas notas, não conseguiram alcançar todas as metas projetadas, pois o objetivo estabelecido pelo MEC é que, em 2025, o Brasil possa ficar equivalente a outros países que já alcançaram estas metas.

A pesquisa apontou também a relevância do Programa Mais Educação na diminuição da vulnerabilidade dos estudantes, uma vez que ficam mais tempo na escola, protegidos das situações risco, presentes no cotidiano da população dos alunos da escola pública no Brasil. Entre os professores pesquisados, observamos os relatos sobre a mudança de alguns estudantes que se tornaram menos agressivos, modificando seu comportamento, tornando assíduo às aulas, melhorando seu desempenho escolar.

Observamos, nos discursos dos entrevistados, que a escola pesquisada se encontra atrelada às regras estabelecidas para destinação dos recursos financeiros, estabelecidas pela Secretaria de Educação e o Governo Federal, que dificultam a caminhada para uma educação de qualidade. Também em relação aos recursos utilizados, não foi encontrado no Projeto Político Pedagógico informação que priorizasse à destinação de recursos financeiros para algum tipo de atividade específica, dificultando assim, pela ausência destes recursos, a possibilidade de desenvolvimento de atividades que poderiam articular uma integração maior entre a escola e a comunidade.

Nesta dissertação, procuramos através de uma verticalização do nosso estudo, entender o processo de adaptação do Programa Mais Educação, sabendo que existe muitas dificuldades

na educação brasileira, no que diz respeito às diferenças, tanto sociais como geográficas, na população. Lembramos aqui o excelente trabalho de Esteban (2008, p. 18), quando ao analisar os sujeitos que são excluídos do processo de educação, aponta que os mesmos estão à margem da inclusão cidadã: "os estudantes que fracassam e suas famílias, negados em sua *alteridade*, inviabilizados e silenciados para traduzir a homogeneidade necessária aos processos de produção, consolidação e explicação das desigualdades".

Esperamos que esta pesquisa forneça subsídios para uma discussão acerca do funcionamento do Programa Mais Educação, suas dificuldades e suas especificidades na implantação nas escolas brasileiras. É nosso desejo que Programas, como o que foi objeto desta investigação, possam ser implantados no Brasil, transformando a realidade educacional de milhares de crianças e adolescentes, sujeitos que estão à *margem* do direito à cidadania e à educação igualitária.

REFERÊNCIAS

ADRIÃO, T. (Org.); OLIVEIRA, R.P.. **Gestão, financiamento e direito à educação:** análise da constituição Federal e da LDB. 3ª ed. rev. ampliada. São Paulo: Xamã, 2007.

ALMEIDA, M. G. A. A **Construção da Verdade Autoritária.** São Paulo: Humanitas /FFLCH/USP, 2001.

ALVES, A. P. A..**A E-Portifólio:** Um estudo de caso. 2007. 275 P. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Minho – Instituto de Educação e Psicologia, Portugal.

ANZOLIN; I.; BALBINOTTI, V. L; BALERINI. H.: **Possibilidades e Limites de um Planejamento Educacional Frente às Políticas Educacionais.** Educação & Sociedade, Campinas, v. 1 nº 1, p. 271-276, Jan/jun/2006. Disponível em: http://www.unioeste.br/cursos/cascavel/pedagogia/revista/EDUCEREetEDUCARE_parte_3.pdf. Acesso em: 30 de maio de 2012.

BALL, S.; **Sociologia das Políticas Educacionais e Pesquisa Crítico-social:** uma revisão pessoal das políticas educacionais e da pesquisa em política educacional. Currículo sem Fronteiras, v. 6 n. 2, p. 10-32, jul/dez 2006, Universidade de Londres, Londres, Reino Unido. Disponível em:< http://www.curriculosemfronteiras.org/vol6iss2articles/ball.pdf>. Acesso em: 10 de maio de 2012.

BARROS, A.J.P. **Projeto de Pesquisa:** propostas metodológicas. 17. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1990.

BARROS, K. O. **A Escola de Tempo Integral como Política Pública Educacional:** A Experiência de Goianésia-GO (2001-2006). 2008. 205 P. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

BENAVENTE, A.; **Portugal 1995/2005: reflexões sobre democratização e qualidade na educação básica.** Revista Ibero Americana, n. 27, p. 99-124, Lisboa 2001. Disponível em: < http://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=242044 >. Acesso em: 22 de agosto 2011.

BENAVENTE, A. ; MENDES ; SCHMIDT, L. M. **Direitos dos cidadãos em Portugal:** conhecimentos e opiniões. Sociologia problema e práticas. n. 24, p. 71-114, Lisboa 1997. Disponível em: < http://www.repositorio-iul.iscte.pt/handle/10071/839>. Acesso em: 22 de agosto 2011.

BOURDIEU, P. **A Distinção**. SP:EDUSP,2008.

BRASIL, Planalto. **Constituição da República Federativa do Brasil (1988)**. Disponível em : <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm>. Acesso em: 20 de julho de 2011.

Brasil. **Lei nº 10.172,** de 09 de janeiro de 2001. Plano Nacional de Educação. Brasília, 2001. Disponível : <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10172.htm>. Acesso em: 14 de julho de 2011.

Brasil. **Lei nº 6.094,** de 24 de abril de 2007. Plano de Desenvolvimento da Educação. Brasília, 2007. Acesso em: 14 de julho de 2011. Disponível em : <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10172.htm>.

CARNEIRO, V.M.A. **Educação do campo integral na perspectiva do semi-árido**. MOC-Movimento de Organização Comunitária**,** Feira de Santana-Bahia, set.2007. Disponível em <http://www.moc.org.br/artigos/11-09-2007_10_51_20.pdf> . Acesso em: 22 de agosto 2010.

CAVALIERE, A. M. **Educação Integral:** Uma Nova Identidade para a Escola Brasileira? **Educação e Sociedade**, Campinas, vol. 23, n. 81, p. 247-270, dez. 2002. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em: 10 de agosto 2010.

CAVALIERE, A. M. **Questões sobre uma proposta nacional de gestão escolar local**. In.: Congressos Ibero-Luso-Brasileiros de Política e Administração da Educação de 2010, 1, Portugal e Espanha. Anais... Portugal e Espanha, Associação Nacional de política e administração da educação 2010. 10 CD-ROM. Disponível em: http://www.anpae.org.br/iberolusobrasileiro2010/cdrom/10.pdf. Acesso em: 10 de agosto 2010.

CAVALIERE, A. M. **Anísio Teixeira e a educação integral**. Paidéia**,** Rio de Janeiro, vol. 20, n. 46, p. 249-259, maio-ago. 2010. Disponível em: < http://www.scielo.br/pdf/paideia/v20n46/11.pdf>. Acessado em 29 de agosto 2011.

CAVALIERE, A. M. **Tempo de Escola e Qualidade.** Educação e Sociedade, Campinas, vol. 28, n. 100, p. 1015-1037, out. 2007. Disponível em: < http://www.scielo.br/pdf/es/v28n100/a1828100.pdf >. Acessado em 22 de maio de 2012.

COELHO, L. M. C. **Educação Integral**: concepções e prática na Educação Fundamental. GT Educação Fundamental**,** Rio de Janeiro, p. 13. 2004. Disponível em: < http://www.anped.org.br/reunioes/27/gt13/t137.pdf>. Acessado em 28 de agosto 2011.

COELHO, L. M. C. C. (Org.). **Educação integral em tempo integral:** estudos e experiência em processo. Rio de Janeiro: FAPERJ, 2009.

COELHO, L. M. C. C.; CAVALIERE A. M. (Orgs.). **EDUCAÇÃO BRASILEIRA E(M) TEMPO INTEGRAL**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

CORAGGIO, J. L. **Desenvolvimento humano e educação:** o papel das ONGs latino-americano na iniciativa da educação. 3 ed. São Paulo: Cortez; Instituto Paulo Freire, 2000, v. 1.

DAVID, H. **Condição Pós-Moderna**. São Paulo: Loyola, 1993.

_____. **Decreto nº 7.083**, de 27 de janeiro de 2010. Institucionaliza o Programa Mais

Educação. Brasília, DF, 2010a.

_____. **Decreto nº 6.094**, de 24 de abril de 2017. Institucionaliza o Programa Mais Educação. Brasília, DF, 2007.

ESTEBAN, M. T..**Silenciar a polissemia e invisibilizar os sujeitos:** indagações aos discurso sobre a qualidade da educação. Revista Portuguesa de Educação, Universidade do Minho, 21(1). p. 5-31.

FORESTI, M. C. P. Sobre **Prática Pedagógica, Planejamento e Metodologia de Ensino:** a articulação necessária. UNESP, São Paulo, p. 13. 2009. Disponível em: < http://www.fmb.unesp.br/projetopedagogico/docs/Sobre%20a%20pr%C3%A1tica%20pedag%C3%B3gica,%20planejamento%20e%20metolodologia%20de%20ensino.pdf>. Acessado em 30 de maio 2012.

FREITAS, C. R.; GALTER, M. I.. **Reflexões sobre a Educação em Tempo Integral no Decorrer do Século XX.** Revista de Educação Educere et Educare, Unioeste, Vol. 2 nº 3, p.123-138, jan./jun 2007. Disponível em: http://e-revista.unioeste.br/index.php/educereeteducare/article/viewFile/660/552. Acesso em: 10 de agosto 2010.

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS. M (Org.). **EENSINO MÉDIO INTEGRADO: Concepções e contradições**. 2ª Ed. São Paulo: Cortez, 2010.

GIOVANI, G.; SOUZA, A. N.. **Criança na escola? Programa de Formação Integral da Criança.** Educação & Sociedade, Campinas, nº 67, Agosto/99. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v20n67/v20n67a03.pdf>. Acesso em: 22 de maio de 2012.

GODOY, C. M. O. **A Política de Educação Integral na Rede Pública Municipal de São Luís do Maranhão.** Brasília s/d. Disponível em: <www.fama.br/revista/pedagogia/images/.../educacao_integral.pdf>. Acessado em 20 de agosto 2011.

GODOY, C. M. **Programa Mais Educação: Mais do Mesmo? Um Estudo Sobre a Efetividade do Programa na Rede Municipal de São Luís-MA.** 2012. 134 P. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Católica de Brasília. Disponível em : < http://twingo.ucb.br/jspui/bitstream/10869/892/1/Claudia%20Marcia%20de%20Oliveira%20Godoy.pdf >Acessado em 10 de maio de 2012

GONGALVES, A. S. **Reflexões sobre educação integral e escola em tempo integral**. Cadernos Cenpec, São Paulo. n. 2, , 2º semestre 2006. Disponível em: www.crmariocovas.sp.gov.br/pdf/...tempointegral/reflexoes_ed_integral.pdf. Acesso em: 10 de agosto 2010.

GRAÇA, V. **Sobre o financiamento da Educação:** condicionantes globais e realidades nacionais. Revista Lusófona de Educação, Lisboa. Vol. 13, p.49-80, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.oces.mctes.pt/scielo.php?pid=S164572502009000100004&script=sci_arttext. >Acesso em: 30 de maio 2012.

HADDAD, S. **Banco Mundial, OMC e FMI:** o impacto nas políticas educacionais. São Paulo: Cortez, 2008.

_____ **Lei orgânica do Município do Paulista**, Disponível em: http://www.upenet.com.br/concluido/2006/PAULISTA06/arquivos/LEIORGANICADOMUNICIPIODOPAULISTA.pdf>. Acesso em: 24 de maio de 2012.

_____. **Lei Nº 8.069**, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, 1990.

_____. **Lei Nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação. Brasília, DF, 1996.

MAURÍCIO, L. V. **Escola Pública de Horário Integral**: representações do jornal o Globo, Educação e Sociedade, Brasília, vol. 3, n. 34, p. 247-265, set/dez. 2009. Disponível em: www.rbep.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/viewFile/1470/1219. Acesso em: 10 de agosto 2010.

MATOS, S. C. M. **Programa Mais Educação/ Mais Escola**: avanços e desafios na prática educativa em Duque de Caxias**.** Rio de Janeiro 2011. Dissertação (Mestrado em educação) Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.

_____. Ministério da Educação. **Portaria Normativa Interministerial nº 17, de 24 de abril de 2007C**. Diário Oficial da União. Brasília, Disponível em : <http://www.portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc>. Acesso em: 20 de julho de 2010.

_____. Ministério da Educação. **Resolução nº 19, de 15 de maio de 2008**. Sobre prestação de contas. Diário Oficial da União. Brasília, Disponível em : <http://www.fnde.gov.br/index.php/leg-res-2008>. Acesso em: 20 de julho de 2011.

_____. Ministério da Educação. **Resolução nº 38, de 19 de agosto de 2008**. Critérios para repasse de recursos financeiros. Diário Oficial da União. Brasília, Disponível em : <http://www.fnde.gov.br/index.php/leg-res-2008>. Acesso em: 20 de julho de 2011.

_____. Ministério da Educação. **Resolução nº 43, de 14 de outubro de 2008**. Altera do recursos do PDDE Diário Oficial da União. Brasília, Disponível em : <http://www.fnde.gov.br/index.php/leg-res-2008>. Acesso em: 20 de julho de 2011.

_____. Ministério da Educação. **Resolução FNDE/CD nº 4,** de 17/03/2009. Dispõe sobre os processos de adesão e habilitação e as formas de execução e prestação de contas referentes ao Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), e dá outras providências. Brasília, DF, 2009c.

_____. Ministério da Educação/SECAD. **Programa Mais Educação, Passo a Passo**, Brasília, Disponível em : <portal.mec.gov.br/dmdocuments/passoapasso_maiseducacao.pdf>. Acesso em: 20 de julho de 2011.

_____. Ministério da Educação. **Rede de saberes mais educação:** pressupostos para projetos pedagógicos de educação integral. Cadernos para professores e diretores de escola. 1. ed. Brasília, DF: MEC, 2008b. Disponível em : <portal.mec.gov.br/dmdocuments/passoapasso_maiseducacao.pdf>. Acesso em: 20 de julho de 2011.

_____. Ministério da Educação. **Texto Referência para o debate nacional**. Série Mais Educação. Educação Integral. Brasília, DF, MEC, 2008c.

_____.Ministério da Educação/SECAD: **Gestão Intersetorial no território.** Série Mais Educação, Brasília, Disponível em : < http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/cader_maiseducacao_2.pdf>. Acesso em: 20 de julho de 2011.

_____.Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome: **Programa Mais Educação**, Brasília, Disponível em : <http://www.mds.gov.br/falemds/perguntas-frequentes/bolsa-familia/Programas-complementares/gestor/Programa-mais-educacao>. Acesso em: 15 de maio de 2012.

_____. Ministério da Educação. **Plano de Desenvolvimento da Educação**: razões, princípios e Programas. Brasília, DF, 2007d. Disponível em: < http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=84751>. Acessado em 30 de maio 2012.

MINAYO, M.C.S.; DESLANDES, S.F.; GOMES, Romeu. **Pesquisa Social:** Teoria Método e Criatividade. 28 ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

MUNHOZ, C. PLANO DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO – PDE : **AprendiBrasill**, maio. 2007.
Disponível em: < http://www.educacional.com.br/reportagens/pde/default.asp>. Acesso em: 22 de maio de 2012.

ORLANDI, E. **Análise de discurso**: princípios e procedimentos. Campinas: Pontes, 1999.

PARO, V. H.; **Escola de Tempo Integral: um desafio para o ensino público.** São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1988.
PERONI, V.M.V. **Política Educacional e o Papel do Estado:** no Brasil dos anos 1990. São Paulo: Xamã, 2003.

PAULISTA. **Wikipédia**: a enciclopédia livre. [S.l.]: Wikimedia Foundation, 2010. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Paulista_(Pernambuco)>. Acesso em: 22 set. 2011.

PERONI, V.M.V. **Programa Dinheiro Direto na Escola:** Uma proposta de redefinição do papel do Estado na educação? Distrito Federal: INEP, 2007.

RAFFAINI, P. T.. **Esculpindo a cultura na forma Brasil.** São Paulo: Humanitas, /FFLCH/USP, 2001.

RIBEIRO, M. L.; RODRÍGUEZ, M. V.; SAVIANI, Demerval. **Notas para uma releitura da pedagogia HistóricoCrítica.** Revista Profissão Docente, Uberaba, v. 1 nº 3, p. 60-74, set/dez 2001. Disponível em: < http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/artigos_teses/Pedagogia2/apedhistcritica.pdf>. Acessado em 30 de maio 2012.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa Social: Métodos e Técnicas**. São Paulo: Editora Atlas S. A., 1999.

RODRIGUES, C. M. L. **A Política para Educação Básica e o Contexto:** rupturas e continuidades. Fundação Joaquim Nabuco, 2010. Disponível em: < http://www.anpae.org.br/iberolusobrasileiro2010/cdrom/22.pdf>. Acessado em 22 de maio 2012.

SANTOS, S. V. **A ampliação do tempo escolar em propostas de educação pública integral.** Goiânia 2009. Dissertação (Mestrado em educação) Universidade Federal de Goiás.

SAVIANI, D. **Educação brasileira:** estrutura e sistema. 10ª ed. Campinas, SP: Autores Associados: 2008.

SAVIANI, D. **Política e educação no Brasil:** o papel do Congresso Nacional na legislação do ensino. 6ª ed. Campinas, SP: Autores Associados: 2008.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do Trabalho Científico**. 23 ed. rev. e atual.: São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, K. N. P.; SILVA, J. A. A. **A Relação com o Saber no Programa Mais Educação**. In.: Congressos Ibero-Luso-Brasileiros de Política e Administração da Educação de 2010, 1, Portugal e Espanha. Anais. Portugal e Espanha, Associação Nacional de política e administração da educação 2010. 57 CD-ROM. Disponível em: <http://www.anpae.org.br/iberolusobrasileiro2010/cdrom/57.pdf> Acesso em: 10 de agosto 2010.

SILVA, K. N. P.; SILVA, J. A. A. **A Educação Integral no Contexto da Intersetorialidade**: avaliando a implementação do Programa Mais Educação no Estado de Pernambuco. In.: Congressos Ibero-Luso-Brasileiros de Política e Administração da Educação de 2010, 1, Portugal e Espanha. Anais... Portugal e Espanha, Associação Nacional de política e administração da educação 2010. 56 CD-ROM. Disponível em: < http://www.anpae.org.br/iberolusobrasileiro2010/cdrom/57.pdf> Acesso em: 10 de agosto 2010.

SZYMANSKI, H. **A Entrevista na Pesquisa em Educação**. Série Pesquisa vol. 4, 3ª edição, Brasília: Liber Livro Editora, 2010.

TEIXEIRA, A. S. **A crise educacional brasileira**. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, v. 80 nº 195, maio-agosto 1999. Disponível em: < http://rbep.inep.gov.br/index.php/RBEP/article/viewFile/185/185>. Acessado em 30 de maio 2012.

TEODORO, A. (Org.) **Globalização e Educação:** Políticas educacionais e novos modos de governação. São Paulo: Cortez; Instituto Paulo Freire, 2003, v.9.

VAROTTO, M. **Ensino Fundamental Brasileiro**: demandas nacionais, internacionais e sua função social. Cadernos da Pedagógia, v. 01 nº 05, janeiro-julho 2009. Disponível em: < http://www.cadernosdapedagogia.ufscar.br/index.php/cp/article/viewFile/124/75>. Acessado em 30 de maio 2012.

YIN, Robert K. **Estudo de caso:** Planejamento e Métodos. 4ª Edição. Porto Alegre: Bookman, 2010.

APÊNDICES

Apêndice I

GUIÃO

MESTRADO EM CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
Mestrando: Wandeckson Paiva
e-mail: wandeckson@hotmail.com

GUIÃO – G1

Prezado gestores, coordenadores do Programa Mais Educação e supervisor:
Este roteiro fez parte de uma pesquisa de mestrado que tem por objetivo avaliar a utilização do Programa Mais Educação. Não há respostas corretas ou incorretas, no entanto, faz-se necessária franqueza absoluta nas respostas para que possamos obter resultados significativos. Os dados serão mantidos em sigilo e somente utilizados nesta pesquisa.

Agradeço desde já sua atenção e participação.

1 - Perfil profissional dos entrevistados:

- Tempo de trabalho
- Rotina de trabalho
- Rotina no Programa Mais Educação
- Histórico profissional

2 – Fale sobre a implantação do Programa Mais Educação.
Discorra sobre o conhecimento sobre a implantação do Programa Mais Educação.

3 – Sobre a estrutura de atendimento aos gestores da Secretaria do Município do Paulista:
Discorra sobre a estrutura de atendimento dos gestores na Secretaria de Educação.

4 -O Programa está incluído no censo escolar?
Qual a relação entre censo e matrícula dos alunos?

5 – Como se dá a aplicação dos recursos?
O MEC está fazendo um investimento na educação brasileira, comente.

6 – Comente sobre o procedimento para escolher o coordenador do PME.
Discorra sobre o processo de escolha do coordenador do Programa.

7 – Existem critérios apresentados para escolha dos monitores do PME?
Comente sobre a escolha dos monitores.

8 – Em que está baseado ou qual foi o motivo da escola pela escolha dos macrocampos e consequentemente das atividades?
Como ocorre a discussão com a comunidade escolar para escolha das atividades.

Apêndice II

GUIÃO

MESTRADO EM CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
Mestrando: Wandeckson Paiva
e-mail: wandeckson@hotmail.com

GUIÃO – G2

Prezados professores e monitores da escola :
Este roteiro fez parte de uma pesquisa de mestrado que tem por objetivo avaliar a política desenvolvida pela Governo Federal com o Programa Mais Educação. Não há respostas corretas ou incorretas, no entanto, faz-se necessária franqueza absoluta nas respostas para que possamos obter resultados significativos. Os dados serão mantidos em sigilo e somente utilizados nesta pesquisa.

Agradeço desde já sua atenção e participação.

1 - Perfil profissional dos entrevistados:

- Tempo de trabalho
- Rotina de trabalho
- Rotina no Programa Mais Educação
- Histórico profissional

2 – Como é escolhido o coordenador do Programa nas escolas?
Discorra sobre o processo de escolha do coordenador do Programa.

3 – Como se deu a escolha dos monitores:
Comente sobre a escolha dos monitores.

4 – Em que está baseado ou qual foi o motivo da escola pela escolha dos macrocampos e consequentemente das atividades?
Como ocorre a discussão com a comunidade escolar para escolha das atividades.

5 – O Programa Mais Educação está incluído no Projeto Político Pedagógico?
Comente sobre a relação entre PPP e o Programa Mais Educação.

6 – O que houve com o desempenho dos alunos que participam do Programa?
Discorra sobre a realidade do desempenho dos alunos e da escola.

7 – O que houve com relação à evasão escolar dos alunos que participaram do Programa?
Como ficou com a chegada do Programa Mais Educação a evasão dos estudantes.

Apêndice III

CARTA-CONVITE PARA OS COORDENADORES E GESTORES DO PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO

MESTRADO EM CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO

Mestrando: Wandeckson Paiva
e-mail: wandeckson@hotmail.com

Recife, ____ de _____ de 201_.

Ilmo (a). Senhor (a) _____,

Como profissionais a serviço da Educação é de nosso conhecimento as muitas políticas existentes estão ocorrendo na prática educativa atualmente. A política de educação integral está sendo implementada pelo Governo Federal fomentando o Programa Mais Educação nas escolas públicas brasileira.

Pensando especificamente no processo educativo, ciência na qual as informações são renovadas constantemente percebe-se que o uso de Programas nas escolas contribui ou na melhoria da qualidade de ensino, ou se não melhorar no ensino pode melhorar em suas estruturas físicas, pois as escolas recebem recursos do MEC através do FNDE, com possibilidade de construção de quadras poliesportivas.

Assim, vimos por meio desta, convidar-lhe a participar da presente pesquisa, através de uma entrevista semi-estruturada a ser realizada em dia e horário pré-agendados, a fim de serem convidados a participar desta pesquisa, através de um roteiro também respondido em dia e horário pré-agendados.

Atenciosamente,

Wandeckson José de Almeida Paiva
Mestrando
Mestrando em Ciências da Educação
Especialista em Ciências da Educação - Especialista em Matemática Aplicada ao Ensino Médio
Professor da rede estadual de ensino em Pernambuco e da rede municipal do Paulista - PE
professor formador do curso de Licenciatura em Matemática da Universidade Aberta do Brasil (UAB) no Instituto Federal de Pernambuco (IFPE)

Apêndice V

TERMO DE LIVRE CONSENTIMENTO E ESCLARECIMENTO

MESTRADO EM CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO

Mestrando: Wandeckson Paiva
e-mail: wandeckson@hotmail.com

Eu _____, RG _____, residente em _____, declaro que vou participar por livre e espontânea vontade, da pesquisa intitulada "POLÍTICAS EDUCACIONAIS: PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO NAS ESCOLAS DO MUNICÍPIO DO PAULISTA EM PERNAMBUCO".

Esta pesquisa será realizada pelo Mestrando Wandeckson José de Almeida Paiva, sob orientação da Profa. Dra. Maria das Graças Andrade Ataíde de Almeida, para a Dissertação do Mestrado em Ciências da Educação pela Universidade Lusófona de Humanidades e Teologia.

Informo que fui orientado, de forma clara e detalhada, livre de qualquer tipo de constrangimento ou coerção, de que a pesquisa acima declarada tem por objetivo investigar o Programa Mais Educação. Este estudo trará benefício a respeito dos métodos que são utilizados para trabalhar com o Programa Mais Educação, visando uma reflexão dos envolvidos e assim fortalecer o estudo sobre o tema e a discussão crítica da conduta existente nas escolas.

Asseguro o direito de receber respostas para todas as dúvidas e perguntas que desejar fazer sobre o tema e sobre o desenvolvimento da pesquisa; assim como o direito de desistir em qualquer momento da pesquisa, sem que isto me cause prejuízo ou danos.

Autorizo a divulgação dos dados coletados sem a exposição da minha identidade, mantendo privacidade em qualquer tipo de divulgação, oral ou escrito, nos resultados da pesquisa.

Recife, ___ de _____ de 201_.

_____ Testemunha 1

_____ Voluntário

_____ Testemunha 1

_____ Pesquisado

ANEXOS

Anexo I

APROVAÇÃO NO COMITÉ DE ÉTICA

UNIVERSIDADE LUSÓFONA
de Humanidades e Tecnologias
Humani nihil alienum

MESTRADO EM CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO

Mestrando: Wandeckson Paiva
e-mail: wandeckson@hotmail.com

FUNDAÇÃO DE ENSINO SUPERIOR DE OLINDA - FUNESO
UNIÃO DE ESCOLAS SUPERIORES DA FUNESO – UNESF
Criada pelo Parecer nº 397 de 07.07..97, do Conselho Nacional de Educação – CNE
Regimento Aprovado pela Portaria nº 944 de 15.08.97, DOU de 18.08.97
Campus Universitário, S /N - Jardim Fragoso – Olinda – PE
CNPJ 08.905.382/0001-04 - Fones: (81) 3054.1983 / 3054.1980 – Telefax 3054.1981

Comitê de Ética em Pesquisa – CEP/FUNESO
Registro nº 1146/2003 – CONEP/CNS/MS

Olinda, 01 de novembro de 2011

Prezado (a) Pesquisador (a):

WANDECKSON JOSÉ DE ALMEIDA PAIVA

O Comitê de Ética em Pesquisa - CEP/FUNESO, em reunião do dia 28 de outubro de 2011, considerou **APROVADO** o projeto de CAAE Nº 2135.0.000.104-11, intitulado **POLÍTICAS EDUCACIONAIS: PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO NAS ESCOLAS DO MUNICÍPIO DO PAULISTA EM PERNAMBUCO**, cujo objetivo geral: Avaliar a política educacional que permeia o Programa Mais Educação Nas Escolas do Município do Paulista. E tem como pesquisador principal **WANDECKSON JOSÉ DE ALMEIDA PAIVA**

RESUMO DO PARECER DO CEP.

O estudo não apresenta riscos e agravos bioéticos e está em consonância com a Resolução 196/96 do Conselho Nacional da Saúde.

Atenciosamente,

Prof Iraquitan J.L. Ribeiro
Coord Comitê Ética de Pesquisa

Anexo II

CARTA DE ANUÊNCIA

MESTRADO EM CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO

Mestrando: Wandeckson Paiva
e-mail: wandeckson@hotmail.com

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
Diretoria Geral do Ensino

CARTA DE ANUÊNCIA

Aceito o estudante **Wandeckson José de Almeida Paiva**, da Faculdade de Teologia Integrada, desenvolver sua dissertação de Mestrado intitulada POLÍTICAS EDUCACIONAIS: PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO NAS ESCOLAS DO MUNICÍPIO DE PAULISTA EM PERNAMBUCO, cuja metodologia procederá com entrevista semi-estruturada, observação, aquisição de dados e documentos.

Ciente dos objetivos e metodologia da pesquisa acima citadas, e que me são assegurados os requisitos abaixo:

- O cumprimento das determinações éticas da Resolução 196/96 CNS/MS,
- A garantia de solicitar e receber esclarecimentos antes, durante e depois do desenvolvimento da pesquisa,
- Não haverá nenhuma despesa para esta instituição que seja decorrente da participação dessa pesquisa,
- No caso do não cumprimento dos itens acima. a liberdade de retirar minha anuência a qualquer momento da pesquisa sem penalização alguma, concordo em fornecer todos os subsídios para seu desenvolvimento.

Paulista, 10 de outubro de 2011

Jaqueline Moreira
Secretária de Educação de Paulista

Rua Floriano Peixoto, s/nº - Centro – Paulista – PE / Fone: 3487-0920
CEP: 53.401-460 - CNPJ Nº 10.408.839/0001-17

Anexo III

CARTA DE ANUÊNCIA

UNIVERSIDADE LUSÓFONA de Humanidades e Tecnologias
Humani nihil alienum

MESTRADO EM CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO

Mestrando: Wandeckson Paiva
e-mail: wandeckson@hotmail.com

FATIN
FACULDADE DE TEOLOGIA INTEGRADA
Excelência em Educação
Portaria nº. 1655 13/05/2005
BR 101 - Km 42,5 - Igarassu - PE
Fone: (81) 3088.1907 / 3543.3259
CNPJ: 05.386.555/0001-37

CARTA DE ANUÊNCIA

Colégio

Assunto: Solicitação da Carta de Anuência para a realização da pesquisa.
Projeto: POLÍTICAS EDUCACIONAIS: PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO NAS ESCOLAS DO MUNICÍPIO DO PAULISTA EM PERNAMBUCO

Apresentamos WANDECKSON JOSÉ DE ALMEIDA PAIVA, que está desenvolvendo a dissertação de Mestrado intitulada POLÍTICAS EDUCACIONAIS: PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO NAS ESCOLAS DO MUNICÍPIO DO PAULISTA EM PERNAMBUCO. Cuja metodologia como procedimentos: entrevista semi-estruturada, observação, aquisição de dados e documentos.

O principal objetivo da pesquisa é avaliar a política educacional que permeia o Programa Mais Educação nas escolas do município do Paulista.

Nesse sentido para coleta de dados da pesquisa é necessária a realização de entrevista em duas escolas com os gestores, coordenador do Programa Mais Educação na escola e coordenador do Programa da Secretaria de Educação em duas escolas da rede Municipal do Paulista.

Assim, solicitamos uma carta de anuência para realização da pesquisa nas Escolas Municipais: Colégio Municipal José Firmino da Veiga e Escola Cônego da Costa Carvalho. Para que o mestrando Wandeckson José de Almeida Paiva que está regularmente matriculado no programa de Pós-Graduação com acesso ao Mestrado da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologia, no Curso de Ciências da Educação. Possa atuar como pesquisadora em campo nas citadas escolas.

Informamos a V.sa. Que os trabalhadores envolvidos no nesta pesquisa entrevistados serão resguardados sua integridade física, moral e intelectual, inclusive comprometendo-nos em não revelar as suas identidades mesmo quando da exposição dos dados da pesquisa no texto em meio impresso e magnético da dissertação de mestrado em registro e eventos de natureza científica. Esclarecemos também que, a qualquer tempo os sujeitos da pesquisa poderão retirar o consentimento, se assim desejarem, sem que haja qualquer tipo de penalidade ou constrangimento.

Wandeckson José de A. Paiva
Pesquisadora
81-9819-9695

Maria das Graças Ataíde Andrade de Almeida
Orientadora

FATIN

Anexo IV

TERMO D LIVRE CONSENTIMENTO DO COORDENADOR DO PROGRAMA

MESTRADO EM CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO

Mestrando: Wandeckson Paiva
e-mail: wandeckson@hotmail.com

10.408.839/0001-17
Prefeitura da Cidade de Paulista
Secretaria de Educação
Av. Floriano Peixoto, s/n — Centro
CEP 53401-460
Paulista —PE

ANEXO I

Termo de Consentimento e de Esclarecimento

Eu Wandeckson José de Almeida Paiva, RG 4.854.237-SDS/PE, residente na Rua Torres Homem, 633, Várzea – Recife/PE, declaro que vou participar por livre e espontânea vontade, da pesquisa intitulada "POLÍTICAS EDUCACIONAIS: PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO NAS ESCOLAS DO MUNICÍPIO DO PAULISTA EM PERNAMBUCO".

Esta pesquisa será realizada pelo Mestrando Wandeckson José de Almeida Paiva, sob orientação da Professora Dra. Maria das Graças Andrade Ataíde de Almeida, para a Dissertação do Mestrado em Ciências da Educação pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias – UHLT / Portugal.

Informo que fui orientado, de forma clara e detalhada, livre de qualquer tipo de constrangimento ou coerção, de que a pesquisa acima declarada tem por objetivo investigar o Programa Mais Educação. Este estudo trará benefício a respeito dos métodos que são utilizados para trabalhar com o Programa Mais Educação, visando uma reflexão dos envolvidos e assim fortalecer o estudo sobre o tema e a discussão crítica da conduta existente nas escolas.

Asseguro o direito de receber respostas para todas as dúvidas e perguntas que desejar fazer sobre o tema e sobre o desenvolvimento da pesquisa; assim como o direito de desistir em qualquer momento da pesquisa, sem que isto me cause prejuízo ou danos.

Autorizo a divulgação dos dados coletados sem a exposição da minha identidade, mantendo privacidade em qualquer tipo de divulgação, oral ou escrito, nos resultados da pesquisa.

Recife, 09 de agosto de 2011

Vania Rangel de Araújo
Voluntário Mat 35089

Anexo V

DECRETO

MESTRADO EM CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
Mestrando: Wandeckson Paiva
e-mail: wandeckson@hotmail.com

Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos

DECRETO Nº 7.083, DE 27 DE JANEIRO DE 2010.

Dispõe sobre o Programa Mais Educação.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso de atribuição que lhe confere o art. 84, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 34 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, na Lei no 10.172, de 9 de janeiro de 2001, e na Lei no 11.947, de 16 de junho de 2009,

DECRETA:

Art. 1o O Programa Mais Educação tem por finalidade contribuir para a melhoria da aprendizagem por meio da ampliação do tempo de permanência de crianças, adolescentes e jovens matriculados em escola pública, mediante oferta de educação básica em tempo integral.

§ 1o Para os fins deste Decreto, considera-se educação básica em tempo integral a jornada escolar com duração igual ou superior a sete horas diárias, durante todo o período letivo, compreendendo o tempo total em que o aluno permanece na escola ou em atividades escolares em outros espaços educacionais.

§ 2o A jornada escolar diária será ampliada com o desenvolvimento das atividades de acompanhamento pedagógico, experimentação e investigação científica, cultura e artes, esporte e lazer, cultura digital, educação econômica, comunicação e uso de mídias, meio ambiente, direitos humanos, práticas de prevenção aos agravos à saúde, promoção da saúde e da alimentação saudável, entre outras atividades.

§ 3o As atividades poderão ser desenvolvidas dentro do espaço escolar, de acordo com a disponibilidade da escola, ou fora dele sob orientação pedagógica da escola, mediante o uso dos equipamentos públicos e do estabelecimento de parcerias com órgãos ou instituições locais.

Art. 2o São princípios da educação integral, no âmbito do Programa Mais Educação:

I - a articulação das disciplinas curriculares com diferentes campos de conhecimento e práticas socioculturais citadas no § 2o do art. 1o;

II - a constituição de territórios educativos para o desenvolvimento de atividades de educação integral, por meio da integração dos espaços escolares com equipamentos públicos como centros comunitários, bibliotecas públicas, praças, parques, museus e cinemas;

III - a integração entre as políticas educacionais e sociais, em interlocução com as comunidades escolares;

IV - a valorização das experiências históricas das escolas de tempo integral como inspiradoras da educação integral na contemporaneidade;

V - o incentivo à criação de espaços educadores sustentáveis com a readequação dos prédios escolares, incluindo a acessibilidade, e à gestão, à formação de professores e à inserção das temáticas de sustentabilidade ambiental nos currículos e no desenvolvimento de materiais didáticos;

VI - a afirmação da cultura dos direitos humanos, estruturada na diversidade, na promoção da equidade étnico-racial, religiosa, cultural, territorial, geracional, de gênero, de orientação sexual, de opção política e de nacionalidade, por meio da inserção da temática dos direitos humanos na formação de professores, nos currículos e no desenvolvimento de materiais didáticos; e

VII - a articulação entre sistemas de ensino, universidades e escolas para assegurar a produção de conhecimento, a sustentação teórico-metodológica e a formação inicial e continuada dos profissionais no campo da educação integral.

Art. 3o São objetivos do Programa Mais Educação:

I - formular política nacional de educação básica em tempo integral;

II - promover diálogo entre os conteúdos escolares e os saberes locais;

III - favorecer a convivência entre professores, alunos e suas comunidades;

IV - disseminar as experiências das escolas que desenvolvem atividades de educação integral; e

V - convergir políticas e Programas de saúde, cultura, esporte, direitos humanos, educação ambiental, divulgação científica, enfrentamento da violência contra crianças e adolescentes, integração entre escola e comunidade, para o desenvolvimento do projeto político-pedagógico de educação integral.

Art. 4o O Programa Mais Educação terá suas finalidades e objetivos desenvolvidos em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, mediante prestação de assistência técnica e financeira aos Programas de ampliação da jornada escolar diária nas escolas públicas de educação básica.

§ 1o No âmbito federal, o Programa Mais Educação será executado e gerido pelo Ministério da Educação, que editará as suas diretrizes gerais.

§ 2o Para consecução dos objetivos do Programa Mais Educação, poderão ser realizadas parcerias com outros Ministérios, órgãos ou entidades do Poder Executivo Federal para o estabelecimento de ações conjuntas, definindo-se as atribuições e os compromissos de cada partícipe em ato próprio.

§ 3o No âmbito local, a execução e a gestão do Programa Mais Educação serão coordenadas pelas Secretarias de Educação, que conjugarão suas ações com os órgãos públicos das áreas de esporte, cultura, ciência e tecnologia, meio ambiente e de juventude, sem prejuízo de outros órgãos e entidades do Poder Executivo estadual e municipal, do Poder Legislativo e da sociedade civil.

Art. 5o O Ministério da Educação definirá a cada ano os critérios de priorização de atendimento do Programa Mais Educação, utilizando, entre outros, dados referentes à realidade da escola, ao índice de desenvolvimento da educação básica de que trata o Decreto no 6.094, de 24 de abril de 2007, e às situações de vulnerabilidade social dos estudantes.

Art. 6o Correrão à conta das dotações orçamentárias consignadas ao Ministério da Educação as despesas para a execução dos encargos no Programa Mais Educação.

Parágrafo único. Na hipótese do § 2o do art. 4o, as despesas do Programa Mais Educação correrão à conta das dotações orçamentárias consignadas a cada um dos Ministérios, órgãos ou entidades parceiros na medida dos encargos assumidos, ou conforme pactuado no ato que formalizar a parceria.

Art. 7o O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE prestará a assistência financeira para implantação dos Programas de ampliação do tempo escolar das escolas públicas de educação básica, mediante adesão, por meio do Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE e do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, instituído pela Lei no 11.947, de 16 de junho de 2009.

Art. 8o Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 27 de janeiro de 2010; 189o da Independência e 122o da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Fernando Haddad

Este texto não substitui o publicado no DOU de 27.1.2010 - Edição extra

Anexo VI

PORTARIA

MESTRADO EM CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
Mestrando: Wandeckson Paiva
e-mail: wandeckson@hotmail.com

Ministério da Educação

PORTARIA NORMATIVA INTERMINISTERIAL Nº- 17, DE 24 DE ABRIL DE 2007

Institui o Programa Mais Educação, que visa fomentar a educação integral de crianças, adolescentes e jovens, por meio do apoio a atividades sócio-educativas no contraturno escolar.

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, O MINISTRO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME, O MINISTRO DE ESTADO DO ESPORTE E O MINISTRO DE ESTADO DA CULTURA, no uso das atribuições conferidas pelo inciso II do parágrafo único do art. 87 da Constituição Federal e

CONSIDERANDO que o artigo 34 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei n° 9.394, de 20 de dezembro de 1996, determina a progressiva ampliação do período de permanência na escola;

CONSIDERANDO que o Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei n° 8.069, de 13 de julho de 1990, garante às crianças e aos adolescentes a proteção integral e todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, assegurando-lhes oportunidades a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade;

CONSIDERANDO que a família, a comunidade, a sociedade e o poder público devem assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, nos termos do art. 227 da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que, segundo a Política Nacional de Assistência Social, o Estado deve prover proteção social à criança, ao adolescente e ao jovem, bem como a suas famílias, nas situações de vulnerabilidade, risco ou exclusão social, potencializando recursos individuais e coletivos capazes de contribuir para a superação de tais situações, resgate de seus direitos e alcance da autonomia;

CONSIDERANDO a situação de vulnerabilidade e risco a que estão submetidas parcelas consideráveis de crianças, adolescentes e jovens e suas famílias, relacionadas à pobreza, discriminação étnico-racial, baixa escolaridade, fragilização de vínculos, trabalho infantil, exploração sexual e outras formas de violação de direitos;

CONSIDERANDO a importância da articulação entre as políticas sociais para a inclusão de crianças, adolescentes, jovens e suas famílias, bem como o papel fundamental que a educação exerce nesse contexto;

CONSIDERANDO que a educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência comunitária, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais, de acordo com o art. 1° da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional;

CONSIDERANDO que o artigo 217 da Constituição Federal, define o esporte como dever do Estado e direito de cada um, reforçando o compromisso de democratizar o acesso às atividades esportivas como parte da formação integral de crianças, adolescentes e jovens;

CONSIDERANDO o caráter intersetorial das políticas de inclusão social e formação para a cidadania, bem como a co-responsabilidade de todos os entes federados em sua implementação e a necessidade de planejamento territorial das ações intersetoriais, de modo a promover sua articulação no âmbito local;

CONSIDERANDO o reconhecimento, por parte do Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária, do papel das atividades pedagógicas e sócio-educativas no contraturno escolar à prevenção de ruptura de vínculos familiares de crianças e adolescentes; e

CONSIDERANDO a necessidade de ampliação da vivência escolar de crianças, adolescentes e jovens, de modo a promover, além do aumento da jornada, a oferta de novas atividades formativas e de espaços favoráveis ao seu desenvolvimento; resolvem:

Capítulo I

Dos objetivos

Art. 1° Instituir o Programa Mais Educação, com o objetivo de contribuir para a formação integral de crianças, adolescentes e jovens, por meio da articulação de ações, de projetos e de Programas do Governo Federal e suas contribuições às propostas, visões e práticas curriculares das redes públicas de ensino e das escolas, alterando o ambiente escolar e ampliando a oferta de saberes, métodos, processos e conteúdos educativos.

Parágrafo único. O Programa será implementado por meio do apoio à realização, em escolas e outros espaços sócio-culturais, de ações sócio-educativas no contraturno escolar, incluindo os campos da educação, artes, cultura, esporte, lazer, mobilizando-os para a melhoria do desempenho educacional, ao cultivo de relações entre professores, alunos e suas comunidades, à garantia da proteção social da assistência social e à formação para a cidadania, incluindo perspectivas temáticas dos direitos humanos, consciência ambiental, novas tecnologias, comunicação social, saúde e consciência corporal, segurança alimentar e nutricional, convivência e democracia, compartilhamento comunitário e dinâmicas de redes.

Art. 2º O Programa tem por finalidade:

I - apoiar a ampliação do tempo e do espaço educativo e a extensão do ambiente escolar nas redes públicas de educação básica de Estados, Distrito Federal e municípios, mediante a realização de atividades no contraturno escolar, articulando ações desenvolvidas pelos Ministérios integrantes do Programa;

II - contribuir para a redução da evasão, da reprovação, da distorção idade/série, mediante a implementação de ações pedagógicas para melhoria de condições para o rendimento e o aproveitamento escolar;

III - oferecer atendimento educacional especializado às crianças, adolescentes e jovens com necessidades educacionais especiais, integrado à proposta curricular das escolas de ensino regular o convívio com a diversidade de expressões e linguagens corporais, inclusive mediante ações de acessibilidade voltadas àqueles com deficiência ou com mobilidade reduzida;

IV - prevenir e combater o trabalho infantil, a exploração sexual e outras formas de violência contra crianças, adolescentes e jovens, mediante sua maior integração comunitária, ampliando sua participação na vida escolar e social e a promoção do acesso aos serviços sócio-assistenciais do Sistema Único de Assistência Social -SUAS;

V - promover a formação da sensibilidade, da percepção e da expressão de crianças, adolescentes e jovens nas linguagens artísticas, literárias e estéticas, aproximando o ambiente educacional da diversidade cultural brasileira, estimulando a sensorialidade, a leitura e a criatividade em torno das atividades escolares;

VI - estimular crianças, adolescentes e jovens a manter uma interação efetiva em torno de práticas esportivas educacionais e de lazer, direcionadas ao processo de desenvolvimento humano, da cidadania e da solidariedade;

VII - promover a aproximação entre a escola, as famílias e as comunidades, mediante atividades que visem a responsabilização e a interação com o processo educacional, integrando os equipamentos sociais e comunitários entre si e à vida escolar; e

VIII - prestar assistência técnica e conceitual aos entes federados de modo a estimular novas tecnologias e capacidades para o desenvolvimento de projetos com vistas ao que trata o artigo 1º desta Portaria

Capítulo II

Da execução

Art. 3° O Programa Mais Educação promoverá a articulação de ações do Governo Federal que tenham como beneficiários crianças, adolescentes e jovens.

Art. 4° Integram o Programa Mais Educação ações dos seguintes Ministérios:

I - Ministério da Educação;

II - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome;

III - Ministério da Cultura; e

IV - Ministério do Esporte.

§ 1° Ações de outros Ministérios ou Secretarias Federais poderão integrar o Programa.

§ 2º O Programa Mais Educação poderá contar com a participação de ações promovidas pelos Estados, Distrito Federal, Municípios e por outras instituições públicas e privadas, desde que as atividades sejam oferecidas gratuitamente a crianças, adolescentes e jovens e que estejam integradas ao projeto político-pedagógico das

redes e escolas participantes.

§ 3º A participação no Programa Mais Educação não exime o ente federado das obrigações estabelecidas em cada uma das ações dos Ministérios integrantes do Programa.

Art. 5º O Programa Mais Educação será implementado por meio de:

I - articulação institucional e cooperação técnica entre Ministérios, Secretarias Federais e entes federados, visando a criação de um ambiente de interlocução e o estabelecimento de padrões de referência para o cumprimento das finalidades previstas no art. 2º desta Portaria.

II - assistência técnica e conceitual, por parte dos Ministérios e Secretarias Federais integrantes do Programa, com ênfase na sensibilização e capacitação de gestores e fomento à articulação intersetorial local;

III - incentivo e apoio a projetos que visem à articulação de políticas sociais para a implementação de atividades sócio-educativas no contraturno escolar, com vistas a formação integral de crianças, adolescentes e jovens.

Capítulo III

Das diretrizes para o apoio a projetos e ações

Art. 6° O Programa Mais Educação visa fomentar, por meio de sensibilização, incentivo e apoio, projetos ou ações de articulação de políticas sociais e implementação de ações sócio-educativas oferecidas gratuitamente a crianças, adolescentes e jovens e que considerem as seguintes orientações:

I - contemplar a ampliação do tempo e do espaço educativo de suas redes e escolas, pautada pela noção de formação integral e emancipadora;

II - promover a articulação, em âmbito local, entre as diversas políticas públicas que compõem o Programa e outras que atendam às mesmas finalidades;

III - integrar as atividades ao projeto político-pedagógico das redes de ensino e escolas participantes;

IV - promover, em parceria com os Ministérios e Secretarias Federais participantes, a capacitação de gestores locais;

V - contribuir para a formação, a expressão e o protagonismo de crianças, adolescentes e jovens;

VI - fomentar a participação das famílias e comunidades nas atividades desenvolvidas, bem como da sociedade civil, de organizações não-governamentais e esfera privada;

VII - fomentar a geração de conhecimentos e tecnologias sociais, inclusive por meio de parceria com universidades, centros de estudos e pesquisas, dentre outros;

VIII - desenvolver metodologias de planejamento das ações, que permitam a focalização da ação do Poder Público em regiões mais vulneráveis; e

IX - estimular a cooperação entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

Capítulo IV

Das atribuições dos integrantes do Programa

Art. 7º Compete aos Ministérios e Secretarias Federais integrantes do Programa Mais Educação na esfera federal:

I - promover a articulação institucional e a cooperação técnica entre Ministérios e Secretarias Federais, governos estaduais e municipais, visando o alcance dos objetivos do Programa;

II - prestar assistência técnica e conceitual na gestão e implementação dos projetos;

III - capacitar gestores e profissionais que atuarão no Programa;

IV - estimular parcerias nos setores público e privado visando à ampliação e ao aprimoramento do Programa; e

V - sensibilizar e orientar outros parceiros visando à integração de suas ações em curso ao Programa Mais Educação

Art. 8º Cabe aos Estados, Distrito Federal e Municípios que aderirem ao Programa Mais Educação observar o seguinte:

I - articular as ações de Programas do Governo Federal, em curso em seus territórios e populações, com vistas a ampliar o tempo e os espaços educativos, de acordo com os projetos político-pedagógicos de suas redes de ensino e escolas;

II - articular, em seu âmbito de atuação, ações de outros Programas de atendimento a crianças, adolescentes e jovens, com vistas às finalidades estabelecidas no artigo 2º desta Portaria;

III - mobilizar e estimular a comunidade local para a oferta de espaços, buscando sua participação complementar em atividades e outras formas de apoio que contribuam para o alcance das finalidades do Programa; e

IV - colaborar com a qualificação e a capacitação de docentes, técnicos, gestores e outros profissionais, em parceria com os Ministérios e Secretarias Federais integrantes do Programa.

Art. 9º Fica instituído o Fórum Mais Educação, com a atribuição de coordenar a implementação do Programa.

§ 1º O Fórum será composto por representantes dos Ministérios ou Secretarias Federais que integrem ou venham a integrar o Programa Mais Educação.

§ 2º Cada Ministério ou Secretaria deverá indicar um representante para compor o Fórum.

§ 3º O Fórum será coordenado pelo MEC e terá caráter consultivo.

§ 4º O Fórum poderá convidar representantes das ações desenvolvidas pelos Ministérios participantes e de outros órgãos e instituições que possam contribuir na implementação, monitoramento e avaliação do Programa.

Art. 10 Constituem atribuições do Fórum Mais Educação:

I - propor aos Ministérios, Secretarias Federais e outros órgãos, mecanismos para o aperfeiçoamento da contribuição de suas ações ao Programa;

II - fornecer subsídios para o planejamento territorial e populacional das ações do Programa, com o objetivo de ampliar sua escala, capilaridade, cobertura e efetividade; e

III - acompanhar a implementação do Programa gerando sua constante reavaliação, elaborando relatórios, pareceres e recomendações para seu aperfeiçoamento.

Art. 11 Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO HADDAD

Ministro de Estado da Educação

PATRUS ANANIAS

Ministro de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Orlando Silva

Ministro de Estado dos Esportes

Gilberto Gil

Ministro de Estado da Cultura

Este não Substitui o publicado no DOU de 26.4.2007